

*Caderno de* !

VOL. 3  
Nº 01  
JAN/JUN  
1996

# HISTORIA



# CADERNO DE HISTÓRIA

janeiro/junho 1996

CCHLA

EDUFRN - Editora da UFRN

NATAL-RN

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: José Ivonildo do Rêgo  
Vice-Reitor: Otom Anselmo de Oliveira

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
Diretora: Zeneide Ferreira Alves  
Vice-diretora: Sônia Maria de Oliveira Othon

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
Chefe: Iramar Soares de Araújo  
Vice-chefe: Hélder do Nascimento Viana

COMISSÃO EDITORIAL  
Raimundo Pereira Alencar Arrais  
Hélder do Nascimento Viana  
Zoroastro Ramos Cardoso

CONSELHO CONSULTIVO  
Almir de Carvalho Bueno  
Denise Mattos Monteiro  
Maria Emília Monteiro Porto  
Marlene da Silva Mariz  
Paulo Tadeu de Souza Albuquerque  
Wicliffe de Andrade Costa  
Brásilia Carlos Ferreira  
José Antonio Spinelli  
Maria da Conceição de Almeida Moura  
Marc Jay Hoffnagel (UFPe)  
Michel Zaidan Filho (UFPe)  
Marcos Antônio da Silva

NORMALIZAÇÃO  
Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva

CADERNO DE HISTÓRIA/UFRN, revista editada pela  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Departamento de História  
Campus Universitário s/n  
Lagoa Nova Natal RN 59072-970

COMPOSIÇÃO: Textos Informática

CAPA: Emanuel do Amaral

APOIO: Cooperativa Cultural/UFRN

CATALOGAÇÃO BIBLIOGRÁFICA: Terezinha de Jesus Silva

Catálogo na Publicação. UFRN. Biblioteca Central "ZILA MAMEDE". Divisão de Processos Técnicos.

Caderno de história - UFRN — v. 3, n. 1 (jan./jun. 1996) – Natal: UFRN.  
EDUFRN - Editora da UFRN, 1996 –

RN/UF/BCZM

94/13

CDU 93 (05)

## *Editorial*

*Caderno de História* sai neste número com novo formato e um melhoramento gráfico que deixa para trás a pobreza franciscana dos primeiros números. Contudo, é animado pelo mesmo propósito anunciado no número de estréia, o de contribuir para fomentar entre professores e alunos a prática da pesquisa histórica e do diálogo intelectual. Conserva também o nome *Caderno*, acreditando na provisoriedade do conhecimento que não esteja encerrado no trabalho solitário. Seu ato de fundação, aliás, contém o desejo de tornar-se uma espécie de palimpsesto, suporte de várias escritas, várias leituras. Nessa direção, nosso caderno tem ensaiado alguns passos, abrigando a produção de professores, subsidiando atividades de sala-de-aula, estimulando vocações e acolhendo os primeiros ensaios de nossos alunos. Não podemos deixar de registrar, nessa nova etapa, o apoio recebido do Departamento de História, pela límpida compreensão do papel que o *Caderno* pode desempenhar na elevação da qualidade do nosso curso de graduação e na criação de uma pós-graduação.



# CADERNO DE HISTÓRIA

Volume 3, número 1, janeiro/junho 1996

## SUMÁRIO

A ESCRAVIDÃO INDÍGENA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA Fátima Martins Lopes .....	7
O RIO GRANDE DO NORTE NO MAPA DE JACQUES DE VAULX, DE CLAYE (1579) Olavo de Medeiros Filho .....	30
COMUNISTA: a identidade do outro sob o olhar dos órgãos de segurança Débora Bithiah de Azevedo .....	35
O PARTIDO COMUNISTA NO RIO GRANDE DO NORTE: 1945-1964 Homero de Oliveira Costa .....	51
MARINHA, CIÊNCIA E SEGURANÇA NACIONAL NA ERA VARGAS (1930 - 1945) Alcileide Cabral do Nascimento .....	82
URBANIZAÇÃO EM CAMPINA GRANDE: caminhos e personagens (1970-1980) Fábio Gutemberg R. B. de Sousa .....	102

Cad. Hist.	Natal	v. 3	n. 1	p. 7-154	jan./jun.	1996
------------	-------	------	------	----------	-----------	------

**A EVOUÇÃO DA CASA POTIGUAR NO SÉCULO XIX: algumas considerações a partir do contexto nacional**  
 Rubenilson Brazão Teixeira ..... 114

**MITO POLÍTICO: a idade de ouro da sociedade americana**  
 Francisco Fagundes de Paiva Neto ..... 139

SUMÁRIO

A ESCRAVIDÃO INDÍGENA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA  
 Fátima Martins Lopes ..... 7

O RIO GRANDE DO NORTE NO MAPA DE JACQUES DE VAUX DE CLAYE (1878)  
 Cláudio de Medeiros Fritto ..... 30

COMUNISTA: a identidade do outro sob o olhar dos órgãos de segurança  
 Débora Bittiani de Azevedo ..... 35

O PARTIDO COMUNISTA NO RIO GRANDE DO NORTE: 1945-1964  
 Homero de Oliveira Costa ..... 81

MARINHA, CIÊNCIA E SEGURANÇA NACIONAL NA ERA VARGAS (1930 - 1945)  
 Alcide Cabral de Nascimento ..... 82

URBANIZAÇÃO EM CAMPINA GRANDE: caminhos e perspectivas (1970-1980)  
 Fábio Gutemberg R. B. de Sousa ..... 102

1998	jan./jun.	p. 7-124	n. 1	v. 3	Instal	Cad. Hist.
------	-----------	----------	------	------	--------	------------

## A ESCRAVIDÃO INDÍGENA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Fátima Martins Lopes

Prof<sup>a</sup>. do Depto de História - UFRN

Mestranda em História - UFPE

*"A face mais conhecida do problema da escravidão no Brasil é a dos africanos nos engenhos de açúcar no Nordeste. Isto porque a história do período colonial no Brasil, ainda hoje, é vista a partir da estreita ótica do capitalismo comercial, voltado para o círculo mercantil do Atlântico Sul. Entretanto, fora desse âmbito restrito, grande parte da economia colonial dependia totalmente da exploração da mão-de-obra nativa, e talvez, nesse período, o aprisionamento de indígenas tenha sido maior de toda a história das Américas. As bandeiras paulistas, as tropas de resgate da Amazônia e as missões jesuíticas contribuíram para a expansão comercial da Europa promovendo um enorme despovoamento indígena".*

John Monteiro<sup>1</sup>

O trabalho escravo no Brasil colonial foi durante longo tempo tratado na historiografia brasileira como sendo referente apenas à utilização da mão-de-obra negra africana ou de seus descendentes nascidos na América. Somente muito recentemente foi que se começou a tratar o indígena e seu trabalho como objetos de estudo mais aprofundados, aceitando-se a escravidão indígena como elemento também importante na estrutura do Brasil colonial. Frente a essa constatação, é oportuno se questionar por que só recentemente tem-se alguns estudos sobre o assunto e por que não se valorizou historicamente o trabalho indígena.

<sup>1</sup> MONTEIRO, João M. Colonização e despovoamento. *Ciência Hoje*, n.16, p.13.

Poderiam ser levantadas uma série de explicações, não excludentes, que limitariam o interesse pelo tema e sua pesquisa, tais como algumas dificuldades na obtenção de documentos, pois é sabido que não havia um "tráfico" institucionalizado de índios que pudesse gerar uma documentação de entrada nos portos ou de pagamento de impostos, como o negreiro, apesar de se saber da normalidade das "entradas", dos "resgates" e das "guerras justas" contra os índios como forma de obtenção de escravos que eram geralmente conduzidos a capitanias diversas.

Outra explicação poderia estar na existência da superioridade numérica de escravos negros num período em que os "registros" escritos puderam ser feitos ou, pelo menos, mais guardados por se tratar de um período de colonização mais estável; ainda outra explicação poderia estar relacionada ao espaço de tempo maior da escravidão negra (desde de 1535 até a 1889), enquanto que, legalmente, a escravidão índia não deveria existir desde 1570, época da primeira lei de proibição; poderia se alegar a idéia disseminada da substituição total dos índios pelos negros nas lavouras, pela "incompetência", "preguiça", "inaptidão" daquele, somado ao "maior preparo dos negros para a agricultura", apesar da permanência da escravidão indígena em áreas de fronteira aberta, áreas economicamente fracas (ou melhor dizendo, desvinculadas da produção para exportação) ou áreas de difícil comunicação e acesso com o litoral receptor dos escravos negros.

Todas essas "explicações" foram de algum modo utilizadas para se justificar a inexistência de trabalhos sobre a escravidão indígena. Não podemos deixar de levar em conta as dificuldades metodológicas surgidas da "inexistência" ou rarefação de documentos, porém, também pode-se tentar explicar essas ausências pelas características da própria historiografia brasileira limitada em diversos momentos por situações e ideologias específicas.

## I

Ainda no período colonial, encontramos discussões extremamente polêmicas sobre a escravidão dos nativos das Américas. A Bula "*Sublimis Deus*", de 1537, do Papa Paulo III, que determinou que os nativos americanos eram "criaturas humanas e, como tais, suscetíveis

de fé e salvação", bem demonstra o teor de tais confrontos.<sup>2</sup> No entanto, a escravidão perdurou sendo uma instituição oficial e lícita, em certos casos, nas terras coloniais portuguesas e as discussões passaram a versar sobre a justiça ou não da escravidão nos diferentes casos concretos em que ocorriam.

Um dos trabalhos do Brasil Colonial mais significativos sobre a escravidão foi a "*Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*", do Jesuíta Jorge Benci, escrita em 1700.<sup>3</sup> Tratando apenas da escravidão negra, Benci pretendeu dar uma linha de agir aos senhores de escravos baseando-se nos escritos bíblicos. A escravidão não foi nunca questionada por ele, ao contrário, foi justificada através da sua origem no "*servatus*", aquele que se conserva a vida, mas se priva da liberdade como paga àquele que o salvou. Este, por sua vez, também teria deveres cristãos com o seu escravo, devendo a ele "pão, disciplina e trabalho" (segundo Eclesiastes, 33): "...o pão para que não sucumba, a disciplina para que não erre e o trabalho para que não se torne indolente". (p 51)

No mesmo século XVIII e na mesma linha de pensar também tivemos o trabalho do Padre Antonil, que com os seus três "P" para tratamento com os escravos (pau, pano e pão) não se afasta da idéia central de Benci. Os dois não trataram da escravidão indígena.

Logo percebe-se que desde o início do Brasil colonial, a escravidão índia é minimizada frente a negra, mesmo sendo péssimo o tratamento e o cerceamento da liberdade iguais para os dois. O que se privilegia é o relato do que é produtivo ou do que pode ser transformado em mais produtivo à metrópole: "Quem quer ir longe, poupa sua montaria" é o provérbio francês citado por Benci, e os índios parece-nos não faziam parte desse mundo "produtivo". Ao contrário, o que nos transparece é a tentativa de permanência ideológica da visão "edênica" das Américas, onde o índio é bom, amigo, ingênuo, que trabalha espontaneamente e está livre da escravidão defendida pelas Bulas papais e decretos régios, normalmente ineficientes.

O século XIX, ao contrário, expôs uma nova visão da América e seus nativos: uma visão "melancólica" onde os índios heróis estavam

<sup>2</sup> Apud FROHLICH, Roland. *Curso básico de história da Igreja*, p.128.

<sup>3</sup> BENCI, Jorge (S.J.). *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos* (1700).

mortos e os que permaneceram vivos eram identificados como preguiçosos, bêbados, imorais e não-adaptados ao mundo civilizado. A historiografia brasileira de então, herdeira dos colonos e seus pensadores que justificaram a substituição do trabalho índio pelo trabalho escravo negro pela inaptidão do índio, é baseada nas idéias positivistas, onde a história de um "povo" é a história de um "país" e, portanto, uma história política e econômica dos que "venceram" e mantiveram-se no poder; daí a constante preocupação com os "feitos e glórias" do português colonizador. O negro pelo papel que ainda desempenhava na sociedade quando a historiografia brasileira se inicia, é visto como inferior mas necessário; nesse entendimento, o índio que foi substituído pelo negro é considerado menos ainda que este e, portanto, é visto como tendo contribuído pouco para a construção do país: no máximo mostrou os espécimes vegetais comestíveis, cedeu alguns objetos como a rede, aliviou a tensão sexual dos portugueses pela "falta total" de mulheres brancas, mas trabalho, que era necessário, não deu. Era um "perdedor", perdeu a terra, a honra, a cultura; era uma figura "morta" e "desaparecida" na História.

Esta era uma historiografia que se preocupava em formar uma identidade nacional, em produzir a imagem da nação: povo, Estado, país. Dessa forma, ela reduziu a multiplicidade à unidade, as diferenças à igualdade, ultrapassou a narração para chegar à explicação eurocentrista do que estava oculto na aparência da sociedade, que apesar de multiétnica e miscigenada era encabeçada pelo "descendente" europeu que formou a elite sobre a "plebe" descendente de índios e negros. É fruto do processo civilizador do branco que queria degradar índios e negros para determinar a superioridade dos europeus ascendentes da elite brasileira "branca".

Um dos exemplos dessa historiografia é a *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo Varnhagen,<sup>4</sup> que ressaltou o papel "civilizador e cristão" dos colonos ao ensinarem os índios à "adotarem hábitos civilizados" (p. 219), advertiu que não se deveria envergonhar do que foi feito pelos colonizadores mas entender seus "instintos dignificadores". Para Varnhagen, o índio era "...vaidoso e independente, desconhecendo os direitos da razão e a supremacia da consciência..." (p.217) e deveria ser o trabalho o que o conduziria à civilização. No entanto, a

---

<sup>4</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil*

"piedade dos reis" havia proibido a escravidão, o que fez com que os índios fossem substituídos pelos escravos negros que, afinal, "...sabia-se por experiência...eram mais fortes, e resistiam mais ao trabalho aturado do sol do que os índios" (p.223). A partir daí, em sua obra, o índio passou a personagem da história que só era trazido ao palco para confirmar seus adjetivos de "bárbaro" e "dissimulado", e para sustentar que a sua contribuição à formação do país era apenas folclórica.

A historiografia do século XX é herdeira direta dessa anterior "formadora da nacionalidade", porém com dois fatores novos: agora era necessário incorporar a crise do trabalho compulsório e a formação da República, o que exigia uma nova explicação histórica para a formação do povo brasileiro.

Capistrano de Abreu<sup>5</sup> é um dos representantes mais significativos desse período: sua contribuição está em ver a civilização brasileira formada dentro do Brasil e não apenas vinda da Europa ressaltou os aspectos econômicos, políticos, geográficos e psicológicos que formaram a nacionalidade como produto do meio e das etnias envolvidas. Dessa forma, encarou os índios como também formadores da nacionalidade: "...os escravos indígenas com todos os percalços (doenças, morte, fuga) auxiliaram extraordinariamente aos que começaram a vida nestas terras..." (p.53). Porém, para ele, o "desaparecimento" dos índios trouxe como consequência o aumento da importação de escravos negros, ficando, assim, o índio também limitado a uma atuação fugaz que é logo substituída pela dos negros que juntamente com os brancos formariam a grande massa do povo.

Na década de 30, Gilberto Freyre publicou seu *Casa Grande e Senzala*<sup>6</sup>, livro-marco do estudo histórico-sociológico da escravidão no Brasil. Ainda pensando na formação da nacionalidade, em buscar as raízes brasileiras, procurou incorporar agora, diferentemente de Varnhagen, o povo, incluindo aí os negros e índios. No entanto, para Freyre, o índio pouco havia contribuído: "Do indígena quase que só aproveitou na colonização agrária do Brasil o processo da coivara,...se formos apurar a colaboração do índio no trabalho propriamente agrário, temos que con-

<sup>5</sup> ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos da História do Brasil: 1500-1800*.

<sup>6</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*

cluír pela quase insignificância desse esforço." (p.131) As atividades ligadas por ele ao índio eram as de caçador, pescador, remador, guerreiro, mas nunca a de "trabalhador", tampouco a de escravo:

*"Se os índios de tão boa aparência de saúde fracassaram, uma vez incorporados ao sistema econômico do colonizador, é que foi para eles demasiado brusca a passagem do nomadismo à sedentariedade;...O resultado foi evidenciar-se o índio no labor agrícola o trabalhador **banzeiro e moleirão** que teve de ser substituído pelo negro. Este vindo de um estágio de cultura superior ao do americano, corresponderia melhor às necessidades brasileiras de intenso e contínuo esforço físico."* (p.189; grifo nosso)

Vê-se que a idéia da substituição do índio, "incapaz e molengo" (p.269), pelo negro é evidente: o negro o substitui por superioridade física e cultural. A formação do Brasil, no entanto, contou com a contribuição inestimável da mulher índia "recém-batizada, esposa e mãe de família" (p.127) que ao se miscigenar garantia uma prole "superior".

Nessa mesma década, ainda na busca das raízes, surge na historiografia, uma outra perspectiva que procurou estudar as estruturas básicas econômicas e sociais, e enquadrar o Brasil colonial num esquema de relações com o mundo europeu, observando o que era predominante ou o que se "encaixava" nos "quadros" pré-determinados de teorias geralmente impregnadas de ideologias. Assim, a escravidão que fazia "sentido" era a escravidão negra, aquela que relacionava o Brasil com a Europa através do comércio de produtos elaborados pelo trabalho escravo. Por preocupar-se apenas com a estrutura que organizava e comandava, a escravidão, um elemento estrutural, não poderia ser subdividida, mas apenas uma - a negra.

No fim da década, Roberto Simonsen lançou seu livro *História Econômica do Brasil*<sup>7</sup> que iria iniciar essa linha na historiografia brasileira, influenciado por uma tendência mundial que procurava entender os momentos contemporâneos buscando no passado a formação da estrutura

<sup>7</sup> SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*

do país na história econômica. Simonsen interessou-se pelas principais matérias-primas e produtos de exportação, como açúcar e tabaco, e seu significado para a economia mercantil, considerando, principalmente, o período em que a escravidão negra supria majoritariamente a necessidade de mão-de-obra. Tratando da economia em geral, não analisou as relações de trabalho entre branco e índio, que foi tratado apenas como um parceiro inicial das trocas comerciais no período do não muito importante "ciclo do pau-brasil".

Nesse mesmo contexto, porém na década seguinte, Caio Prado Jr.<sup>8</sup> também pouco adicionou ao que já havia sido escrito sobre a "incapacidade", ao "baixo nível cultural" e a "rala demografia" indígenas: "Não seria grande, por isso, o serviço que prestariam aos colonos, que foram obrigados a se abastecer de mão de-obra na África. Os indígenas brasileiros não se submeteram com facilidade ao trabalho organizado que deles exigia a colonização; pouco afeitos a ocupações sedentárias, resistiram e foram dizimados em larga escala pelo desconforto de uma vida tão avessa a seus hábitos." (p.10) No entanto, diferentemente de Freyre e Simonsen, Prado Jr. inovou ressaltando a permanência da escravidão indígena em "São Vicente, Maranhão e Pará, onde os moradores, pobres demais para importarem escravos africanos, não podiam dispensar o trabalho dos índios."<sup>9</sup> A escravidão indígena era vista, contudo, apenas como uma ocorrência periférica, em áreas periféricas, que não representava ameaça à estrutura predominante.

Nessa mesma ótica, as décadas seguintes (50 a 70) se seguiram com trabalhos sobre a história do Brasil, sempre minimizando a importância da escravidão índia e sua contribuição na formação do Brasil.

Fernando Novais<sup>10</sup>, por exemplo, seguidor da idéia do "sentido" da colonização de Prado Jr., centrou sua pesquisa nas relações externas entre colônia e metrópole, onde a primeira, que era vista como um "apêndice" da segunda, se estruturou apenas para o "enriquecimento" daquela. Dessa forma, o trabalho indígena foi aceito apenas na "fase de implantação", sendo substituído principalmente pela "preferência" pelo

<sup>8</sup> PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*.

<sup>9</sup> Id. *Evolução política do Brasil*, p.25.

<sup>10</sup> NOVAIS, Fernando. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*

africano, que revelava "...mais uma vez a engrenagem do sistema mercantilista de colonização;... o tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias de escravos, abria um novo e importante setor de comércio colonial, enquanto que o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia." (p.89) Agora, a pouca importância do trabalho indígena estava não na sua inaptidão, mas na sua não vinculação primordial ao comércio de exportação ou, dentro dessa ótica, na sua especificidade dentro de uma história que primava pelo que é "predominante", "generalizante".

Nessa perspectiva, foram feitas algumas sínteses da História do Brasil geralmente utilizadas nos bancos escolares e de graduação, sendo a mais representativa e importante a *História Geral da Civilização Brasileira*<sup>11</sup>, organizada por Sérgio Buarque de Holanda e Bóris Fausto. Nela percebemos o mesmo privilegiamento que é genérico e predominante - o desaparecimento dos índios e a escravidão negra. Mesmo os trabalhos desse tipo mais recentes continuam mantendo essa perspectiva, notadamente o de Maria Yedda Linhares, *História Geral do Brasil*<sup>12</sup> onde perdura a idéia da escravidão indígena de somenos importância e apenas para os períodos iniciais da colonização; e o de Bóris Fausto, *História do Brasil*<sup>13</sup>, que se ateu à escravidão indígena apenas para explicar por que ela foi substituída pela negra, repetindo as mesmas justificativas da herança colonial - "cultura pouco afeita ao trabalho estável" e "drástica queda demográfica" (p.649).

## II

A historiografia brasileira recente, principalmente, a partir da década de oitenta, apresenta uma nítida mudança na maneira de pensar a história: preocupa-se mais com as especificidades do que com as generalizações, põe em xeque as "verdades" sedimentadas na história tradicional e reiteradas a partir daí. Influenciada pelas mudanças introduzidas na História a partir da década de 20 pela Escola dos Annales, pela Escola

<sup>11</sup> BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (Org.). *História geral da civilização brasileira*.

<sup>12</sup> LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*.

<sup>13</sup> FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*

de Frankfurt, e por pesquisadores que inovaram nas suas metodologias e abordagens como Michel Foucault e Edward Thompson, a historiografia brasileira incorporou as novas perspectivas possibilitadas pela importância dada a novos objetos de estudo, novos métodos e novas abordagens.<sup>14</sup>

Busca-se mais o entendimento dos elementos sociais, culturais e mentais, do que apenas os econômicos e políticos, e entrosos-os, dando a cada um importância correlata. Mais preocupada com as "minorias", valorizando também o que não é predominante ou geral, busca as especificidades das regiões e das épocas diversas. Passou da descrição e apologia dos "grandes fatos" para a análise do micro-ambiente, dos homens comuns e do cotidiano, que sempre estiveram ausentes da História do Brasil.

Com o incremento da pesquisa empírica, a visão da História do Brasil foi ampliada, saindo de dentro das limitações do trinômio escravidão negra-latifúndio-sistema de plantation (produção tropical para exportação), e olhando também para o trabalho livre, para os sistemas de produção de alimentos (roças), e para os diferentes produtos tropicais, demonstrando a diversidade das formas econômicas regionais e locais, que não são de maneira alguma excludentes umas em relação às outras, e a complexidade das relações entre o mundo econômico interno e o mundo externo.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novas abordagens; História: novos problemas; e História: novos objetos.*

<sup>15</sup> Vários trabalhos inovadores demonstram essas transformações, por exemplo: CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo.* Sobre o século XIX, tratando de agricultores pobres e livres, no interior do Rio de Janeiro, que contavam com o trabalho dos filhos na própria terra e como assalariados ocasionais, vinculando-se a um mercado local. O que não se "enquadra" na idéia predominante da economia de plantation como exclusiva no Brasil, nem tampouco em uma sociedade binomial senhores-escravos; GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado.* Apesar de ser um estudo sobre o século XX e sobre o crescimento da indústria e sua influência no Nordeste agrário, o autor consegue trazer à história "atores", invisíveis até então, que assumem diversos "papéis" econômicos e sociais, assim, o agricultor é também o comerciante da feira e o trabalhador assalariado sazonal, e a mulher é a dona-de-casa mas também a responsável pela horta e pela criação de animais domésticos, tanto para o consumo como para a feira. A apreensão dessa multiplicidade de "papéis" e da visibilidade desses "atores" podem servir de exemplos também para as pesquisas sobre os períodos coloniais e imperiais.

É certo que não foi apenas a influência de "escolas históricas" que transformou a historiografia brasileira, até porque tais "escolas" já se desenvolviam há várias décadas em outros países. Um novo momento era vivido então, de crise econômica mas também de liberação de um período ditatorial, quando a participação popular teve um grande ressurgimento. Assim, a preocupação com as "minorias" (étnicas, sociais e de gênero), com os "marginais" da história e entre eles os índios pode ser entendida.

Durante o período militar anterior, houve uma completa ocupação do território nacional, incluindo aí a Amazônia, o que levou ao rápido processo de contato e extinção da população indígena que havia sido poupada da sanha colonizadora através da internação nas áreas menos acessíveis. As estradas (Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho) que chegavam a essas áreas inacessíveis até então ou que cortavam parques e reservas indígenas, as concessões de terras para projetos agrícolas e de mineração, assim como a construção de hidrelétricas com seus lagos de inundação colocaram grupos índios arredios ou não em contato com estas frentes de penetração, causando, como anteriormente, doenças, morte, guerra. Tais fatos levaram a um movimento de opinião pública e de instituições de apoio à causa indígena provocando a mobilização e a luta dos próprios povos indígenas com denúncias à imprensa, chegando mesmo a conseguir uma candidatura e eleição do Chefe Xavante Juruna, em 1982.<sup>16</sup>

Tal situação trouxe à tona no mundo acadêmico discussões sobre a "identidade" e "direitos" indígenas, principalmente pela proximidade da Assembléia Nacional Constituinte (1988) onde se iria definir os direitos

<sup>16</sup> Algumas Instituições de apoio à questão indígena fundadas na época citada:

**CIMI** - Conselho Indigenista Missionário (1972) - órgão oficial da Confederação Nacional dos Bispos (CNBB) e da Igreja Católica Romana; **Comissões Pró-Índio** (1978) - organizadas em diversas unidades da Federação, dedicadas à denúncia e a tomada de consciência da questão indígena; **PETI** (1986) - Pesquisa, Estudo e Terras Indígenas/Museu Nacional/UFRJ; **MARI** (1989) - Grupo de Educação Indígena /MEC/USP; **Associação Brasileira de Antropologia**; e diversos grupos de União Indígena de âmbito locais e regionais. A única União Nacional (UNIND), teve pouca duração e não foi reconhecida pela FUNAI. Sobre as Instituições de Apoio à Questão Indígena ver SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. *A temática Indígena na Escola*, p.29-60. Sobre a situação deflagrada das discussões sobre os índios do Brasil, ver: BEOZZO, José. *Leis e Regimentos das Missões*; CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos do Índio*; e SILVA, Aracy Lopes da, e GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. *A temática indígena na Escola*.

historicamente negados<sup>17</sup> e das Comemorações dos 500 Anos da América (1992), que levou a reflexão da importância daquele momento para todos os povos do mundo.

Como um item importante que baseia muito da discussão histórica, principalmente quando se trata do período colonial devido à dominação portuguesa, a legislação indigenista foi um dos primeiros focos de estudo histórico sobre o indígena. Dentro do contexto já relatado, surgiram dois livros básicos: *Leis e Regimentos das Missões*, de José Oscar Beozzo e *Política Indigenista dos Portugueses, 1500-1640*, de Georg Thomas<sup>18</sup> que compilaram, transcreveram e analisaram as leis e regimentos que comandaram as relações entre índios e brancos, principalmente aquelas referentes à liberdade e ao trabalho indígenas. Em ambas as obras, não deixou-se de ressaltar que uma lei não é obrigatoriamente cumprida, mas indica as situações de confronto das sociedades onde elas surgem. Assim, percebe-se que a liberdade indígena e sua escravidão eram temas de constantes discussões.<sup>19</sup>

No início da década de 90, surgiu novo livro: *A Legislação indígena no século XIX*, de Manuela Carneiro da Cunha. Assim como os anteriores, ressaltou o aspecto da contínua proibição da escravidão indígena e a concomitante contínua perpetuação desta, lembrando

<sup>17</sup> Ver CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos dos Índios* e BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia*. Ambos escritos com a finalidade de auxiliar as discussões sobre a questão dos direitos indígenas na Assembléia Constituinte.

<sup>18</sup> BEOZZO, José Oscar. *Leis e regimentos das Missões* e THOMAS, Georg. *Política Indigenista dos Portugueses: 1500-1640*. Duas outras obras clássicas importantes tratando sobre a legislação indigenista: no século XIX - MALHEIRO, A. M. Perdigão. *A escravidão no Brasil*; ensaio histórico-jurídico-social. [1867]. 2.v.; no século XX - LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus*. Rio de Janeiro 1938-1950, 10.v., que, apesar de não tratar especificamente sobre a legislação, traz vastas informações sobre a do Brasil colonial.

<sup>19</sup> Principais leis e regimentos coloniais sobre a escravidão e trabalho indígenas:  
 1570 - decreta a liberdade, proíbe a escravidão com exceções das advindas das "guerras justas" e dos "resgates";  
 1609 - proíbe qualquer tipo de escravidão indígena;  
 1611 - reconhece a liberdade e o cativo lícito da "guerra justa" e do "resgate"; Bula de Urbano VIII (22/04/1639) - determina a excomunhão para quem cativasse ou vendesse índios no Brasil;  
 1680 - Decreta a liberdade dos índios em qualquer caso;  
 1686 - Regimento das Missões - válido até 1755, proíbe o cativo, com exceção na "guerra justa" e estabelece o trabalho remunerado dos índios aldeados;  
 1688 - permite o cativo de prisioneiros de guerras intertribais resgatados e de prisioneiros de "guerras defensivas". Sobre essa legislação ver nota 18.

que a lei tida como definitiva quanto à escravidão indígena do período colonial, o Diretório dos Índios, decretada pelo Marquês de Pombal em 1757, determinou a "liberdade dos índios" total, sem exceções, mantendo, no entanto, a obrigatoriedade das "prestações de serviços a particulares e ao Estado", tornando-se, na realidade, um simulacro de liberdade. Tal situação foi comprovada quando, em 1808, apesar da permanência da "proibição" da escravidão, o Regente D. João, decretou a "escravização temporária" dos Botocudos por tempo determinado para "ensinar-lhes a agricultura" e os "ofícios mecânicos", para "elevá-los a uma condição propriamente social, isto é, humana."<sup>20</sup>

Além da bibliografia que tratou da legislação indigenista, sobre o tema da escravidão indígena em si dedicam-se ainda poucos estudos específicos, sendo ele abordado de forma mais secundária, ou diluída, em estudos mais abrangentes. Neste último caso, incluem-se os trabalhos que trataram da escravidão negra no Brasil colonial. Na década de 30, Gilberto Freyre, já havia dedicado um capítulo do seu *Casa Grande e Senzala* para tratar dos índios, como já foi mencionado, no entanto, pouca contribuição ele encontrou no trabalho indígena.<sup>21</sup> Exponentes mais recentes do estudo do escravismo ou do trabalho compulsório colonial, como Jacob Gorender e Décio Freitas,<sup>22</sup> por exemplo, também dedicaram capítulos de seus trabalhos para tratar dessa questão. Os dois autores ativeram-se, principalmente à questão da substituição do trabalho escravo índio pelo negro, aceitando a pouca sustentabilidade das teses utilizadas até então para explicar a "substituição" do trabalho índio pelo negro, a começar pela própria "substituição", já que a escravidão indígena não deixou de ocorrer no período colonial, demonstrando ser falsa também a explicação da inaptidão do índio ao trabalho. Quanto à superioridade física e técnica dos negros, rebatem alegando que as doenças e mortes, tanto pelas perseguições quanto pela superexploração, eram comuns aos dois e quanto à "selvageria e fome de liberdade" dos índios em contrapo-

<sup>20</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889*, p.23.

<sup>21</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*, p.123-191: O indígena na formação da família brasileira.

<sup>22</sup> GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*; FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro; Escravidão de índios e negros no Brasil*.

sição à "docilidade e submissão" dos negros, lembram das diversas revoltas e resistências também comuns a ambos.

Para Décio Freitas, a substituição do índio, quando houve, foi mais em áreas vinculadas ao comércio externo, fazendo parte de um esquema triangular de trocas de mercadorias baratas por negros na costa da África, permutados por matérias-primas nas colônias americanas e vendidas na Europa a preços altos, que possibilitava altíssimos lucros. Assim, para ele, não foi a "força física ou os predicados antropológicos do negro" responsáveis pela substituição, mas sim a utilização do escravo negro como "moeda" barata e não-metálica que garantia o comércio internacional das matérias-primas da América (1991, p.26). Apesar da "lógica mercantilista" da hipótese de Freitas, ou por causa dela, não podemos deixar de observar que ele mantém a determinação do comércio exterior sobre todas as decisões da colônia, lembrando as explicações generalizantes para a história e deixando de observar as especificidades das regiões e das diversas épocas, como também o papel da resistência dos índios à escravidão.

Gorender, por seu lado, explicou a substituição do índio pelo negro, através de uma análise que leva em conta também o contexto colonial, no caso, a demografia indígena: a escravidão índia foi predominante nos séculos XVI e XVII quando as doenças, a superexploração, as fugas e mortes levaram a um decréscimo populacional que tornou economicamente viável para os senhores de engenho a importação de escravos negros. Para ele, "... o negro constituía já na 1ª metade do século XVII, a força de trabalho fundamental das regiões de economia plantacionista próspera, continuando o índio o recurso preponderante ou quase único das regiões pobres, onde a produção de lucrativos gêneros de exportação não vingava." (p.125) Como se vê, apesar de Gorender concordar com a existência da escravidão índia, ele a mantém numa esfera periférica e não lucrativa.

Outra obra não específica, mas de suma importância para a temática indígena na historiografia brasileira é a de Stuart Schwartz. Em seu *Burocracia e Sociedade do Brasil Colonial*<sup>23</sup> analisa os conflitos

<sup>23</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade do Brasil Colonial*, cap.6, p.99-112: Juizes, jesuítas e índios.

entre colonos, missionários e Governo Colonial relativos à legislação que regulava a escravidão e as relações de trabalho dos índios; ressalta a força de barganha dos colonos, ávidos pela mão-de-obra indígena, que conseguiu fazer mudar e depois manter uma legislação ambígua que garantia a liberdade dos índios ao mesmo tempo que deixava aberta a porta à escravidão e ao uso do trabalho compulsório, principalmente nas áreas do sertão e de economia mais fraca.<sup>24</sup> Para ele, a utilização da mão-de-obra indígena pacificada e aldeada pelos jesuítas era até mais lucrativa e necessária nos primeiros tempos da colônia do que a escravidão "...já que não envolvia nem um investimento a longo prazo nem os riscos e responsabilidades de proprietário." (p.105). Inova, então, em salientar a "racionalidade" das decisões dos senhores coloniais fora do âmbito do escravismo negro e, ao mesmo tempo, em dar uma nova ótica ao trabalho "assalariado" tão pesado quanto o escravo.

Em seu *Segredos Internos*, Schwartz<sup>25</sup> se demora em analisar a escravidão indígena e o trabalho "assalariado" nos engenhos baianos do século XVI, e inicia por questionar Alexander Marchant, cujo trabalho *Do escambo à escravidão* (1943) foi pioneiro na "visibilidade" do trabalho indígena.<sup>26</sup> Marchant explicou a escravidão indígena e sua posterior substituição como resultado da "reação indígena" aos estímulos da oferta de mercadorias portuguesas, isto é, sendo a forma inicial dos portugueses de obtenção de gêneros e trabalho indígenas através do "escambo" por mercadorias simples e baratas, os indígenas tornando-se "...cheios de si e cubiçosos (sic) recusavam a aceitar utensílios de ferro que antes constituíam a sua paga." (p.95) Assim, para obter os mesmos serviços de antes, os portugueses deveriam trocá-los por mercadorias cada vez mais

<sup>24</sup> A ambigüidade da legislação colonial é também ressaltada por BEOZZO, J.O. *Leis e regimentos das Missões*; THOMAS, G. *Politica indigenista dos Portugueses: 1500-1640* e CUNHA, M.C. *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889*.

<sup>25</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Trata da indústria açucareira no Brasil e o seu desenvolvimento na Bahia, fazendo também um estudo sócio-econômico do Brasil colonial rural. Se ocupa, na Parte 1, Formação - 1500-1600, de dois capítulos sobre o trabalho escravo índio: cap.2, p.40-56. Uma geração exaurida: agricultura comercial e mão-de-obra indígena e cap.3, p.57-73: Primeira escravidão: do indígena ao africano.

<sup>26</sup> MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão*. Este trabalho de suma importância na história do indígena no Brasil, contribui no clareamento de um período extremamente mal focalizado na historiografia - o período inicial do século XVI - ressaltando a importância do trabalho indígena para a fixação do colono português no litoral brasileiro.

dispendiosas (ferramentas maiores, armas de fogo, aguardente) gerando um "alto custo de vida" pela grande disputa entre os portugueses para obtenção dos "favores dos índios" (p.97), resultando, então na "alternativa" da escravidão, que não foi tolerada pelos indígenas que reagiram através de "guerras de represália", tornando a vida na colônia extremamente difícil. Portanto, para Marchant os índios, "...embora valiosos na sua ajuda (no Brasil primevo), não continuaram a prover a espécie de trabalho então necessitado, e sua deficiência compeliu os fazendeiros a procurar em outra parte um suprimento de braços. Esse suprimento, encontraram-no entre os escravos negros da África..." (p.187).

Schwartz discorda da visão "mercantilista ocidental" que Marchant deu aos índios, ressaltando, ao contrário, exatamente, a forma indígena de entender o mundo sob a perspectiva comunitária quanto à produção e ao consumo em "uma sociedade na qual o *status* não derivava de capacidade econômica". Para ele, o escambo foi bem aceito pelos índios não pelo que lhes era oferecido, mas porque já permeava a cultura indígena sem agredi-la, mesmo quando o objeto de troca era o trabalho. Diferentemente, o trabalho na lavoura não foi aceito facilmente pelo índio porque agredia a cultura indígena em "aspectos fundamentais da vida e mentalidade", como a contrariedade do costume do trabalho feminino na lavoura ou o trabalho que visava a acumulação e não o sustento. Assim, a escravidão indígena seria uma solução encontrada para a necessidade de mão-de-obra sedentária dos engenhos também sob a "...influência da natureza da sociedade indígena e da dinâmica interna das percepções e necessidades dos nativos." (p.45) Sua inovação foi fazer um entrosamento das ações e do mundo indígenas com a realidade colonial, reputando-os como um dos principais fatores influenciadores nas decisões dos senhores coloniais, afastando-se da idéia das determinações externas das decisões coloniais e da passividade indígena.

No seu capítulo 3 (Primeira escravidão: do indígena ao africano), Schwartz utilizou os documentos vários dos engenhos e os registros paroquiais para examinar e traçar, pela primeira vez, as formas, o emprego e as estruturas da mão-de-obra indígenas nos engenhos, demonstrando que, no âmbito metodológico, não é impossível se fazer uma história da escravidão indígena no Brasil. Ressaltou que o trabalho indígena foi

explorado não apenas através do cativo (lícito ou ilícito), mas também do escambo e do assalariamento, que pouco ameniza a carga dos índios na economia colonial (p.58) Discutiu, ainda, a passagem da predominância da escravidão indígena para a africana através da "...conjunção de fatores demográficos, econômicos e políticos que evidenciavam os riscos de uma economia alicerçada no trabalho escravo ou forçado dos índios." (p.52), isto é, para ele, a decisão da utilização do escravo negro foi tomada frente às condições reais que se deram na colônia, e não uma imposição dos traficantes negreiros nem da Europa: "O regime de trabalho e a natureza da mão-de-obra foram determinados não só pela Corte, em Lisboa, ou pelos estabelecimentos financeiros de Amsterdã e Londres, mas também nas florestas e canaviais da América". (p.73)<sup>27</sup> Assim, Schwartz colocou também nas mãos dos índios parte na decisão sobre sua não escravização, além de evidenciar que esses primeiros tempos de escravidão indígena deixou fortes bases na estrutura e funcionamento dos engenhos e da sociedade coloniais, viabilizando a empresa açucareira colonial. (p.72-73)

Como um dos poucos exemplos de um estudo específico sobre a escravidão indígena, pode-se apontar o recente livro *Negros da Terra*, de John Monteiro,<sup>28</sup> onde discutiu a participação do indígena na história e economia paulistas nos séculos XVI a XVIII, tratando o trabalho indígena dentro da perspectiva da escravidão voltada para o mercado interno - a produção de trigo no planalto paulista. Ao mesmo tempo, Monteiro redefiniu a função dos movimentos bandeirantes, assentados na captura e exploração da mão-de-obra indígena, postando-se longe das apologias aos "grandes sertanistas e desbravadores" tão caros à historiografia tradicional. Monteiro conseguiu, então, tocar em pontos solidificados na historiografia brasileira, como o papel minimizado do índio na História do Brasil, o mito do bandeirantismo e a pouca importância das economias

<sup>27</sup> Opondo-se, assim, à idéia de Décio Freitas. Para Schwartz, a resistência acirrada, a epidemia da década de 560, a proibição da escravidão índia na década de 570 e uma "vantagem comparativa" para os africanos baseado na produtividade em termos de retorno sobre o investimento (apesar dos africanos serem mais caros, representavam um investimento mais lucrativo), explicam porque alguns colonos se voltaram para o tráfico atlântico de escravos; Para a disseminação da varíola e outras doenças no Brasil quinhentista, ver VAINFAS, Ronaldo. *América em tempo de conquista*, p.102-17.

<sup>28</sup> MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*.

as não exportadoras para a formação do país, contribuindo, assim, na abertura de novas discussões sobre a dinâmica da economia e sociedade coloniais, onde a participação do indígena passa também à de "agente" histórico.<sup>29</sup> Utilizando inventários e testamentos, Atas das Câmaras Municipais, entre outros documentos como fontes de pesquisa, Monteiro demonstrou, como já o havia feito Schwartz, a possibilidade metodológica de se fazer a história do indígena.

Outro texto, na mesma perspectiva, também demonstrou a importância da ação indígena na História do Brasil. Em *"Tame indians", "wild heathens" and settlers in the Southern Bahia in the late eighteenth and early nineteenth centuries*, Bert Barickman<sup>30</sup> discutiu a idéia sedimentada da "passividade" indígena e o inexorável "processo de contato, acomodação e conquista", que teria levado a uma "silent struggle" (luta silenciosa) entre índios e colonos que não implicaria em qualquer influência no sentido tomado pela colonização. Ao final, Barickman demonstrou que não houve uma "silent struggle", ao contrário, essa luta permanente teria conseguido, através desses quase quinhentos anos, determinar características próprias à colonização e ao desenvolvimento de várias áreas do Brasil ao limitar a possibilidade de instalação de uma economia comercial viável. A constante resistência indígena, tanto armada quanto passiva (fuga, bebedeiras etc), contra a escravidão, o trabalho compulsório e a "aculturação" forçada dos aldeamentos, na área da Comarca de Porto Seguro (Bahia) demonstram a força da ação indígena no estabelecimento do padrão de ocupação e economia coloniais: "Os índios não venceram no Sudeste da Bahia. Mas, até então, os portugueses também não. Mesmo na metade do século XIX, eles não haviam criado nem uma economia comercial forte, nem um campesinato estável, próspero e

<sup>29</sup> *Ib.*, p.29-36. No item *Contato, Alianças e Conflitos*, demonstrou os índios como agentes participantes ativos das relações com os portugueses que incluíam interesses mútuos, dando, assim, características mais "racionalis" aos índios que não eram percebidas na historiografia tradicional.

<sup>30</sup> BARICKMAN, Bert. *"Tame indians", "wild heathens" and settlers in the Southern Bahia in the late eighteenth and early nineteenth centuries*. Comunicação apresentada no Seminário em Comemoração à Semana do Índio - 19/04/1995. Texto cedido pelo autor - Professor da Universidade do Arizona e Professor Visitante da Universidade Federal de Pernambuco.

totalmente aculturado." (p.41)<sup>31</sup>. Barickman finalizou lembrando a presença dos índios Pataxó nos dias atuais nessa região que, vivendo em suas reservas, continuam lutando contra fazendeiros e posseiros pela preservação da posse de suas terras numa luta que em nada é "silenciosa", pelo menos para os índios que a têm travado há quinhentos anos.

Deve-se ressaltar ainda uma bibliografia também nova que se ocupa com o ressurgimento dos povos indígenas e com a luta pelos seus direitos sociais, econômicos e políticos, principalmente, direito ao respeito às diferenças étno-culturais. Como acontece em toda América Latina<sup>32</sup> também no Brasil a importância da contribuição do indígena, e do seu trabalho, na formação dos países latinos é recuperada pela história para a garantia ao apoio às "emergências étnicas", que somente agora, nesse novo contexto político, são possíveis de acontecer. Comprovando tal fato, num trabalho de 1993, foram registrados 27 grupos indígenas oficialmente reconhecidos só no Nordeste, cuja população vai de 30 a 4.750 pessoas num total geral de 31.600, distribuídas em 46 áreas indígenas, entre adquiridas, identificadas, delimitadas ou homologadas.<sup>33</sup>

31 "The indians had not won in southern Bahia. But nor, for the moment, had the Portuguese. Even in the mid-nineteenth century, they had created neither a strong comercial economy nor a stable, prosperous, and thoroughly acculturated peasantry."

32 Por exemplo, nos estudos de MALLON, Florencia E. Entre la utopia y la marginalidad: comunidades indígenas y culturas políticas en Mexico y los Andes; 1780-1990. *História Mexicana*. n.2, p.473-504 e de PEÑA, Guillermo de la. *Etnicidad, ciudadanía y cambio agrario: apuntes comparativos sobre tres países latinoamericanos*. Apresentação no XVI Coloquio de El Colegio de Michoacán: Las disputas por el Mexico Rural, Transformaciones de prácticas, identidades y proyectos. (Ed. fotocopiada cedida pelo autor).

33 Atlas das Terras Indígenas do Brasil. PETI (Projeto Estudos sobre Terras Indígenas), Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1993, apud ARRUTI, José Mauricio A. Morte e vida no Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. *Estudos Históricos*, p.59. Nesse contexto, deve-se ressaltar o trabalho importante e de longa data que diversos antropólogos, desde a década de 30 vêm fazendo sobre os índios do Brasil do ponto de vista antropológico, contribuindo também para uma revisão da história indígena e do Brasil, pois muitos desses trabalhos fazem análises históricas que contribuíram para o entendimento das consequências do contato interétnico para os índios brasileiros da atualidade: NIMUENDAJU, Kurt. *Mapa etno-histórico de Kurt Nimuendaju*. FERNANDES, Florestan. *A organização social dos Índios Tupinambás*. RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria*. MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*. GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*.

Nos últimos cinco anos surgiram publicações que podem ser consideradas marcos definidores da guinada que a historiografia brasileira deu frente ao estudo do indígena e sua participação efetiva, seja na contribuição cultural ou de seu trabalho, na História do Brasil. Dentro da perspectiva de valorização da temática indígena na História do Brasil, o Núcleo de História do Indígena e do Indigenismo, da Universidade de São Paulo (USP) como resultado de um projeto iniciado no ano de 1991, publicou diversos Catálogos de Fontes Inéditas para História Indígena, que possibilitará pesquisas futuras, demonstrando a importância que a temática assumiu.<sup>34</sup> Tais Catálogos de Fontes Inéditas contribuem para suprir a necessidade de pesquisas regionalizadas fundamentadas em documentação que, de forma monográfica, demonstre esse Brasil diverso e múltiplo da nossa formação.

Ainda dentro do mesmo Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, surgiu no ano de 1992, uma publicação que serve de baliza para essa nova visão, e também de orientador para trabalhos futuros: *História do Índio no Brasil*.<sup>35</sup> Com textos escritos por diversos pesquisadores especialistas em sua área, optou-se por uma ótica regional, permitindo que as diferenças espaciais e temporais sejam percebidas, sem que se perca de vista a conexão de cada região com o contexto colonial e imperial global. Para cada região elaborou-se um texto sobre a história do contato com os colonos, sendo o trabalho escravo ou "remunerado" sempre levantado como um dos aspectos importantes e decisivos nessas relações, demonstrando que a temática é de grande valia para o entendimento da história do índio e do Brasil, tanto nos períodos colonial quanto imperial.<sup>36</sup>

<sup>34</sup> Catálogos para História indígena, ver: CUNHA, Manuela C. da (org). *Legislação indigenista no século XIX*; uma compilação: 1808-1889. DANTAS, Beatriz Góis. *Repertório de documentos para a História indígena*; PORTO ALEGRE, Maria Sylvia; MARIZ, Marlene da Silva; DANTAS, Beatriz Góis. *Documentos para a História indígena no Nordeste*: Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe. MONTEIRO, John Manuel (Org). *Guia de fontes para a História indígena e do indigenismo em Arquivos Brasileiros*: acervo das capitais.

<sup>35</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). *História dos Índios no Brasil*.

<sup>36</sup> Sobre Política e legislação indigenista, ver os textos a seguir que fazem parte da obra de CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). *História dos Índios no Brasil*. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial (séculos XVI a XVIII). p.115-132.; Para a Região Central: KARASCH, Mary. Catequese e cativo: política indigenista em Goiás, 1780-1889. p.397-412; Para Região do Alto Amazonas: PORRO, Antônio.

Outra publicação, *A Temática Indígena na Escola*,<sup>37</sup> veio por sua vez, auxiliar na introdução das novas perspectivas sobre a história indígena na escola. Dedicada para o ensino de 1º e 2º Graus, o livro enfoca diversos aspectos revistos pelas pesquisas mais atuais, entre elas sobre a escravidão indígena e seu papel na formação do Brasil, pretendendo, assim, desmistificar desde as mais tenras idades os "mitos" quanto ao índio, seu mundo e seu papel na nossa história, produzidos pela historiografia ainda herdeira da visão preconceituosa e tendenciosa dos colonizadores.

Essas novas obras da historiografia brasileira sobre os índios e seu trabalho, entre outros aspectos, demonstra que não há mais "impossibilidade" metodológica para se pesquisar a história indígena, seja no século XVI ou XIX. Se impedimentos permanecem devem ser procurados na base teórica que norteia o direcionamento da pesquisa histórica; provavelmente se encontrará aí uma base positivista, preconceituosa, herdeira de um visão acrítica e tendenciosa.

## BIBLIOGRAFIA

- ARRUTI, José Maurício A. Morte e vida no Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, p.57-94, 1995.
- BARICKMAN, Bert J. "Tame indians", "wild heathens" and settlers in southern Bahia in the late eighteenth and early nineteenth centuries. Comunicação apresentada no Seminário em Comemoração à Semana do Índio - 19/04/1995. Texto cedido pelo autor - Professor da Universidade do Arizona e Professor Visitante da Universidade Federal de Pernambuco).

---

História Indígena do Alto e Médio Amazonas: século XV a XVIII. p.175-196. Para Região da Amazônia Meridional: MENÉNDEZ, Miguel A. A Área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonos e indígenas, p.281-296; Para Região Nordeste: DANTAS, Beatriz Góis; SAMPAIO, José Augusto; CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os Povos Indígenas do Nordeste: um esboço histórico, p.431-456.; Para Região Sul-Sudeste: MONTEIRO, John. Os Guarani e a história do Brasil Meridional: séculos XVI-XVII, p.475-498.

<sup>37</sup> SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONE, Luis Donizete Benzi. *A temática indígena na Escola*.

- BENCI, Jorge (S.J.). **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos**. (1700). São Paulo: Grijalbo, 1977.
- BEOZZO, Oscar. **Leis e regimentos das Missões**. São Paulo: Loyola, 1983.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. (Org.) **História geral da civilização brasileira**. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1989. t.1 e 2.
- CAPISTRANO DE ABREU, J. **Capítulos da História do Brasil: 1500-1800**. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/SMC: Companhia das Letras, 1992.
- \_\_\_\_\_. (Org) **Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889**. São Paulo: EDUSP/Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Os direitos dos índios**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DANTAS, Beatriz Góis. **Repertório de documentos para a história indígena: Arquivo Público Estadual de Sergipe**. São Paulo: NHII-USP/FAPESP, 1993.
- FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP: FDE, 1994.
- FERNANDES, Florestan. **A organização social dos índios tupinambás**. São Paulo: Progresso, 1949.
- FREITAS, Décio. **Escravidão de índios e negros no Brasil**. Porto Alegre: EST/ICP, 1980.
- \_\_\_\_\_. **O escravismo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. (1933) São Paulo: Círculo do Livro, [198--].
- FROHLICH, Roland. **Curso básico de história da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1987.

- GAGLIARDI, José Maurício. **O indígena e a República**. São Paulo: HUCITEC: USP/ SEC-SP, 1989.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado**; estratégia de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- GOENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1988.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus**. Lisboa: Portugalia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938-1950. 10v.
- LINHARES, Maria Yedda (Org), **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- MALHEIROS, Agostinho M. Perdigão. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico-jurídico-social (1867). 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1973. v.2.
- MALLON, Florencia E. Entre la utopia y la marginalidad: comunidades indígenas y culturas políticas en Mexico y los andes; 1780-1990. **História Mexicana**, v.42, n.2, p.473-504, out./dez. 1992.
- MARCHANT, Alexander. **Do escambo à escravidão**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943. (Col. Brasileira, 225).
- MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- MONTEIRO, John Manuel. Colonização e despovoamento. **Ciência Hoje**, v.15, n.16, p.13-23, nov./dez. 1992.
- \_\_\_\_\_. (Org). **Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros**: acervo das capitais. São Paulo: NHI-USP/FAPEESP, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Negros da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOREIRA NETO, Carlos Araújo. **A política indigenista durante o século XIX**. Rio Claro, 1971. 2v. Tese (Doutorado).
- \_\_\_\_\_. **Índios da Amazônia**: da maioria a minoria. Petrópolis: Vozes, 1988.
- NIMUENDAJU, Kurt. **Mapa etno-histórico de Kurt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

- NOVAIS, Fernando. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- OLIVEIRA, Roberto de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- PEÑA, Guillermo de la. **Etnicidad, ciudadanía y cambio agrario: apuntes comparativos sobre tres países latinoamericanos**. Apresentação no XVI Coloquio de El Colegio de Michoacán: Las disputas por el Mexico Rural, Transformaciones de prácticas, identidades y proyectos. 1994. (Ed. fotocopiada cedida pelo autor).
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia; MARIZ, Marlene da Silva; DANTAS, Beatriz Góis. **Documentos para a história indígena no Nordeste**: Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe. São Paulo: USP/PAPESP, 1994.
- PRADO JR. Caio. **Evolução política do Brasil**. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- \_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil**. (1942) São Paulo: Círculo do Livro, [198--].
- RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Segredos internos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. **A temática indígena na escola**. Brasília: MEC/UNESCO, 1995.
- SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- THOMAS, Georg. **Política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500-1640**. São Paulo: Loyola, 1982.
- VAINFAS, Ronaldo. **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- VARNHAGEN, Francisco A. **História geral do Brasil**. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. t.1.

## O RIO GRANDE DO NORTE NO MAPA DE JACQUES DE VAULX, DE CLAYE (1579)

Olavo de Medeiros Filho  
Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Norte  
Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

O cartógrafo normando JACQUES DE VAULX, DE CLAYE (Vaudeclaye) foi autor de dois mapas que retratam o território brasileiro, ambos datados de 1579. O primeiro desses trabalhos é denominado LE VRAI POURTRAIT DE GENEURE ET DU CAP DE FRIE (O Verdadeiro Retrato do Rio de Janeiro e do Cabo Frio). Supõe-se que Catarina de Medicis, cujo filho Henrique III reinava na França, pretendesse na ocasião enviar uma expedição conquistadora ao Rio de Janeiro, com a finalidade de ali fundar uma colônia, cujo governador seria Filipe Strozzi, primo de Catarina. Elaborado em Dieppe, o mapa a que nos referimos acha-se sob a guarda da Biblioteca Nacional de Paris.

O documento cartográfico mais destacado da região Nordeste do Brasil, no século XVI, também pertence à lavra de Jacques de Vaulx, de Claye. A carta, elaborada em Dieppe em 1579, representa o litoral nordestino, do Rio Real (Bahia) ao Maranhão. Trata-se de um pergaminho iluminado, em que figuram diversas informações de natureza econômica e etnográfica, transmitidas através de ilustrações. No referido mapa aparece uma mão que empunha uma bandeira com o brasão de Filipe Strozzi. O título desse segundo mapa é PARTIE DE LA GUYANE ET LITTORAL DU BRESIL DEPUIS LA GUYANE JUSQU'AU RIO REAL, guardado na secção de "Cartes et Plans" da Biblioteca Nacional de Paris, sob o código Rés. Ge D 13871.

O território correspondente ao Rio Grande do Norte acha-se incluído no meio-círculo, traçado a compasso, que tem o seu início na Baía de São Domingos (rio Paraíba), estendendo-se até às proximidades do Rivière du Parcel (rio do Parcel), que nos parece corresponder ao atual

rio Acaraú. Defronte à barra do referido rio, existe o chamado Parcel do Acaraú, um banco de areia que se prolonga por 3,5 léguas.

Tentaremos, a seguir, descrever os acidentes litorâneos incluídos no mapa de J. de Vaulx, de Claye, no que tange ao território hoje representado pelo RIO GRANDE DO NORTE:

MONT DE SAINCT MICHEL (Monte de São Miguel) – No mapa aparecem diversos montes, que podemos identificar como sendo a Chapada do Apodi, cujo último afloramento recebe a denominação de Morro de Tibau, "formado de rochas cobertas de areias vermelhas e movediças à ação dos ventos reinantes", segundo informa Nestor Lima.

R. ST. MICHEL (Rio de São Miguel) – Trata-se do rio Apodi/Mossoró. Em 1587, Gabriel Soares de Souza fazia menção ao rio de São Miguel, no litoral norte-rio-grandense, entre o Jaguaribe e a Baía das Tartarugas,

BASSES SAINCT LUC (Baixos de São Lucas) – Segundo a legenda existente no mapa, "les basses saint Luc qui sont fort dangereuse et nya que une brasse et brasse demie deu dessus" (os baixos São Lucas que são muito perigosos e não têm mais que uma braça e meia de água em cima). Os antigos baixos de São Lucas correspondem aos atuais baixos de João da Cunha, localizados defronte à barra do rio Mossoró, distanciados cerca de 11 milhas da terras.

R. PREMIER (Rio Primeiro) – Tratava-se do atual rio Açú. Antigamente a foz do referido rio era composta por cinco braços: Conchas, Cavalos, Amargoso ou Saigado, Manuel Gonçalves e Arrombado. A barra do rio Açú ocupa uma faixa litorânea correspondente a quatro léguas, formando a antiga Baía das tartarugas (séc. XVI).

CAMBALLU – À altura da atual ponta do Tubarão, figura a imagem de uma indígena, com a indicação CAMBALLU. Parece tratar-se de uma grafia corrompida de Cannibale (francês) ou Cannibali (espanhol).

No trecho do mapa, entre o monte de São Miguel e a indicação CAMBALLU, consta a legenda: "Ici ce trouve de lumbregris le long des sablons de la mer. Les sauvages en apportent parfois aux français a St. Domingues fortes cottons" (Aqui se encontra âmbar cinza ao longo das areias do mar. Os selvagens carregam às vezes para os franceses em São Domingos muito algodão).

LA GRAND BEE DU PARCEL (A Grande Baía do Parcel) –

Corresponde àquela que se estende do rio Guamaré à ponta dos Três Irmãos, com 8 léguas de extensão. No mapa figuram dois montes de formato cônico, ao leste da baía, notando-se que muito deslocados da sua verdadeira posição geográfica. São denominados de cabugi e Cabugizinho. Segundo M.A. VITAL DE OLIVEIRA, "Passa pelo interior d'Água Maré a Serra do Cabugi, na distância de 5 a 6 milhas da praia, onde se notam dous outeiros isolados e próximos, que ainda mais conhecido tornam este lugar". Acompanhando a Grande Baía, encontram-se os baixos de São Roque. No mapa consta a legenda "Ici ce prend de lumbre gris" (Aqui se apanha âmbar cinza). Ao leste da Grande Baía do Parcel aparece a legenda "Ici ny a point de bresil mais il y a des porures et de papaious et aultres bestes" (Aqui não existe nada de brasil mas há pelas papagaios e outros bichos).

R. DE OUYTACAS – Talvez seja o atual rio de Touros, que banha a cidade do mesmo nome.

COSTE DES MERENGASTES (Costa de Maranguape, também chamada de Maxaranguape) – Região litorânea compreendida entre Touros e o Cabo de São Roque, onde existia "Ce vilage sapele Souasoutin par les Français" (Esta aldeia é chamada Souasoutin pelos Franceses). Pelo idioma tupi, podemos interpretar Souasoutin como Çuaçu Tin, isto é, Focinho de Veado, provavelmente o nome de um chefe indígena aliado dos franceses...

SAINCT ROC (São Roque) – Corresponde ao Cabo de São Roque. Defronte ao cabo, figura a legenda "Les basses Saint Roc lequelles de basse eau (...) terchent vinte une lieux et sont dangereuse" (Os baixos de São Roque os quais com água baixa se estendem 21 léguas e são perigosos).

POTIIOU (Potiú, Rio Potengi) – Logo após a sua barra, figura uma ilha, hoje chamada Ilha do Cajueiro, formada pelos esteiros do Jaguaribe e Manimbu. Em direção ao interior, no Potengi vê-se o topônimo OURAPARY, provavelmente uma aldeia chefiada por um maioral do mesmo nome (Ura = pássaro; Pari = coxo) ...

Ao sul do Potiou, figura a legenda "HUAP – Huap est une grosse montagne de sablons blanc et ya bonne rade" (Huap é uma grande montanha de areia branca e ali há um bom ancoradouro).

PITIMBOU (Pitimbu) – O Pitimbu é um afluente do rio Pirangi. No mapa aparece como sendo o rio principal. Ao lado do topônimo existe uma legenda explicativa: "ici a bone rade et une petite riviére deau douce" (aqui tem um bom ancoradouro e um riacho d'água doce).

TABATU (Tabatinga) – Ali figura a legenda "ce petit illet semble dunne barque a la voyale" (esta pequena ilha parece um barco a vela). À altura de Tabatinga, no interior do território aparece uma aldeia indígena, com uma legenda explicativa: "Ce vilage sappelle Random et est le vilage de Pernamboube qui est pour les Français et ya pour fournir six cent hommes" (Esta aldeia se chama Random e é a aldeia de Pernambuco que é pelos Franceses e tem para fornecer 600 homens). É possível que a Aldeia de Randon, corresponda à antiga Aldeia de Papari, do século XVII, hoje cidade de Nisia Floresta.

Vizinha à legenda anterior, figura uma outra indicação: "La brave traffique des porures bestes et oiseaulx" (o intenso tráfico de peles animais e pássaros).

PERNAMBOUBE (Rio Pernambuco) – Antigo escoadouro da Lagoa de Guarairas. O mapa apresenta um "chemin" (caminho), partindo da lagoa para o interior.

ARAPITA (Aratapicaba) – Hoje, corresponde à Baía Formosa.

RAMACIOT – Representava a antiga Aldeia de Igramació, atualmente cidade de Vila Flor RN.

R. COURIMATAU (Rio Curimataú).

LA BEE SAINCT DOMINGUE (A Baía de São Domingos) – Ficava em território paraibano. O atual rio Paraíba tinha, à época em que foi confeccionado o mapa (1579), a denominação de rio São Domingos.

No mapa de Jacques de Vaulx, de Claye, figuram outras legendas indicativas, com descrições dos Tapuias moradores no sertão do território norte-rio-grandense. Tal sertão corresponde às ribeiras do Açupiranhas e Mossoró-Apodi.

"Autre vilage sappelle Tarara Ouasou ou fournires huit cents hommes" (Outra aldeia chamada Tararauçu onde fornecem 800 homens). Ao que tudo indica, seria tal aldeia povoada pelos tapuias Tarai-

riús, depois conhecidos como Janduí, tão referidos durante a Guerra Holandesa e no Levante do Gênio Tapuia, ou Guerra dos Bárbaros (séculos XVII e XVIII).

"Cest une manière de gradil quil font de bois planté sur quatre fourches et font rotir leur prisonniers et semblables et les mangent et lappelent boudin" (É uma espécie de grade que fazem de madeira plantada sobre forquilha. e fazem assar seus prisioneiros e semelhantes e os comem e os chamam de sausicha). A legenda descreve uma cena de canibalismo.

"Ce village est nommé Ouratiaume est lung des grandes village qui sont des saulvages pour les Français et il y a pour fornir milles hommes" (Esta aldeia é chamada Ouratiaume e é uma das grandes aldeias que são dos selvagens pelos Franceses e tem para fornecer mil homens).

"Les saulvages sont assis au parvis du village alantour dung grand four jusques a deux heures apres my nuyt" (Os selvagens estão sentados na praça da aldeia em volta de um grande fogo até duas horas após a meia noite).

"En ces enclos de ce demy rond de compas pour fournyres dix milles saulvages pour fere la guerre aux Portugais et sont plus hardis que ce de laval" (Neste enclave deste meio-círculo do compasso para fornecer dez mil selvagens para desferir a guerra com os Portugueses e são mais ousados que aqueles da jusante do rio), isto é, os indígenas que habitavam o litoral.

Através do mapa de Jacques de Vaulx, de Claye, relativo ao Nordeste brasileiro, percebe-se claramente a existência de um plano concebido pelos franceses, com vistas à conquista militar do território, a exemplo do que tencionavam realizar na região do Rio de Janeiro.

## COMUNISTA: a identidade do outro sob o olhar dos órgãos de segurança

Débora Bithiah de Azevedo  
Doutoranda em História – UnB

O processo de abertura política que desencadearia a chamada re-democratização, em 1945, anunciava uma ruptura: o fim do Estado Novo e o início de um outro tempo, a Democracia.<sup>1</sup> A legitimidade do governo eleito partia dessa distinção.

Para o governo Dutra e o projeto político de continuidade que ele representava, em meio a diferentes concepções acerca do novo, era preciso controlar a definição dos limites da ordem (a democracia). No discurso oficial, Democracia significava estritamente a aplicação e cumprimento das leis e o funcionamento das instituições da democracia representativa. Nessa esfera deveria ser contida toda ação política da sociedade; fora desta, a tudo se procuraria identificar como desordem e subversão. No anúncio desses limites teve lugar a escolha de um inimigo oficial, um Outro absoluto que assinalasse a fronteira de marginalidade do sistema, servindo de parâmetro para apontar os desviantes. Esse Outro era o comunista, eleito o símbolo da desordem.<sup>2</sup>

A imagem do comunismo internacional era aglutinadora: se comunismo era toda desordem, aquela democracia instaurada era a única alternativa. Como imagens dicotômicas, as dualidades, ao esgotar a possibilidade de alternativas, encerram o desejo de homogeneização do comportamento humano.

<sup>1</sup> Texto apresentado no XVIII Simpósio Nacional de História - ANPUH, Recife, julho de 1995. Trabalho elaborado a partir do capítulo III da minha dissertação de Mestrado intitulada **Em nome da ordem: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950)**, defendida em 1992, na Pós-graduação em História da Universidade de Brasília - UnB.

<sup>2</sup> Sobre a construção do discurso anticomunista no governo Dutra ver AZEVEDO, Débora B. *Democracia e exclusão: o comunismo como símbolo da desordem no governo Dutra (1946-1950)* **Textos de História**, v.2, nº 4.

A construção de uma negatividade absoluta - o perigo vermelho - permitia que os órgãos de segurança fossem mobilizados para uma missão de larga envergadura: mantendo-se em permanente vigilância, encontrar e destruir todos os focos de subversão da ordem.

Naquela conjuntura, a deflagração da chamada Guerra Fria, com a divisão do mundo em dois blocos antagônicos, promovia uma mobilização de todo o aparato de segurança para uma guerra no *front* interno, desencadeando uma tensão própria aos períodos de confronto militar.

No Brasil, a cassação do registro do PCB, legitimando a tese da incompatibilidade entre o comunismo e a democracia, respaldou o combate ao inimigo na Guerra Fria verde-amarela.

Nesse quadro de mobilização interna destacamos a ação dos órgãos de segurança. É bem conhecida a violência policial durante o governo Dutra. Contudo, a tarefa de manutenção da ordem não se esgotou nesse aspecto, compreendendo a aplicação da legislação de segurança nacional do Estado Novo, o largo recurso à intervenção sindical, e a ampliação dos principais órgãos de segurança acentuando a centralização e controle dessas atividades por parte do governo federal.<sup>3</sup>

Um órgão assumiu papel especial: a Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores - SSNJ, encarregada de coordenar a política de combate ao comunismo,<sup>4</sup> promovendo a centralização de informações e a orientação da propaganda oficial.

A SSNJ recebia, de todo o país, relatórios detalhados das atividades consideradas comunistas. De sua posição, no topo do sistema de segurança, ela aparentava ver tudo.

O discurso anticomunista, que pautava a ação desse tipo de órgão, trabalhava com algumas verdades pré-estabelecidas, entre as quais estava o caráter conspiratório do comunismo, sua completa incompatibi-

3 Após 1945, houve continuidade no processo de centralização inaugurado nos anos 30. A deposição negociada de Vargas garantiu a vigência de mecanismos de concentração de poder em várias esferas, inclusive quanto ao aparato de segurança. Cf. TAVARES, J. A. Giusti. A estrutura do autoritarismo brasileiro, e SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964.

4 Arquivo Nacional - AN. Ministério da Justiça e Negócios Interiores - MJNI. Relatório da SSNJ. 1948. A SSNJ fazia parte do sistema coordenado pelo Conselho de Segurança Nacional - CSN, que contava com seções de segurança nacional em cada Ministério civil. Dentro do Ministério da Justiça, subordinava-se ao Ministro, cujo chefe de gabinete era o Diretor da Seção.

lidade com a democracia, seu sentido subversivo, sua violência inerente. Caberia apresentar constantemente as provas disso. Os fatos eram buscados para comprovar a verdade anteriormente anunciada, apontar o que já estava pré-determinado como ilegal. O governo Dutra já havia decidido que o PCB era contrário ao "espírito democrático" e aos "sentimentos do povo brasileiro".

O fechamento do PCB dependia do Superior Tribunal Eleitoral, mas antes disso, o próprio governo tornou ilegal algumas organizações, como a União da Juventude Comunista-UJC, sob a alegação de que

*"sua filiação doutrinária (...) além de contrariar os sentimentos mais caros que a mocidade brasileira deve manter para com a Pátria, põe em perigo a sua formação moral e intelectual".*<sup>5</sup>

O Ministério da Justiça, em sua atividade de defender a moral e a virtude nacionais, definida nas funções da SSNJ, determinou uma sentença de incompatibilidade entre os propósitos da UJC e a formação da juventude nacional e suspendeu o funcionamento da organização, propondo uma ação de dissolução da mesma.

À SSNJ cabia fazer avaliações gerais sobre o comunismo, a situação vigente quanto às atividades "extremistas", e suas "reais" motivações. A análise de conjuntura servia, também, para legitimar a atividade de segurança, construindo justificativas morais para o exercício da repressão. A cassação do registro do PCB e todos os atos contra o Partido eram apontados como

*(...) "vitórias dos bons princípios da tradicional formação espiritual do povo brasileiro nessa patriótica luta pela salvaguarda de nossas instituições democráticas"*<sup>6</sup>

Na troca de correspondências entre os órgãos de segurança pode-se perceber uma impressionante homogeneidade nos discursos de suas

5 AN. MJNI. Da SSNJ ao chefe de polícia - abr.1947.

6 AN. MJNI. Do secretário da SSNJ ao Diretor - jul. 1947.

diferentes instâncias. As análises acerca das motivações do PCB tratam o comunismo como algo monolítico e coerente:

*"O intuito comunista de desmoralizar o governo, para mais facilmente conseguir adeptos na massa inculta, ressalta de todas as atitudes dos dirigentes vermelhos, os quais, pela palavra, oral ou escrita, pelos jornais, revistas, panfletos, livros, cartazes, etc, não se cansam de insultar as classes governamentais, armadas, clero, governos estrangeiros"*<sup>7</sup>

As acusações vinham em tom veemente, buscando ampliar o foco de análise para todo tipo de conflito, dando a concluir o caráter onipotente e onipresente da ação comunista.

Chamamos a atenção para a forma como era feita a leitura das atividades do PCB e de todos os movimentos qualificados como desordem. A simples existência de tal partido e os seus discursos passados e presentes eram utilizados para caracterizar uma homogeneidade de pensamento e ação em todo tempo e lugar.

Para os agentes da SSNJ, os comunistas seriam os responsáveis por "desvios" de comportamento da população. Tentava-se afirmar uma determinada imagem do "povo" de forma a demonstrar seu caráter pacífico e ordeiro. Dessa maneira, tudo o que não se enquadrasse nessa imagem deveria ser resultado de conspiração, subversão.

O "povo" - ponto de partida de um parecer sobre artigo enviado à SSNJ para ser utilizado na contra-propaganda - era considerado o alvo dos comunistas

*"em todos os setores da vida nacional e não apenas nos meios operários, embora estes se fixe o seu maior interesse, não só devido aos fundamentos da ideologia comunista, como também porque, dada a **precariedade de seu desenvolvimento intelectual, moral e cívico**, oferecem campo mais fácil à propagação dessa nefanda idéia política." - grifos nossos.*<sup>8</sup>

7 AN. MJNI. Do diretor da SSNJ ao secretário geral do CSN, em 20.07.1948

8 AN. MJNI. Parecer do major Aduino Esmeraldo acerca do artigo "A trágica lição da Iugoslávia".

Mais adiante, essa vulnerabilidade do povo era denominada "neutralidade inexplorada dos incultos". É recorrente, em documentos desse tipo, a visão do "povo" como algo manipulável, ignorante, objeto como que vazio no qual se poderia depositar qualquer coisa. Daí a necessidade de impedir que os comunistas divulgassem suas idéias paralelamente a uma ação de contra-propaganda do Estado.

A associação entre comunismo e desordem era presença constante no discurso dos órgãos de segurança, especialmente nas referências ao mundo do trabalho. A ameaça comunista é anunciada de uma forma ampla:

*"Desrespeitando direitos, instigando luta de classes, fomentando a desordem, sob o pretexto de defesa do povo, dirigiram os comunistas a sua principal campanha sediosa para o setor trabalhista, onde provocaram no Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal um sem número de grèves e de reclamações descabidas dos trabalhadores em geral."*<sup>9</sup>

Greves e reclamações de trabalhadores seriam obra de manipulação da vontade dos que delas participaram. Esse tipo de afirmativa devia pressupor tanto uma ingenuidade da população em geral quanto uma força esplendorosa dos comunistas.

Sob a ótica dos órgãos de segurança, o comunismo era subversão, perigo. Sua imagem podia ser associada a de um polvo, com tentáculos vermelhos dirigindo-se dissimuladamente para obter o controle do mundo. Esses tentáculos seriam invisíveis para a maioria das pessoas. A penetração do comunismo ocorreria através de indivíduos aparentemente comuns mas, na realidade, possuídos pelo espírito da subversão.

Chama a atenção, nas comunicações da SSNJ, a amplitude de suas preocupações, a noção de que tudo é suspeito e deve ser investigado. Era preciso mostrar as artimanhas dos comunistas, provar sua capacidade de infiltração até mesmo no interior do próprio Estado.

9 AN. MJNI. Do diretor da SSNJ ao secretário geral do CSN, em 20.07.1948. p. 6-7.

A decisão de punir servidores públicos comunistas, de promover um expurgo nessa área, no primeiro semestre de 1946, é um dos indicadores da política fortemente excludente que Dutra desencadeou.

O setor público tornou-se o primeiro a ser objeto de uma limpeza geral, mesmo antes da cassação do registro do PCB. Eliminar a presença de comunistas no serviço público foi possível pela aplicação rigorosa dos regulamentos da administração e uma interpretação dos mesmos que facultava ao Estado a punição dos indesejáveis e o exercício de um controle eficiente sobre o funcionalismo.

É exemplar um processo referente a cinco servidores onde toda uma argumentação jurídica referendava os atos de disciplina executados. Os funcionários foram punidos por participar de uma reunião no local de trabalho, fora do horário de expediente, sem autorização por escrito de seu superior.<sup>10</sup> Além disso, houve remoções dos órgãos e cargos onde estavam lotados os servidores faltosos. A punição deveu-se ao fato de que a dita reunião foi considerada obra de comunistas.

No processo informa-se serem comunistas três dos envolvidos, segundo declaração dos mesmos. Outra acusada *"informa não ser comunista, mas que usou o escudo do Partido Comunista nas últimas eleições"*. Uma testemunha ouvida diz que o local da reunião deve-se ao conhecimento de que o diretor do órgão *"nutre idéias político-liberais, a ponto de correr mesmo o boato de que ele é igualmente comunista"*.

O motivo formal da falta: tais servidores teriam deixado de *"observar instruções e memorandos"*. São citadas portarias e circulares de 1940, 1941 e 1946 como atos que proibem se trate, nos recintos dos órgãos em questão, de assuntos estranhos ao serviço.

Os acusados tentaram a defesa por diferentes meios. Osvaldo, por exemplo,

*"diz que julga de seu dever ressaltar sua condição de pessoa inteiramente afastada das lides político-partidárias, de vez que jamais se aproximou, quer como associado, cabo eleitoral, membro de diretórios ou candidato, de quaisquer entidades políticas"*. - grifos nossos.

10 AN. MJNI. Processo Nº 14.963-4. O parecer acerca do pedido de reconsideração é assinado pelo diretor geral do Departamento de Administração, em 07.08.1946.

O que deveria ser exercício pleno da cidadania tornou-se motivo de desconfiança. A defesa de Osvaldo foi alegar distância total da participação política, pois o contrário talvez indicasse sua culpa.

No serviço público foi feito ainda o levantamento de nomes de comunistas e seus cargos, assinalando sua periculosidade. A "ficha" de um funcionário do Instituto dos Marítimos é curiosa, pois tratava-se de indivíduo que, segundo o relatório, "merece cuidadosa vigilância":

*Trata-se de um ex-capanga político antes de 30. Aos 32 anos era analfabeto, hoje é um grande intelectual da organização do P.C. (...). É perigosíssimo na dialética e faz imprimir terror pelo seu passado de homem sem educação doméstica." - grifos nossos.*

Os suspeitos amedrontavam pela ligação com o "ditador", porque induziam outros a "esposarem a dialética vermelha" ou pela ligação com o PCB. O comentário acerca do terrível elemento que "imprime terror pelo seu passado de homem sem educação doméstica" revela o medo que se alimentava em relação à população. Essa visão do "povo", quando não expressava temor, vinha seguida de imagens do popular como inculto, ingênuo e portanto manipulável pelos comunistas. Quem estava nas ruas a se manifestar, nos locais de trabalho tentando se organizar não era nunca o "povo" ou algo que é parte dele, mas pessoas desvirtuadas, subversivas ou enganadas por vermelhos, inocentes úteis.

O discurso oficial buscava reduzir a vontade e a ação dos que buscaram participação política após 1946, seja em que espaço fosse, a artimanhas do comunismo.

Sob o ponto de vista do governo Dutra, o que se jogava em direção a um movimento político não oficial era, de antemão, um agente estrangeiro ou um inocente ludibriado com o canto da sereia. Porque aquilo a que chamavam povo não podia estar nas ruas - seu lugar era determinado por um *script* onde o tal povo só podia se manifestar em atos oficiais, como todos os dias 1º de maio comemorados pelo governo da redemocratização

Em janeiro de 1948, encontramos mais um dos casos de "zele" pela segurança nacional em que se envolveu a SSNJ. A denúncia de cin-

co comunistas infiltrados no serviço público partiu de Theresinha de Jesus, de São Luiz, Maranhão. O alvo da infiltração: a Inspetoria Regional do Serviço de Proteção ao Índio-SPI.<sup>11</sup>

O Ministério da Agricultura havia considerado a acusação im procedente. Entretanto, a SSNJ continuou as investigações e a Divisão de Polícia Política e Social informou que entre os denunciados, cinco eram fichados por atos como condenação pelo Tribunal de Segurança Nacional por participação na Intentona Comunista; prisão, em 1935, "por estar desenvolvendo propaganda comunista"; ocupou o cargo de Secretário Político do "Comitê Estadual" do "Partido Comunista do Brasil", no Maranhão; contribuição monetária para o extinto P.C.B.

Levantadas as "provas", o Diretor da SSNJ sugeriu que todos fossem dispensados do serviço público com base em um decreto-lei de 1943 que permitia a dispensa de inquérito administrativo quando a falta se referia aos deveres e ação disciplinar. A sugestão foi acatada para dispensar os que tinham ligação com o PCB.

A aparente anistia trazida pela "redemocratização" revelava-se, na prática, parcial. Os condenados pelo Estado Novo continuaram a cumprir um outro tipo de pena na fase "democrática" do país. Mas as sanções tinham outro caráter: desapareceu o órgão visível que julgava, persistiam instrumentos que vigiavam e que podiam assumir as funções de um Tribunal sem a encenação típica.

A vigilância é persistente e a SSNJ, como responsável pelo combate ao comunismo, procurava estar sempre alerta, como no caso de "infiltração comunista" no setor ferroviário. Este é mais um exemplo de que atos administrativos, de competência de chefes e diretores, serviam para o controle político dos servidores. Chamamos a atenção para o caso do contínuo Olympio,<sup>12</sup> considerado perigoso: "não denotando nunca receio algum", visto sempre "nas chegadas e partidas de todos os trens do interior" e em "confabulações com os comunistas mais conhecidos". Mas as ameaças desse agente não paravam por aí. Esse setor ferroviário estaria repleto de outros comunistas infiltrados, como Juracy:

11 AN. MJNI. Ofício secreto. Do diretor da SSNJ ao diretor da SSN do Ministério da Agricultura - jan. 1948.

12 AN. MJNI. Informações prestadas pela Direção da Rede de Viação Cearense, segundo consta da Nota secreta Nº 56/48/SSNJ, em 15.06.1948, do Secretário da SSNJ ao diretor da seção.

*"que é elemento doutrinador perigoso e só não teve incluído na chapa do P.C. de São Paulo foi por tática."*

Para mostrar o alcance do perigo, foram elencados nomes que formariam uma teia nessa área do serviço ferroviário, como o irmão de Juracy e ainda Manoel que, segundo constava,

*"não é inserido no P.C.B. mas é um propagandista incansável e mantém uma ativa campanha difamatória, contra as autoridades constituídas do País."*

As palavras do diretor iam selando uma verdade - seu posto e sua vigilância anticomunista, conferiam-lhe uma voz de autoridade contra a qual os denunciados não teriam oportunidade para defesa.

A contenção das atividades dos funcionários públicos era, frequentemente, justificada pelo enorme poder de persuasão a eles atribuído pelo exercício de um cargo público. A orientação de fiscalizá-los foi dada para todo o país e as postas ao levantamento de dados sobre servidores comunistas atestavam a utilização do mesmo mecanismo de uniformizar todo indivíduo suspeito como comunista e, por isso, perigoso:

*"Funcionários de todas as categorias, quer federais, quer estaduais ou municipais, adeptos do credo vermelho se empenham a fundo na difusão de idéias malsãs, doutrinando os ignorantes e mesmo os que não são, sabotando a ação governamental, inoculando na alma do povo esse revoltante e covarde espírito de resistência passiva e indisciplina." <sup>13</sup>*

Algumas listas de militantes comunistas foram obtidas pela polícia nas invasões de jornais e sedes do partido, seus órgãos e casas de militantes. As pessoas que de alguma forma se aproximaram do PCB, no período da legalidade ou não, eram incluídas nas listas negras, fichadas na DPS. Os nomes serviam para mostrar o alcance e a força do PCB, a larga infiltração dos "agentes de Moscou".

13 AN. MJNI. Do interventor federal no RJ ao presidente da República. Remete relatório apresentado pelo delegado de Macaé ao prefeito local, em 04.12.1946.

O constrangimento das pessoas envolvidas gerava retratações por parte de alguns dos acusados para "limpar" o nome da vergonha pública. É o caso de Manoel Romão Batista fichado por haver, em 1945, contribuído para campanha da "Tribuna Popular", assinando uma lista.<sup>14</sup>

No bojo da redemocratização as pessoas que procuraram exercer os direitos garantidos na nova conjuntura política do país tornaram-se, logo depois, criminosos políticos pelo exercício desses mesmos direitos. O caso relatado foi noticiado pelo jornal "A Noite", em 21.10.1948, em matéria cujo título mostrava a tentativa do cidadão de se retratar:

*"NUNCA FUI COMUNISTA! A má fé de um amigo procurou envolvê-lo com o credo vermelho."*

Tentando explicar o motivo pelo qual seu nome está em "documento comprometedor apreendido pelas autoridades", Manoel se explica publicamente:

*"Foi autor da referida relação uma pessoa de suas relações de amizade, a qual, forjando uma cilada ludibriou a boa fé do declarante dizendo-lhe que a finalidade daquele papel era tão somente a de incentivar a campanha eleitoral do brigadeiro Eduardo Gomes (...). Passaram-se tempos e, com surpresa, teve o signatário ciência de que a pessoa em questão era comunista."*

Mais uma vez aparece a imagem do comunista como ardiloso e traidor. Com esse argumento, Manoel tentava provar sua inocência:

*"vem declarar a todos os seus chefes e verdadeiros amigos que sofreu um profundo golpe com o ocorrido, visto que nunca foi nem jamais será comunista." - grifos nossos.*

Na lógica do discurso anticomunista, os adeptos do "credo vermelho" eram sempre falsos, ardilosos; se alguém de "vida limpa, dedicada ao trabalho e à família", como Manoel, aparecia ligado aos

14 AN. MJNI. Do diretor da DPS ao diretor da SSNJ, em 17.12.1947.

comunistas, isso jamais seria resultado de um ato consciente, mas da má fé dos agentes de Moscou que enganavam inocentes e forjavam ciladas. Manoel, para não ser indicado como cúmplice, só poderia ser mais uma vítima do comunismo.

Para proceder às investigações de que se encontrava incumbida, a SSNJ, em geral, solicitava à DPS informações de que esta dispunha sobre o assunto em questão. Sob a forma como se definia um indivíduo suspeito ou perigoso, a comunicação entre os dois órgãos, mostra a visão de desordeiro. Atendendo solicitação do secretário da SSNJ, o diretor da DPS informa sobre um suspeito que

*"figura aqui **fichado** em virtude de ter sido citado em Boletim Reservado desta Divisão como militante comunista e assíduo frequentador das sessões da Assembléia Constituinte."*<sup>15</sup> - grifos nossos.

A atenção de uma pessoa pela Constituinte, reclamada pelo movimento em prol da redemocratização, tornou-se atitude suspeita para os órgãos de segurança.

Junto a esse ofício havia informações sobre outros funcionários públicos suspeitos. São vinte e duas pessoas fichadas com referências como "Assinou o manifesto contra o fechamento do PCB"; "é comunista confesso e atrevido"; "comunista, falando sempre a favor do PCB, mas procurando ocultar essa circunstância"; "comunista ativa, propagandista. Prestou relevantes serviços ao PCB durante as eleições federais, favorecendo a eleição de Prestes"; "comunista intelectual, inteligentíssimo."; "comunista da linha pacífica"; "comunista discreto"; "ataca o Governo e defende ardentemente os comunistas"; "Amiga íntima de (...)" (a pessoa citada como comunista ativa, propagandista).

Esses suspeitos tinham ficha na polícia, merecendo vigilância, controle e inclusive punição, em virtude do que disseram, por participar em manifestações públicas, ou por manter relações sociais com suspeitos.

15 AN. MJNI. Do diretor da DPS ao secretário da SSNJ, em 12.05.1948.

A vigilância da Seção traduzia-se em iniciativas sobre outras áreas do serviço público, mesmo fora do MJNI. Ofício secreto, dirigido à SSN do Ministério da Viação e Obras Públicas, alerta para a designação de uma funcionária que integraria uma comissão de inquérito na Estrada de Ferro Central do Brasil:

*"Acontece que a referida servidora é comunista e, com essa designação vai ficar livre para melhor agir contra a nossa pátria."*<sup>16</sup>

No intuito de "defender as instituições", era necessário recorrer a fontes de todos os pontos do país. A seção preocupava-se também em apurar as denúncias de cidadãos comuns, que, através de cartas, assinadas ou anônimas, engajaram-se na campanha anticomunista do governo Dutra. A importância desse engajamento é afirmada pelo próprio órgão em documento onde solicitava, ainda, providências no sentido de que fosse apurada denúncia de que um determinado médico

*"é um perigoso agitador comunista e, uma vez comprovada a mesma, seja tomada a iniciativa das medidas que se tornarem necessárias para a salvaguarda da ordem e da segurança pública."*<sup>17</sup>

A instalação do Diretório do DF do Partido Popular Progressista-PPP é outra das solenidades observadas pela SSNJ, através de seus próprios agentes. Relatório detalhado, Pádua Reis<sup>18</sup> se detém no auditório:

*"Um fotógrafo da "Tribuna Popular", fixava, com a sua máquina, alguns aspectos do auditório. Desnecessário será di-*

16 AN. MJNI. Do diretor da SSNJ ao diretor da SSN do Ministério da Viação e Obras Públicas, em 13.03.1948.

17 AN. MJNI. Do diretor da SSNJ ao chefe de polícia do RGS, em 17.11.1948. Há, no acervo consultado no Arquivo Nacional, grande número de cartas e telegramas com o propósito de colaborar com o governo, fazendo denúncias, e apoiando sua ação anticomunista.

18 Pádua Reis e Santo Denadai eram educadores sociais do SESI, lotados na SSNJ com a finalidade de planejar atividades de contra-propaganda, uma das atribuições da Seção.

*zer que ele era, em sua maioria, formado por elementos comunistas."*

A conclusão do relatório sobre o PPP é curta e definitiva: "É um refúgio comunista com a capa da Democracia!"<sup>19</sup>

Sobre a diferença do olhar da Seção para os acontecimentos, é interessante comparar com o evento acima o relato que se segue:

*"A elegância das senhoras e cavalheiros ali presentes, alguns americanos que palestravam com discrição, o ambiente respeitoso que nos cercava, punham de lado a possibilidade de ter um caráter comunista a palestra anunciada."*<sup>20</sup>

Quando alguma campanha, supostamente orquestrada pelo PCB, mostrava-se de alguma forma bem sucedida, a explicação era sempre buscada na idéia de ingenuidade dos não-comunistas que aderiram e na capacidade de ludibriar as pessoas, uma arte peculiar ao bolchevismo, segundo a versão oficial. Esses pressupostos apareciam quando se falava nas entidades criadas com a finalidade de desenvolver a campanha pela paz:

*"Muitos brasileiros ilustres se deixaram envolver pela rede inteligentemente armada pelos inimigos da civilização ocidental.*

*"O Partido Comunista do Brasil, cujo registro foi cassado em virtude de trabalhar contra o nosso País, não ficou inativo, como todos sabem.(...) A polícia segue-lhe as pegadas, dia e noite, sacrificando-se inclusive na sua reputação, É uma luta consciente, que não sofrerá solução de continuidade - e ingrata, porque os inimigos do Brasil têm o apoio inconsciente de muitos brasileiros." - grifos nossos.*

19 AN. MJNI. De Pádua Reis ao secretário da SSNJ, em 23.06.1947.

20 AN. MJNI. De Pádua Reis. Relatório sobre a Conferência do prof. Gilberto Freire sobre o camara-da Whitman, realizada em 22.05.1947.

Entre as entidades sob vigilância, associadas ao comunismo pela SSNJ, estava o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional que desenvolveu a campanha de âmbito nacional, contando com o apoio de pessoas de diferentes matizes políticos. No conhecido episódio da violência policial em comício da campanha do petróleo na Cinelândia, o chefe de polícia, Pereira Lira, procurou responsabilizar os comunistas, argumentando que estes, infiltrados na praça, haviam hostilizado a Polícia Especial.

Em geral, relatos de desordem sempre começavam com sua identificação com o comunismo, promovendo sua imediata desqualificação como obra de um

*"Partido de caráter revolucionário, que não é brasileiro porque de caráter internacional (...) Esse partido vem procurando aumentar as nossas dores, tornar mais agudos os nossos desajustamentos, solapar a nossa economia, desmoralizar o Poder e o Estado, minar nossas instituições(...)"<sup>21</sup>*

Demarcado o campo onde o discurso quer envolver todos os acontecimentos que se quer descaracterizar como legítimos, cabe colocar o caso em questão dentro do mesmo círculo para torná-lo apenas um capítulo da Guerra Fria, um "episódio dessa obra infernal do quintacolonismo vermelho". O relatório encerrava-se com a afirmação de que "persistem os comunistas na sua linha clássica: a mentira". Portanto, o verdadeiro objetivo do PCB não seria jamais o anunciado nessas atividades, mas aquele que bem o captou o serviço de segurança:

*"Visam na verdade a luta de classes, a pregação do ódio social, a sabotagem da produção, a confusão no problema do petróleo e a criação de um ambiente internacional de derrotismo e quinta-coluna, enquanto se preparam, ativamente, para a guerra de imperialismo e dominação, os patrões russos."*

21 Relatório do Inquérito Policial instaurado em Santo Anastácio. Da Delegacia de Ordem Política e Social de Santos, em 26.09.1949.

Como em outros documentos produzidos por órgãos de segurança nesse período, encontrados no acervo da SSNJ, as principais "provas" contra o PCB eram as próprias palavras de líderes comunistas.

A intervenção policial começou a ser relatada com citações da Constituição, naquilo em que esta referendava a ação repressiva levada a efeito. O parágrafo 58, sobre livre manifestação do pensamento afirmava, também, a não tolerância de propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política e social. Toda a argumentação levada a efeito já havia enquadrado automaticamente o acontecimento de Santo Anastácio dentro dessa idéia de subversão, tornando-o apenas um episódio da encenação comunista.

A ligação de elementos comunistas ao Congresso de camponeses produzia o efeito de tornar dita reunião secundária do ponto de vista dos interesses dessa categoria de trabalhadores. A menção a camponeses vinha sempre entre aspas, como a referir-se a algo só existente na imaginação dos comunistas.

Durante o governo Dutra, o combate aos "vermelhos", uma imagem conhecida e visível, indicava modelos de comportamento político para a sociedade.

Através dos agentes da SSNJ, dos órgãos policiais em todo o país, das Forças Armadas, de diretores no serviço público, de cidadãos comuns dispostos a colaborar, o olhar dos serviços de segurança buscava localizar a desordem. Apontar esses focos era forma de mostrar a atitude de vigilância como algo a ser internalizado e mantido constantemente. A imagem do comunista como o Outro - a desordem, o infiltrado, o que não fazia parte do ser nacional - reforçava a sensação de perigo que servia para unir a todos e a sinalização dos padrões de comportamento sancionados e vetados que se tentava impôr.

O exercício da vigilância, em nome da manutenção da ordem, era amplo e trazia, como conseqüência, a coerção também ampla. Esta, partindo da noção de que o perigo comunista era cada vez maior, ia atingindo outros setores da sociedade. O comunismo, eleito símbolo de todo comportamento político desviante, era uma imagem uniformizadora utilizada pelo governo Dutra para anunciar os limites da ordem.

**BIBLIOGRAFIA**

- ALMINO, João. **Os Democratas Autoritários**. SP, Brasiliense, 1980.
- AZEVEDO, Débora Bithiah de. Democracia e exclusão: o comunismo como símbolo da desordem no governo Dutra (1946-1950). **Textos de História**. Revista da Pós-graduação em História, UnB. v.2, no. 4, 1994.
- SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964**. SP, Ed. Alfa-Omega, 1983.
- TAVARES, J. A. Giusti. **A estrutura do autoritarismo brasileiro**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

# O PARTIDO COMUNISTA NO RIO GRANDE DO NORTE: 1945-1964

Homero de Oliveira Costa  
Prof. do Depto. de Ciências Sociais da UFRN

*“A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que sob outras formas”.*

Edward W. Said

## 1 - INTRODUÇÃO

O Partido Comunista do Brasil é a mais antiga organização partidária no País e desde sua fundação, em 1922, apresenta-se como um ator político importante em diferentes conjunturas históricas, acompanhando as mudanças do país em todas as suas transições políticas, sociais e econômicas.

Embora o Partido, ao contrário de muitos de seus similares, não tenha uma história oficial, muito se tem escrito sobre ele (vide parte dessa produção na bibliografia), especialmente a partir do final dos anos 1970. Além de teses acadêmicas e livros (que incluem, entre outros, memórias de militantes), já existe um acervo considerável de documentos a respeito do partido em diversos arquivos públicos e particulares. Recentemente, a bibliografia sobre o Partido Comunista foi enriquecida por pelo menos dois bons trabalhos: “Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB” de Dulce Pandolfi<sup>1</sup> e “Reforma e Revolução: as vi-

<sup>1</sup> PANDOLFI, Dulce. Camaradas e companheiros: história e memória do PCB.

vicissitudes políticas do PCB (1954-1964) de José Antonio Segatto<sup>2</sup>, afora isso, há pouco foi criado um Programa de Preservação da Memória do PCB, integrado por diversas instituições<sup>3</sup>, que tem por objetivo a preservação da memória do partido, estimulando a doação (e formação) de acervos com documentos, livros, fotografias, jornais e relatos orais para diversas entidades de pesquisa em todo o país (como se sabe, uma das dificuldades de se pesquisar o Partido Comunista no país é a dispersão dos registros e informações, tanto no Brasil como no exterior.)

Entretanto, em que pese a já expressiva bibliografia sobre o Partido Comunista no Brasil, são poucos os estudos regionais, especialmente em relação ao Nordeste<sup>4</sup>. No caso do Rio Grande do Norte, não há qualquer estudo específico a respeito do Partido Comunista, especialmente no período 1945-1964. Quanto ao período anterior, que corresponde a sua formação no estado (1926) até 1935, há dois trabalhos de pesquisa que reconstitui de forma mais completa a sua trajetória: “O Sindicato do garrancho” de Brasília Carlos Ferreira e “A Insurreição comunista de 1935: o caso de Natal” de Homero de Oliveira Costa<sup>5</sup>. Quanto ao período subsequente, não há trabalho de pesquisa que trate especificamente do Partido Comunista. Este trabalho, resultado de uma pesquisa mais ampla sobre o Partido Comunista no estado, tem a pretensão de ser o início

<sup>2</sup> SEGGATO, José Antonio. Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB: 1954-1964.

<sup>3</sup> Integram o Projeto entre outras Universidades: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade de São Paulo(USP),Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e ainda as seguintes Instituições: Arquivo Nacional, Arquivo do Estado de São Paulo, Centro de Memória Sindical, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Roberto Marinho, Instituto Astrojildo Pereira, Fundação Joaquim Nabuco (Recife/PE), Fundação do Instituto Histórico Artístico Nacional, Centro de Memória Regional de Bragança Paulista e Partido Popular Socialista.

<sup>4</sup> De meu conhecimento, foram publicados: O PCB no Ceará: ascensão e declínio - 1922-1947 de Francisco Moreira Ribeiro, A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponezas 1955-64 de Bernadete Wrubleski Aued, e Partido Comunista em Pernambuco de Flávio Henrique Albert Brayner. Afora esses, há referências em outros livros, especialmente em relação a Pernambuco como o livro de José Arlindo Soares A Frente do Recife e o governo de Arraes: nacionalismo em crise (1955-1964), de Roberto Oliveira de Aguiar “Recife da Frente ao Golpe: ideologias políticas em Pernambuco, 1993; Movimentos sociais e crise política em Pernambuco - 1955-1968 de Luciana de Barros Jaccould, e as memórias de Paulo Cavalcante O caso eu conto o caso como foi, da coluna Prestes a queda da Arraes e Gregório Bezerra, Memórias.

<sup>5</sup> FERREIRA, Brasília Carlos, O sindicato do garrancho, 1987 e COSTA, Homero de Oliveira, A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia.

desse processo, mapeando a trajetória do Partido Comunista no período de 1945-1964, que representa o período de maior atuação do partido no estado junto às classes trabalhadoras.

## 2. O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL NO RIO GRANDE DO NORTE: 1945-1964

### 2.1. A reorganização do PCB e as eleições de 1945-1947

O Partido Comunista se reorganiza no estado, formando um comitê estadual provavelmente em 1944, após a reorganização do partido a nível nacional em 1943 com a Conferência da Mantiqueira<sup>6</sup>. Quando o partido se legaliza, em maio de 1945, já havia uma direção estadual e alguns núcleos formados tanto na capital quanto no interior.<sup>7</sup>

Dois meses depois, ou seja, em julho de 1945 (dia 14), realiza-se no teatro Carlos Gomes a instalação solene do Comitê Estadual do Partido na qual foi lida uma mensagem de Luis Carlos Prestes ao “povo do Rio Grande do Norte”. Tal acontecimento, que contou com a presença de centenas de pessoas, não passou despercebido pelos seus adversários: Nesse mesmo dia o jornal católico “A Ordem”, publica uma matéria intitulada “PCB” em que alerta a população do Rio Grande do Norte para “os perigos do comunismo”, diz ainda, entre outras coisas

*“... vai haver também aqui em Natal a fundação do bureau do Partido Comunista, mas somente prestigiará esse partido expressamente condenado pela igreja, quem publicamente quizer demonstrar sua ignorância da verdadeira doutrina católica”(...) o povo de Natal sabe o que é o comunismo. 1935 é de ontem! o sangue dos brasileiros correu em defesa da honra da família. É impossível, o comunismo não vencerá!”*

<sup>6</sup> Sobre a Conferência da Mantiqueira (na realidade II Conferência Nacional do PCB), foi realizada em agosto de 1943 no Rio de Janeiro. Para maiores detalhes, ver Pandolfi, op. cit. cap.6.

<sup>7</sup> A reconstituição do período 1945-1964 - para o qual já existe publicado considerável acervo bibliográfico - é aqui apenas sugerido, em função das pretensões e limites deste trabalho.

No dia 11 de agosto de 1945, o Comitê Estadual do Partido Comunista publica nota no jornal "A República" informando que uma caravana acabava de regressar de Mossoró e Areia Branca onde foram instalados comitês municipais, nos dias 5 e 6 de agosto, respectivamente, "num clima de ordem e entusiasmo".

No dia 3 de setembro de 1945 o partido em nível nacional requereu seu registro provisório ao Tribunal Superior Eleitoral atendendo às exigências legais (questões relativas ao confisco ou expropriação de terras, tolerância à liberdade de imprensa, associação, respeito à propriedade privada, etc) e em 27 de outubro de 1945 o Tribunal Superior Eleitoral deferiu o processo e no dia 10 de novembro o partido obteve seu registro definitivo.

No Rio Grande do Norte, no dia 16 de novembro de 1945, o Comitê Estadual do partido requereu e obteve junto ao Tribunal Regional Eleitoral seu registro definitivo, apresentando a composição de seu Comitê Estadual: Secretário Político: Francisco Moreira da Silva; Secretário de Organização e Finanças: José Costa; Secretário Sindical: João Anastácio Bezerra; Secretário de Divulgação: Luis Maranhão Filho e Secretário de Massa e Eleitoral: Miguel Moreira.

Destes, três haviam participado ativamente do levante comunista de 1935 no Rio Grande do Norte (indiciados, presos e condenados): João Anastácio Bezerra (líder sindical na cidade portuária de Macau/RN), José Costa e Miguel Moreira, este último, um dos organizadores e principais dirigentes de uma guerrilha no Oeste do estado, entre 1935-36<sup>8</sup>.

Concorrendo às eleições de 2 de dezembro de 1945, apresenta uma chapa com candidatos à Presidência da República, Senado e Câmara Federal. Foram registrados: Para Presidente Yeddo Fiuza; Senadores: Luis Carlos Prestes e Miguel Moreira. Deputados Federais: Luis Carlos Prestes, Miguel Moreira, José Costa, Gilberto de Oliveira, Francisco Moreira da Silva, João Anastácio Bezerra, e Jonas Reginaldo (um dos fundadores do PC no estado, participante de 1935 e condenado à revelia a 5 anos de prisão. Era irmão de Lauro Reginaldo da Rocha, o "Bangu" que, por duas vezes, foi secretário-geral do partido).

<sup>8</sup> Para maiores detalhes sobre a organização da guerrilha ver COSTA, Homero de Oliveira, op. cit. e FERREIRA, Brasília Carlos, op.cit.

A circunscrição do Rio Grande do Norte estava dividida em 26 zonas eleitorais e tinha um total de 131.560 eleitores aptos a votar. Destes, votaram 103.111 eleitores.

O resultado das eleições em Natal surpreende não apenas as elites locais (divididas em dois partidos, PSD e UDN, ambos oriundos do antigo Partido Popular, criado pelas oligarquias em 1933) como o próprio Partido Comunista: vence as eleições Yeddo Fiuza, ficando à frente com mais de dois mil votos de Eurico Gaspar Dutra e tendo quase o dobro da votação de Eduardo Gomes. Seus senadores também são mais votados em Natal e Mossoró<sup>9</sup>. Surpresa por vários fatores: primeiro, pelos recursos disponíveis. As diferenças em relação aos outros partidos eram imensas. Não tinham sequer condições de viajar pelos municípios, nem jornais ou rádios que os apoiassem, como ocorria tanto com relação a UDN, como principalmente com o PSD. E mais: numa cidade onde há pouco tinha ocorrido em levante comunista (1935) que desencadeou uma feroz repressão e uma intensa propaganda anti-comunista na imprensa, igreja e forças armadas (a partir de 1935, o 27 de novembro era solenemente comemorado, ocasião para inflamados discursos contra o comunismo, com grande cobertura da imprensa local). A igreja por sua vez, atuou nas eleições de forma sistemática, organizando uma Liga Eleitoral Católica, “Departamento oficial da Ação Católica Brasileira”, fazendo uma eficiente campanha anti-comunista, especialmente no interior do estado, onde vigários e párocos organizavam concentrações anti-comunistas (o Jornal “A Ordem” era seu principal veículo, distribuído em todas as cidades. No dia 14 de julho de 1945, por exemplo, o jornal noticia “Cresce no estado a campanha de combate ao comunismo” e anuncia “uma imponente concentração das forças católicas na cidade de Macau contra o comunismo ateu e bárbaro”) orientando seus fiéis a votarem nos candidatos do PSD e da UDN.

Com tantas adversidades, o que explica a vitória do Partido Comunista em Natal? Os resultados eleitorais demonstraram que o partido estava organizado principalmente nas duas principais cidades do estado:

<sup>9</sup> Além dessas cidades, o partido foi mais votado em São Paulo, Santos, Campinas, Sorocaba, Recife, Olinda e Aracaju. O partido elege um senador (Luis Carlos Prestes) e 14 deputados federais (4 dos quais são de Pernambuco).

Natal e Mossoró, menos afeitas à violência e manipulação dos coronéis. Mas, derrotar o PSD e UDN, que contava com recursos para aliciar eleitores, comprar votos, organizar comícios, etc, além do controle dos meios de comunicação (jornais e rádio) expressa sua inserção junto à classe trabalhadora, pelo menos nos seus centros urbanos mais importantes.

No dia 10 de novembro de 1946 o Partido Comunista realiza sua convenção estadual visando às eleições de janeiro de 1947 e lança 30 candidatos a deputados estaduais<sup>10</sup>. No dia 19 de janeiro requereu novo registro de seu Comitê Estadual, deferido dois dias depois. Como o Partido não tinha condições de lançar candidatos a Governador, no dia 25 de janeiro de 1947 o Comitê Estadual lança um manifesto no qual expressa seu apoio ao candidato do PSD, Desembargador Floriano Cavalcante "... fiel à sua política de união nacional, pela democracia, pelo progresso, pela ordem e pela tranquilidade (...) o PCB acha que o programa do Desembargador (...) é o mais amplo e o que mais ausculta os interesses do povo...". Pressionado pela Igreja Católica, que lança um documento no qual exige um pronunciamento público, o Desembargador envia uma carta à imprensa na qual rejeita o apoio do PCB dizendo, entre outras coisas que "preferia não ser eleito a ter o apoio dos comunistas".

Realizadas as eleições e proclamados os resultados, o partido, em nível nacional, obtém uma expressiva votação, em especial no Distrito Federal e Recife, onde se torna majoritário na Câmara Municipal: elege 18 vereadores e 46 deputados estaduais (9 de Pernambuco). Maranhão, cujo trabalho oferece um excelente panorama dessa conjuntura no plano mais geral, mostra como o apoio do PCB foi decisivo para eleger Ademar de Barros governador de São Paulo, elegendo também 23 deputados estaduais.<sup>11</sup>

No Rio Grande do Norte, os resultados só saíram em setembro de 1947 e antes disso, no dia 7 de maio, o Supremo Tribunal Eleitoral,

---

<sup>10</sup> Ver relação de todos os candidatos em MEDEIROS, Ivoncisio Meira, O Partido Comunista do Brasil e as eleições no Rio Grande do Norte.

<sup>11</sup> MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e democratização Brasil: 1945/1950, p.75.

através da Resolução n. 1.841 cancelou, por 3 votos a 2, o registro do Partido Comunista.<sup>12</sup>

Embora o Tribunal Regional Eleitoral só tenha tomado conhecimento oficialmente no dia 10 de maio, a polícia estadual invadiu, na noite do dia 7, todas as sedes do partido, levando arquivos e documentos. Hiran de Lima Pereira<sup>13</sup>, dirigente do partido, envia um telegrama ao Presidente do TRE protestando contra a violência e arbitrariedade policial. Nada foi feito.

No dia 4 de julho de 1947, o delegado da coligação UDN-PSP (auto-proclamada “Oposições Coligadas”) solicita junto ao TRE uma revisão da apuração dos resultados, visando excluir os votos obtidos pelo Partido Comunista<sup>14</sup>. O PSD contesta e trava-se uma batalha jurídica cujo resultado é favorável ao PSD, ou seja, decide-se pela continuidade da apuração dos votos. As objeções do PSD no entanto, nada tinham de democrática: segundo as regras eleitorais em vigor, o partido majoritário ficava com as sobras eleitorais e isso viria a beneficiar, como realmente beneficiou, o PSD, que elege mais 3 deputados.

O Partido Comunista, concorrendo com o PSD, PTB e a coligação UDN/PSP, muito mais estruturados, com jornais, rádios e recursos para fazer caravanas pelo interior do estado ainda consegue ter, em Natal e Mossoró, mais votos do que o PTB e um dos candidatos mais votados a deputado: Hiran de Lima Pereira, que não se elege porque o Partido não atinge o quociente eleitoral.

Há de se ressaltar também que estas eleições foram muito tumultuadas. Há um uso ostensivo da máquina administrativa do estado em favor do candidato do PSD, freqüentemente denunciada pela “oposição coligada”. Por exemplo: enquanto o PSD fazia livremente, sem qualquer restrição, sua propaganda e comícios, as oposições tinham de obter uma licença, que, entre outras coisas, estabelecia o local e prazo de duração

<sup>12</sup> Para maiores detalhes, consultar PCB: processo de cassação de registro (1947).

<sup>13</sup> Integrará posteriormente o Comitê Central e será um dos dirigentes, assassinado em 1974. Sobre ele há um belíssimo depoimento de Paulo Cavalcante em *Homens e Idéias do meu tempo*, p.93-105.

<sup>14</sup> Como integrante das “oposições coligadas” o PSP, foi criado no Rio Grande do Norte por uma das maiores lideranças políticas do estado, João Café Filho, que nas eleições de 1950 é eleito Vice Presidente da República, na chapa de Getúlio Vargas (PTB/PSP)

dos comícios. O então Juiz Eleitoral na época, Dr. João Maria Furtado, num livro de memórias, analisando esse período diz: “a nova Interventoria, de logo se assinalou. Por uma série de medidas ou descaradamente arbitrarias e até criminosas (...) ostensivamente prejudiciais aos interesses eleitorais das oposições e em favorecimento do pessedismo situacionista, todos os entraves, embaraços e dificuldades foram criadas àquelas e todas as facilidades a esta”<sup>15</sup>.

A oposição solicita e obtém junto à Justiça Eleitoral garantias de forças federais para quase todos os municípios do interior e o TRE recebia “diariamente, uma verdadeira avalanche de reclamações, protestos, queixas, denúncias de toda ordem contra prefeitos, delegados e outras autoridades e particulares, por arbitrariedades cometidas contra os direitos e interesses das oposições coligadas”<sup>16</sup>. Pouco antes das eleições, as ruas de Natal foram ocupadas por tropas do Exército e, no dia da votação, em cada seção eleitoral, havia a presença de soldados armados - que, segundo Furtado, se constituía numa ilegalidade<sup>17</sup>. Mesmo assim, a oposição coligada (UDN/PSP) vence as eleições em Natal, com uma diferença de 3 mil votos.

Se essa situação atingia um partido oligárquico como a UDN do Rio Grande do Norte, imagine-se a situação do Partido Comunista, que ainda enfrentava os preconceitos anti-comunistas, amplamente difundidos pelos meios de comunicação e a Igreja Católica, com paróquias em todas as cidades do estado e que, mais uma vez, participa ativamente da campanha eleitoral, com as mesmas pregações anti-comunistas da eleição anterior.

Cassado o registro em 7 de maio de 1947, o Partido Comunista volta a ilegalidade.

---

<sup>15</sup> FURTADO, João Maria. Vertentes: memórias, p.238.

<sup>16</sup> FURTADO, op. cit., p.240.

<sup>17</sup> FURTADO, op. cit., p.241.

### 3. O PARTIDO COMUNISTA NO RIO GRANDE DO NORTE: 1948-1958

Esse período vai corresponder aos anos de maior sectarismo do Partido Comunista, especialmente a partir de 1950, quando lança um Manifesto (conhecido como Manifesto de Agosto) de caráter nitidamente insurrecional<sup>18</sup>.

Nesse período, digno de registro é a realização em Natal, obviamente na clandestinidade, de um curso de capacitação política, reunindo militantes de Pernambuco e da Paraíba. O curso era dividido em duas partes. Na primeira, com 10 aulas, estudava-se, entre outras coisas, a história do partido bolchevique da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a biografia de Stalin, “O Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels” e a “construção orgânica, política e ideológica do PCB”, tendo como bibliografia artigos de Luis Carlos Prestes, João Amazonas (“multiplicar as forças do partido e melhorar nossos métodos de trabalho”) e Mauricio Grabois, além de informes do Comitê Central. Na segunda parte, estudava-se “como organizar uma campanha de massas”, a “frente democrática de Libertação Nacional” e um estudo mais específico sobre as células do partido (o que é, como organizá-las, etc)<sup>19</sup>.

Em 1952 o partido será um dos organizadores da campanha “O Petróleo é Nosso” no Rio Grande do Norte tendo à frente um dos seus principais dirigentes, Luis Maranhão Filho. Em Natal, cria um “Forum de Debates”, no qual são discutidas basicamente questões relativas ao petróleo, realizando também diversos comícios pelo interior do estado, em defesa da estatização do petróleo.

No final de 1952, são presas cerca de 70 pessoas, a maioria acusadas de pertencerem ao Partido Comunista. Entre eles, o médico e membro do Comitê Estadual do Partido, Vulpiano Cavalcante. Foi preso em seu consultório ao mesmo tempo em que sua casa era invadida por cinquenta soldados armados de metralhadoras “humilhando e tratando grosseiramente minha mulher que estava convalescendo de delicada ope-

<sup>18</sup> Sobre o Manifesto de agosto e o período 1950-1958, consultar, entre outros, CARONE, Edgar PCB; PANDOLFI, op. cit., SEGATTO, op. cit., e SANTOS, Raimundo, A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB, 1956-1957.

<sup>19</sup> Vide resumo do curso em AUED, op. cit., p.112-116.

ração cirúrgica”<sup>20</sup>. Encarcerado na Base Aérea de Parnamirim, foi barbaramente torturado<sup>21</sup>. Luis Maranhão Filho, também dirigente do Partido, tinha sido designado pelo Partido para ir morar em Recife (PE) e, como jornalista, passa a escrever para o jornal comunista “Folha do Povo”. Ao saber das prisões em Natal e em especial das torturas sofridas por Vulpiano Cavalcante, **denuncia no jornal**. Pouco depois, é preso (sequestrado numa rua de Recife) enviado para a prisão da Base Aérea de Parnamirim, onde também é violentamente torturado. Paulo Cavalcante, escrevendo sobre Luis Maranhão (“Luis Maranhão Filho, a história de uma tortura”), diz, entre outras coisas: “...Um dos mais negros capítulos dessa história eu conheci, na condição de deputado estadual, no ano de 1952 (...) no dia 4 de dezembro (...) Luiz Maranhão Filho (...) foi sequestrado na Rua Imperial, no Recife, por uma patrulha da Aeronáutica (...) horas depois transportado para Natal, algemado e incomunicável e (...) por ordem do major Roberto Hipólito da Costa, meteram-no em camisa-de-força, como se fora um louco. Depois de reduzido à imobilidade, teve o saco escrotal amarrado a um cordão (...) em cuja extremidade o oficial amarrou um peso de madeira (...) sofreu ainda por parte dos tenentes Câmara e Correia Pinto, durante várias horas, golpes de Jiu-jitsu, em consequência dos quais seus braços ficaram deformados por inchações e edemas”(...) durante o espancamento, forçaram-no a ingerir doses de óleo de resina etc”(...)”<sup>22</sup>.

Neste ano o Partido também organiza em Natal diversas manifestações, tendo à frente a Juventude Comunista, contra a guerra da Coreia (em defesa do povo coreano e denúncias contra as violências e arbitrariedades dos Estados Unidos); denuncia os acordos militares Brasil x Estados Unidos e ajuda a formar comitês “contra a carestia da vida”.

No plano eleitoral, em 1950 o partido, que em nível nacional prega o voto nulo, apoia o Mossoroense Dix-sept Rosado, que ganha as

<sup>20</sup> CAVALCANTE, Vulpiano. Memória Viva, p.27.

<sup>21</sup> CAVALCANTE, op. cit., p.27-37.

<sup>22</sup> CAVALCANTE, Paulo. Homens e idéias do meu tempo, p.89- 91. Preso em 1964, Luis Maranhão Filho sofre novamente bárbaras torturas. Posteriormente integra o Comitê Central e em 1974 é assassinado pela repressão em São Paulo.

eleições<sup>23</sup>. Em 1955, apoia o candidato do PSD Jocelyn Vilar<sup>24</sup>, que perde as eleições para o candidato da coligação UDN/PSP, Dinarte Mariz.

Eleito governador, Dinarte nomeia prefeito de Natal, Djalma Maranhão, irmão do Luis Maranhão e então deputado estadual. Ex-militante comunista<sup>25</sup>. Djalma, que se tornara um ardoroso nacionalista, será hostilizado pela Igreja Católica e pelo PSD. Logo após a sua nomeação, o jornal do PSD noticia o fato em forma de uma nota fúnebre denominada “infausto acontecimento” onde lamenta que “um comunista tenha sido nomeado Prefeito de Natal”.

Derrotado seu candidato nas eleições de 1955, até 1958, sua atuação se restringirá basicamente ao movimento sindical, tentando ampliar sua área de influência, especialmente no setor rural, incentivando a formação de sindicatos.

#### **4. O MANIFESTO DE AGOSTO DE 1958 E AS NOVAS ORIENTAÇÕES DO PARTIDO COMUNISTA**

A partir de 1958, em função de uma série de fatores<sup>26</sup>, o PCB passa por uma significativa mudança teórica, política e organizacional. Redefinindo suas estratégias, tendo como referência as teses aprovadas no IV Congresso (1954), o Partido considera que as tarefas da revolução

<sup>23</sup> José Canário, militante do Partido Comunista em Mossoró nesse período (um dos presos em 1952), afirma em entrevista ao Programa Memória do Partido Comunista do Rio Grande do Norte desenvolvido pela UFRN, realizada em julho de 1994, que Dix-sept Rosado, tinha bom relacionamento com o partido, dando contribuições regulares em dinheiro “para ajudar nas despesas do partido”, assim como o candidato (eleito) a Prefeito de Mossoró, Gentil Ferreira.

<sup>24</sup> No plano nacional o Partido vai fazer as mais variadas alianças eleitorais. Sobre isso, ver SEGATTO, op. cit., p.123-148. Quanto ao candidato que o partido apoia, Jocelyn Villar, em 1964 se torna Secretário de Justiça do Estado e preside a Comissão de Investigação, instaurada pelo então Governador Aluisio Alves para apurar “a subversão no Rio Grande do Norte” o que faz, indiciando centenas de pessoas, especialmente os comunistas...

<sup>25</sup> Djalma Maranhão foi militante do PCB de 1930-1946. Foi preso em 1935 em São Paulo, tendo passado por diversas prisões até ser amistiado em 1945. Em 1946, por divergências com a direção local do partido, foi expulso. No dia 24 de abril de 1946 publica uma carta no jornal A República (Natal/RN) onde reafirma sua convicção no marxismo “... hoje como a 16 anos continuo a ser o mesmo. Depois de uma completa e serena auto-crítica, continuo a crer na vitória do socialismo, convicto de que somente a dialética marxista-leninista libertará as massas da opressão e da fome ...”.

<sup>26</sup> Entre outros, a realização do XX Congresso do PCUS e seus reflexos no PCB. Ver SANTOS, op. cit.

brasileira naquele momento deveriam ser realizadas por uma ampla frente nacionalista e democrática, devendo compreender, além do PCB, as organizações sindicais (rurais e urbanas), intelectuais, estudantes, etc. O pressuposto era a revolução democrático-burguesa, de caráter anti-imperialista e anti-feudal. Essas mudanças trazem importantes consequências: no plano sindical, o partido rompe com as concepções anteriores, de formação de sindicatos paralelos, definindo como estratégia a participação dentro da estrutura oficial, levando o partido a uma considerável inserção junto à classe trabalhadora, tanto em nível urbano quanto rural. Ao mesmo tempo, amplia sua política de alianças eleitorais, que passa a ter contornos mais nítidos, sendo articuladas diversas alianças em função das particularidades regionais (daí a diversidade dessas alianças) e uma vez que continuava na ilegalidade, lançando candidatos por outras legendas.

No Rio Grande do Norte, nas eleições de 1958, articula alianças e lança candidatos a deputados estadual pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e consegue eleger dois deputados: Luiz Maranhão Filho e Cesário Guilhermino (presidente do sindicato dos ferroviários de Mossoró). A atuação desses deputados no parlamento estadual – que pela primeira vez tem representantes comunistas, embora eleitos por outra legenda – ainda está por merecer uma investigação mais apurada, que pretendemos realizar. Mas que foge aos limites e objetivos desse trabalho.

Segatto, ao analisar esse período, diz “...Por volta de meados da década de cinquenta, o PCB procura intensificar o trabalho de articulação na sociedade civil e política. Trabalho que ganha maior vigor depois de 1958, quando os comunistas passam a ter importante influência no movimento sindical urbano, na organização dos trabalhadores rurais, no movimento estudantil, nos meios intelectuais”<sup>27</sup>. Rearticulado após a comoção interna que se verificou em suas fileiras nos anos 1956 e 1957 – entre outros motivos, estão as conclusões do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética – o partido efetivamente amplia sua área de atuação em todos os setores da vida nacional.

---

<sup>27</sup> SEGATTO, op. cit., p.174.

No Rio Grande do Norte, o Partido passa a ter uma crescente inserção junto ao movimento sindical. Já estava presente desde a década de 1920, quando tinha ajudado a organizar diversos sindicatos no estado, como o dos salineiros, estivadores, sapateiros, funcionários públicos e ferroviários. De 1945 a 1947, ou seja, no pouco tempo em que esteve na legalidade, o partido intensifica o processo de sindicalização, o que passa a ser uma preocupação para o governo e as elites locais, especialmente para os latifundiários. No dia 10 de agosto de 1946, o jornal católico "A Ordem" publica uma longa entrevista com o presidente da Liga de Defesa dos Trabalhadores, em que denuncia a "infiltração vermelha nos sindicatos e associações de classe" e faz um apelo ao Delegado Regional do Ministério do Trabalho "para não permitir que as organizações sindicais venham a cair nas mãos dos comunistas" e ainda alerta aos trabalhadores "para não se deixarem levar pela maneira manhosa e sutil com que agem os adeptos moscovitas". Nos poucos anos da legalidade o Partido organiza diversos sindicatos. Em Natal, entre outros, ajuda a fundar a Associação dos Funcionários da Malária, onde cria uma Escola de Alfabetização para os trabalhadores<sup>28</sup>. Com a ilegalidade em 1947 há um refluxo (em função da intensa repressão), mas no início da década de 1950, o Partido volta a atuar junto aos sindicatos, à margem da estrutura oficial. Quando ocorre a mudança da linha do partido, em que se redefine a estratégia de atuação sindical, o partido já controlava os mais importantes sindicatos do estado: Salineiros (Mossoró, Areia Branca e Macau) Ferroviários, Portuários, Estivadores, (Natal, Mossoró, Macau e Areia Branca), Marítimos, Construção Civil e Sapateiros.

Na área rural, onde o Partido, que já atuava há muito tempo, passa a ter uma crescente inserção (no início da década de 1950 havia ajudado a fundar o Sindicato Autônomo dos Camponeses, em Mossoró, tendo como primeiro presidente um militante do Partido. Ele será o principal líder da ocupação de uma fazenda (Oiticica) que mobilizou as forças policiais do estado. Resistiram e conseguiram posteriormente a desapropriação da fazenda junto à classe trabalhadora, seguindo as ori-

<sup>28</sup> Sobre esse período, há dois excelentes trabalhos: MARANHÃO, Ricardo, *op. cit.*, e ALEM, Silvio, *Os trabalhadores e a redemocratização*. Este último, ao se referir mais especificamente ao Partido Comunista, mostra como a formação de escolas de alfabetização era uma de suas mais frequentes atividades no período da legalidade.

entações mais gerais do partido que define sua estratégia de atuação dentro da estrutura sindical oficial "... para obter a unidade de ação, os comunistas atuam na organização sindical existente e utilizam a Consolidação das Leis do Trabalho, procurando organizar os trabalhadores na luta por suas reivindicações (...) cumprindo intensificar o movimento pela reforma agrária"<sup>29</sup>. A partir desse momento o partido passa a atuar de forma mais sistemática, disputando, especialmente no Nordeste, a hegemonia com as ligas camponesas e a Igreja Católica.

## 5. A POLÍTICA DE ALIANÇAS ELEITORAIS DO PARTIDO COMUNISTA: 1958-1964

Um outro aspecto da trajetória do Partido Comunista no estado são suas alianças eleitorais. Entre 1950-1958, o Partido apoia e lança candidatos (particularmente a deputados) por outras legendas. A partir de 1958, com as mudanças mais gerais das estratégias do Partido em nível nacional, vai atuar de forma mais sistemática, articulando alianças, o que vai resultar em inegáveis êxitos no estado: em 1958 elege os dois deputados estaduais já citados (Luis Maranhão Filho e Cesário Guilhaermino) e vereadores em Natal e Mossoró, estes, pelo PTB.

Para as eleições gerais de 1960, o Partido Comunista, através de Luis Maranhão Filho, será um dos principais articuladores da Frente Popular Nacionalista. Maranhão, juntamente com o presidente do sindicato dos Estivadores de Natal, Pretextado José da Cruz, também militante do Partido Comunista, farão parte do comitê central da campanha.

A Frente apoia as candidaturas do Marechal Henrique Lott para Presidente da República e João Goulart para Vice, Aluisio Alves, da UDN para Governador<sup>30</sup> e Djalma Maranhão (PTN) e Luis Gonzaga dos Santos (PTB) para prefeito e vice de Natal, respectivamente. Djalma Maranhão, que havia sido eleito em 1958 deputado federal pelo PTB, com o apoio do Partido Comunista, concorre às eleições, mais uma vez

<sup>29</sup> PBC: vinte anos de política, p.63-64.

<sup>30</sup> Filiado a UDN desde a década de 1940, Aluisio Alves se incompatibiliza com a direção estadual da UDN por ter sido preterido na disputa para o governo do estado: o partido indica o então Deputado Federal Djalma Marinho. Forma então uma dissidência, sendo apoiado por parte da UDN e do PSD. Apoiou Janio Quadros à Presidência.

apoiado pelos comunistas, desta vez dentro de frente mais ampla, congregando os setores progressistas, intelectuais, estudantes etc.

A campanha eleitoral foi muito bem organizada, principalmente em Natal, onde as forças de esquerda – o Partido Comunista à frente – investem principalmente na candidatura de Djalma Maranhão. Contando com o apoio dos principais sindicatos do estado, formam-se centenas de “comitês nacionalistas” (só em Natal, haviam 240, organizados por ruas) que tiveram um papel fundamental, não apenas durante a campanha, dando a vitória aos candidatos da Frente, como servindo de base para o programa de governo da prefeitura de Natal.

O resultado é a vitória da Frente. Em Natal, mais uma vez, um candidato a Presidente da República apoiado pelo PCB sai vitorioso: O Marechal Lott obtém 65,6% dos votos, Aluisio Alves 53,7% e Djalma Maranhão se torna o primeiro Prefeito eleito de Natal com 66% dos votos. Saliente-se que processo idêntico havia ocorrido em Pernambuco, com a vitória de uma frente de esquerda (“Frente de Recife”) que elege Miguel Arraes Governador e, em 1962, Pelópidas da Silveira, prefeito de Recife.

### **5.1. A administração popular de Djalma Maranhão: 1960-1964**

A administração de Djalma Maranhão na Prefeitura de Natal será a mais popular e democrática que a cidade já teve. Eleito por uma frente de esquerda, Maranhão, ex-comunista que se tornara um ferrenho nacionalista (integra a Frente Parlamentar Nacionalista quando deputado federal em 1958) compõe seu secretariado com representantes dos partidos e organizações que integraram a Frente que o elegeu e entre eles, o Partido Comunista. Sua administração já foi objeto de alguns estudos que destacam entre as suas maiores realizações a “campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, uma experiência pedagógica extraordinária, tendo à frente o Professor Moacir de Goes, não apenas em termos de Natal, como de Brasil.<sup>31</sup> Uma bem-sucedida campanha de

<sup>31</sup> Há dois excelentes estudos sobre essa experiência: GERMANO, José Willington, Lendo e aprendendo e GOES, Moacir, A campanha de pé no chão também se aprende a ler.

alfabetização, um esforço que reúne intelectuais e estudantes que, com poucos recursos, mas com compromissos junto às camadas populares, conseguem, em pouco tempo, reverter o dramático quadro de analfabetismo em Natal, particularmente entre as crianças. Nas escolas, como dizia o “slogan” da campanha, podia-se entrar de “pé no chão” e a população, organizada por bairros, faz importantes sugestões para a construção de escolas (materiais de construção, locais, etc) onde todos tinham acesso. Foi criado, entre outras coisas, um centro de formação de professores, com cursos regulares (inclusive junto à equipe de Paulo Freire, em Recife), enfim, uma experiência inédita, bem sucedida, que termina com a ditadura militar em 1964, com a perseguição (e prisão) de todos os implicados nesse processo; a Prefeitura também cria o Centro Popular de Cultura (que revigorou a cultura popular em Natal, com apoio a diversos grupos folclóricos, musicais, teatrais, etc) e do “Forum de Debates” que trouxe a Natal intelectuais de renome para discutir temas relevantes da conjuntura brasileira e internacional.

O Partido Comunista se fazia presente, ampliando sua presença junto às organizações populares (Djalma nomeia como assessor sindical, o militante do PC – e ex-vereador pela legenda do PTB – João Macedo Sobrinho, presidente do Sindicato dos Sapateiros, e mantém um vínculo estreito com os sindicatos, com quem se reunia frequentemente, apoiando-os inclusive em greves.)

Aluisio Alves, que havia sido eleito pela Frente, rompe com ela em 1962. Em primeiro lugar, pelas divergências crescentes com a principal liderança da esquerda: Djalma Maranhão. Especialmente por assumir posições pró-americanas, viajando inclusive aos Estados Unidos onde consegue viabilizar convênios via Aliança Para o Progresso. Decide também não apoiar Maranhão para senador, conforme compromisso assumido anteriormente. A partir do rompimento, Aluisio Alves assumirá cada vez mais posições de direita, reprimindo duramente as manifestações populares. Em 1964, será um dos primeiros governadores a aderir ao golpe militar e instaurar inquéritos policiais-militares.

## 6. O PARTIDO COMUNISTA E OS SINDICATOS NO RIO GRANDE DO NORTE: 1960-1964

Em nível nacional, os primeiros anos da década de 1960 representam um dos mais importantes momentos-chave na trajetória do PCB. Mesmo na ilegalidade, o partido adquiriu visibilidade e transformou-se num ator fundamental do jogo político-partidário nacional. Como diz Pandolfi “sua expressão social extrapolou em muito sua capacidade orgânica”<sup>32</sup>

No Rio Grande do Norte, este também é o período de maior inserção do Partido Comunista junto à classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, se constitui num período marcado pela violência, especialmente no meio rural. O surgimento e fortalecimento dos sindicatos vão representar, de certa forma, uma ameaça aos proprietários de terra que respondiam à organização dos trabalhadores em sindicatos frequentemente com violências, e, não raro, contando com a ajuda da polícia. Como diz Soares, “a organização do movimento camponês no Nordeste foi, sem dúvida, o acontecimento que mais abalou as instituições políticas nacionais e mais pânico provocou nas classes dominantes (...) foi o acontecimento que mais impacto provocou e mais questões colocou para as direções das classes populares.(...)”<sup>33</sup>

A formação das ligas camponesas no Nordeste foi certamente um dos fenômenos mais importantes para a organização dos camponeses. A fundação da primeira liga no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão (PE), se constitui num marco histórico do movimento camponês do Brasil, especialmente do Nordeste. Antes de sua formação no interior de Pernambuco, houve tentativas de organização dos camponeses por parte do Partido Comunista (que objetivava organizar não apenas os camponeses, mas também os assalariados rurais, pequenos produtores, parceiros, posseiros, etc) especialmente no período de sua legalidade (1945-1947) e só não houve maior crescimento porque, com a decretação da ilegalidade e a subsequente repressão, o partido desestruturou-se. Há de

<sup>32</sup> PANDOLFI, op. cit., p.187.

<sup>33</sup> SOARES, Jose Arlindo, A Frente de Recife e o governo Arraes: nacionalismo em crise (1955-1964), p.111.

se destacar que nesse período, houve um significativo avanço na organização dos camponeses expressa na realização, entre outros, do Congresso de Salvação do Nordeste, organizado pela Liga de Emancipação Nacional, seção de Pernambuco em 1955 (idealizado pelo PCB) e do I Congresso Camponês que realiza-se pouco depois, como desdobramento do Congresso de Salvação do Nordeste, também na cidade do Recife.

Quanto à organização e expansão das ligas camponesas em Pernambuco já existem publicados diversos trabalhos de pesquisa<sup>34</sup>. Em relação ao Rio Grande do Norte não existem pesquisas específicas a respeito das ligas camponesas. Há referências em alguns trabalhos, como é o caso da pesquisa realizada por Cruz que procura mostrar, entre outras coisas, que não houve uma expansão significativa das ligas no estado (como ocorreu em Pernambuco e Paraíba) em função da eficiente atuação da Igreja Católica<sup>35</sup>. No entanto, foram organizadas algumas delegacias no interior e uma Liga Urbana, em Natal, dirigida pelo então deputado estadual Floriano Bezerra (PTB) que se destacou pela defesa e organização de ligas camponesas. Francisco Julião, um dos principais organizadores e dirigentes das ligas em Pernambuco, esteve presente, juntamente com o padre Alípio de Freitas, em diversos comícios organizados em defesa da reforma agrária e articulando a formação de delegacias municipais das ligas. Segundo um relatório policial, publicado no jornal "Diário de Natal", em setembro de 1964, essas ligas estavam "realizando invasões de terra, intimando proprietários de fazendas (...) solicitando ajuda financeira a muitos prefeitos do interior (...) realizando um amplo e eficiente trabalho, conforme as diretrizes do Partido Comunista". Destaca também a apreensão pela polícia de armas "privativas das forças armadas" entre os camponeses e a atuação do Partido Comunista junto aos sindicatos rurais.

No Rio Grande do Norte, à medida que os camponeses se organizam em sindicatos, os conflitos se sucedem. O relatório da pesquisa "O

<sup>34</sup> Já existem diversos trabalhos publicados sobre as Ligas Camponesas. Entre os mais importantes, destacaria: AZEVEDO, Fernando Antonio. *As Ligas Camponesas*, BASTOS, Elide Rugai, *As ligas camponesas*; JACCOUD, Luciana de Barros, *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco: 1955-1968*. Recife, 1990; AGUIAR, Roberto Oliveira, op. cit., 1993 e BRAYNER, Flávio Henrique Albert, op. cit., 1989.

<sup>35</sup> CRUZ, Dalcy da Silva, *A redenção necessária*.

despertar do campo: aspectos da história de lutas do trabalhador rural do Rio Grande do Norte – 1950-1983” descreve inúmeros conflitos nos quais os trabalhadores eram frequentemente expulsos das terras (sem qualquer indenização) e ainda ameaçados de morte pelo fato de terem se filiado aos sindicatos<sup>36</sup>.

Ressalte-se que esse momento significa a intensificação do processo de consolidação do capitalismo na agricultura com a industrialização intensiva do campo, sobretudo na zona canavieira. Esse processo traz como consequência uma maior concentração de terras e expulsão dos trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo que significava expansão do grande capital, intensifica-se a exploração do trabalho<sup>37</sup>. De qualquer forma, os conflitos que surgem são consequências não apenas da intensificação da exploração, como principalmente da conscientização e organização dos trabalhadores rurais. Francisco Oliveira, ao analisar esse período no Nordeste e esta questão em particular, mostra como “o conflito de classes entre as forças populares no Nordeste e as combatidas forças dominantes locais, burguesia industrial e oligarquia latifundiária (...) estava desembocando claramente na perda de hegemonia daquelas classes dominantes<sup>38</sup>”.

A organização dos camponeses pelas ligas e a crescente atuação do Partido Comunista no meio rural no Nordeste, preocupa não apenas os latifundiários e a polícia, como a Igreja Católica, que passa a atuar de forma organizada, sistemática e eficientemente no meio rural. Já atuava antes: desde o início da década de 1950 havia um esforço em definir propostas de trabalho a serem realizadas na zona rural. Durante toda a década foram realizadas campanhas de esclarecimentos, congressos etc, reunindo todas as dioceses da região, com o objetivo de ter uma maior atuação junto aos trabalhadores rurais. No entanto é inegável que se torna muito mais presente à medida em que cresciam as influências do Partido Comunista e das ligas camponesas. No Rio Grande do Norte,

<sup>36</sup> CRUZ, Dalcy da Silva; ANDRADE, Ilza Araújo Leão, O despertar no campo: aspectos da história de lutas do trabalhador rural do Rio Grande do Norte - 1950-1983, p.55-63.

<sup>37</sup> Para maiores detalhes a respeito das condições sociais, econômicas do Rio Grande do Norte do período, ver GERMANO, José Wellington, Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão, pt. 1.

<sup>38</sup> OLIVEIRA, Francisco, Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes, p.98.

onde a participação da Igreja vai se dar de forma mais organizada e eficaz, a exemplo do que ocorre nos demais estados do Nordeste, ela vai disputar a hegemonia com o Partido Comunista e as ligas camponesas e especialmente no Rio Grande do Norte, passa a ter uma crescente influência junto aos trabalhadores rurais, organizando diversos sindicatos.

Em relação aos trabalhadores rurais há de se destacar o crescente processo de mobilização e organização principalmente no Nordeste. É a maior delegação no mais importante encontro de trabalhadores rurais ocorrido na década: o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado em agosto de 1961 em Belo Horizonte, com a presença de mais de 1500 delegados<sup>39</sup>.

Como desdobramento desse Congresso, que contou com uma delegação do Rio Grande do Norte, é formado, em Natal, no início de 1962, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, tendo como presidente, Valdeir Gomes, militante do Partido Comunista.

Com a organização dos trabalhadores rurais, a repressão: pouco depois da organização da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais encaminham um documento ao governo do estado solicitando garantias não apenas para o exercício de suas atividades - legalmente constituídas - como garantias de vida aos seus filiados, uma vez que muitos deles estavam sendo ameaçados de morte pelos latifundiários.

A ULTAB organiza o 1º de Maio de 1962 em Natal com a presença de mais de mil camponeses, contando com a mobilização do Partido Comunista e apoio dos sindicatos em Natal, além das organizações estudantis. Logo após esse evento, o presidente da ULTAB no Rio Grande do Norte, envia uma carta à direção nacional onde afirma, entre outras coisas "... estruturamos em praça pública a aliança operário-estudantil-camponesa (...)". Pouco depois é formada a Frente de Mobilização Camponesa, que tem como tarefa imediata a preparação da greve geral decretada pelo CGT marcada para setembro. E tem êxito: o Rio Grande do Norte será um dos poucos estados onde ocorre a greve geral. Delgado, ao analisar essa greve, diz "ainda em 1962 vários outros movimentos traba-

---

<sup>39</sup> Sobre o I Congresso Nacional de Lavradores e trabalhadores Agrícolas do Brasil, ver, entre outros, AUED, op. cit.

listas marcam a vida política nacional, desta vez contando com a liderança definitiva do CGT”. A campanha “esforço concentrado” pelas reformas de base (...) é de imediato acionada pelo CGT. Tal mobilização, que seria finalizada com uma greve geral, que acaba por ser um dos elementos que contribuíram para a crise de setembro de 1962, que desencadeia nos meios trabalhistas e populares uma ampla campanha pelo plebiscito (...) deflagrado o movimento, ela atinge diversas categorias profissionais em vários estados da Federação (...) Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro<sup>40</sup>.

No dia 1º de maio de 1963, a ULTAB organiza manifestações em 32 cidades do interior, reunindo cerca de 40 mil trabalhadores, mobilizados em torno da palavra de ordem “reforma agrária”.

A crescente organização e mobilização dos trabalhadores rurais leva a Igreja Católica a desenvolver um trabalho mais organizado e sistemático no meio rural. E, diferentemente das ligas e do PCB, entra politicamente no campo com uma complexa rede de organização, especialmente no Rio Grande do Norte. Além de estar presente em todos os municípios com seus vigários e párocos terá ainda a FTR (Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte), FTA (Federação dos Trabalhadores Autônomos), MEB (Movimento de Educação de Base), JAC (Juventude Agrária Católica), dispondo ainda de 2 jornais e uma rádio (rádio rural de Natal).

O marco da ação mais organizada da Igreja data de 1960, quando Dom Eugênio Sales, Administrador Apostólico de Natal, funda o SAR (Serviço de Assistência Rural). O objetivo é claro e está presente em seus diversos pronunciamentos: livrar os trabalhadores rurais da influência do Partido Comunista e evitar a expansão das ligas camponesas. O resultado desse trabalho é expressivo: entre 1960-1963 a Igreja funda no estado 48 sindicatos, congregando mais de 50 mil trabalhadores (só em 1961 cria 12 sindicatos, com mais de 12 mil filiados).

A Igreja não apenas funda sindicatos, como participa ativamente das eleições. Em 1962, a Província Eclesiástica do Rio Grande do Norte criou a Liga Eleitoral Pró-Família, que através dos seus jornais e porta-

<sup>40</sup> NEVES, Lucília de Almeida, O comando geral dos trabalhadores no Brasil: 1961-1964, p.57-58.

vozes, alerta os católicos contra os “candidatos comunistas ou outros sobre os quais pesam prudentes suspeitas de serem comunistas ou de tendências marxistas”. Aproveitam e relembram freqüentemente o levante de 1935 em Natal, chamado pejorativamente de “Intentona Comunista”, acusando os comunistas de terem cometido inúmeras atrocidades (e desta forma, repetindo as surradas mentiras das ordens-do-dia dos militares).

Em julho de 1963, com a participação crescente da Igreja Católica na sindicalização rural, realiza-se em Natal a I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, com a presença de 200 sindicatos, 59 assessores e 45 observadores, com um total de 314 convencionais, representando 18 estados. Entre os temas mais importantes estavam a Reforma Agrária e a criação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) – efetivada no final de 1963.

Apesar da presença sistemática e organizada da Igreja Católica, o Partido Comunista, amplia sua inserção: além de organizar e dirigir diversos sindicatos rurais, tinha a direção dos principais sindicatos das duas principais cidades do estado: Natal e Mossoró, como o sindicato da Estrada de Ferro, Bancários, Estivadores, Construção Civil, Sapateiros, Gráficos, Saneamento Básico, Sindicato do Curtimento de Couros e Peles, Associação dos Funcionários dos Correios, atuando ainda no movimento estudantil universitário e nas Forças Armadas (especialmente entre os marinheiros e na Base Aérea de Natal). Além disso, terá a hegemonia no Comando Geral dos Trabalhadores no estado (e, de resto, no país).

A organização dos trabalhadores, especialmente dos camponeses, preocupa não só as elites brasileiras (os latifundiários em particular), de uma maneira geral o governo brasileiro, como também o governo dos Estados Unidos. Principalmente após a Revolução Cubana em 1959, os Estados Unidos passam a dedicar maior atenção à América Latina e, no caso do Brasil, especialmente para a região Nordeste. Nesse sentido, são estabelecidos vários contatos com Governadores mais “receptivos”, como é o caso de Aluisio Alves, do Rio Grande do Norte, que viaja aos Estados Unidos e viabiliza vários convênios, através da Aliança para o Progresso (O Rio Grande do Norte é um dos estados brasileiros a receberem maior volume de empréstimos). Dreifus, ao se referir à Aliança Para

o Progresso, diz: “O Rio Grande do Norte era um dos estados-chaves escolhidos como vitrine para a promoção das “ilhas de sanidade” denominação dada pelo Embaixador Lincoln Gordon, dos Estados Unidos, aos estados cujos Governadores eram receptivos”<sup>41</sup>. Um dos objetivos principais da “ajuda” dos Estados Unidos era justamente impedir o crescimento das forças populares organizadas e nesse sentido o Partido Comunista e as ligas camponesas, no caso específico do Nordeste, eram os alvos principais.

Que o Partido Comunista cresceu significativamente no meio rural, expressa-o o minucioso inquérito policial-militar instituído logo após o golpe de 1964 no Rio Grande do Norte: centenas de lideranças rurais são indiciadas, presas e condenadas. Entre outros dados contidos no relatório final do inquérito constam informações de que o Partido Comunista estava armando os camponeses com “armas de guerra, privativas das forças armadas” (...) adquiridas por agitadores comunistas”, fazendo referências a inúmeras invasões de propriedades rurais visando “a implantação de uma República Socialista no País”.

No início dos anos 1960 o Partido Comunista será um dos principais articuladores da Frente de Libertação Nacional (no Rio Grande do Norte foi formado em 1961, e em sua diretoria estavam representantes de várias categorias, como militares, políticos, profissionais liberais, operários, camponeses e estudantes); do Pacto da Ação Sindical (que atuava na orla marítima e tinha a sede nacional no Rio de Janeiro); do CONSITRA (Conselho Sindical dos Trabalhadores) – criada em Natal em 1960, congregando as atividades no setor sindical do estado, substituída em 1962 pelo Comando Geral dos Trabalhadores (que nos estados atuava através dos Comandos Estaduais dos Trabalhadores). Em todas essas organizações, no Rio Grande do Norte, o Partido Comunista tinha a hegemonia na direção.

O Partido, entre outras áreas de atuação, orientava seus militantes a participarem dos eventos organizados pelo Fórum de Debate, organizado pela Prefeitura e um dos acontecimentos de maior repercussão no ano de 1963 no Estado foi a vinda do então deputado Leonel Brizola a Natal no dia 3 de Maio justamente a convite do Fórum de Debates e da

<sup>41</sup> DREIFUS, René, 1964: a conquista do estado, p.295.

Frente Nacionalista. Chega também, no mesmo dia acompanhado do Governador do Estado, o Embaixador dos Estados Unidos no Brasil Lincoln Gordon.

O objetivo do Forum era organizar debates com Brizola; no entanto, como sua vinda foi amplamente divulgada, um grande número de pessoas se deslocaram para o centro da cidade, e impossibilitou a realização de um debate a portas fechadas. Foi decidido então pela realização de um comício. Brizola, instigado pela presença de um grande público, faz um violento discurso, transmitido em cadeia nacional de rádio, criticando a presença do Embaixador dos Estados Unidos em Natal; a Aliança Para o Progresso (acusada de “agente do imperialismo”); faz apelos aos soldados do Exército, Marinha e Aeronáutica para pegarem em armas “em defesa das reformas de base”; chama alguns generais de “gorilas”, acusando-os de estarem tramando um golpe e conclama a população a se organizar e resistir (como ele fizera em 1961 no Rio Grande do Sul). Faz também alusões pessoais ao Comandante da Guarnição do Exército em Natal, o general Antonio Carlos Muricy, chamando-o de golpista e de ter fugido de Porto Alegre. O general encontrava-se num banquete no palácio do Governo na homenagem ao Embaixador dos Estados Unidos. Ao saber das acusações de Brizola, se retira e tenta acabar com o comício, mobilizando imediatamente tropas do Exército. É dissuadido, uma vez que o comício já estava terminando. Esse comício, e as acusações de Brizola, tiveram uma grande repercussão, não só na imprensa de Natal e do país, como principalmente entre as Forças Armadas. Seus principais líderes logo se posicionam, defendendo o general Muricy e criticando Brizola. Hélio Silva relata com detalhes esse episódio, no qual diz, entre outras coisas que “... serviu como um teste. A oficialidade brasileira podia ser unida. Não tanto pelo número de mensagens recebidas, mas os nomes que as assinavam, de oficiais ocupando postos-chaves e dos que tinham maior prestígio, podiam dar uma primeira visão panorâmica dos pontos de apoio com que se poderia contar por qualquer movimento de reação ao governo Goulart”<sup>42</sup>.

No início de 1964, organiza-se em Natal o Comando Estadual dos Trabalhadores, oficialmente instalado no dia 20 de fevereiro, tendo

<sup>42</sup> SILVA, Hélio, 1964: golpe ou contra-golpe?, p.274.

como presidente Joaquim Xavier de Sousa, então presidente do Sindicato da Estiva de Macau (cidade portuária, a 100 quilômetros de Natal, que tinha diversos sindicatos sob a direção do PCB. Era conhecida na época como “moscouzinho”...). O Comando organiza diversas manifestações em defesa da reforma agrária, tendo em alguns comícios a presença de Francisco Julião e do padre Alípio de Freitas. No dia 3 de março de 1964, José Rodrigues Sobrinho, presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, que integra o Comando Estadual dos Trabalhadores, lança um manifesto “As forças populares do Rio Grande do Norte”, juntamente com a União Estadual dos Estudantes, no qual expressa sua solidariedade ao “governo popular de Miguel Arraes em sua luta em favor das classes menos favorecidas daquele estado” e ao mesmo tempo denuncia “o esquema golpista que, partindo da Guanabara e São Paulo, tenta intervir no processo democrático em andamento no País, impedindo a livre manifestação popular e tentando sufocar, pela força, a marcha da libertação do povo brasileiro” e conclui o manifesto com “por uma reforma agrária completa e radical”.

Uma das evidências da atuação do Partido Comunista está expressa no relatório Policial do Bel. Carlos Veras, que, através da instauração do já referido Inquérito Policial Militar (instituído no dia 17 de abril de 1964 pelo governador Aluisio Alves) faz uma descrição detalhada da atuação do Partido Comunista e entre outras conclusões, afirma que “a infiltração vermelha atingia todos os setores do movimento sindical, verificando-se nos últimos três anos um recrudescimento das atividades fora do comum, traduzindo-se num clima de insatisfações despertadas no operariado, refletindo-se através de greves ilegais, manifestações públicas e agitações que abalaram a normalidade da vida deste Estado e do país”<sup>43</sup>. No relatório consta ainda como “prova de subversão” (anexada aos processos) “fâmulas da bandeira de Cuba e da Confederação dos Trabalhadores da Cuba Revolucionária, regulamentos de finanças do Partido Comunista, plaquetas sobre cursos básicos do PCB, credenciais, atas e cópias do PCB, informes para o Comitê Central do

<sup>43</sup> Relatório do inquérito policial apresentado ao Governador do Estado Aluisio Alves, após uma investigação que durou 150 dias, “envolvendo atividades subversivas nos sindicatos, nos meios estudantis, no meio intelectual e na Prefeitura de Natal”. Publicado na íntegra no jornal O Póti/Diário de Natal entre os dias 25 e 29 de setembro de 1964.

PCB etc” que foram apreendidas na sede do Comando Estadual dos Trabalhadores em Natal.

Entre as lutas unitárias dos sindicatos no estado, tendo à frente o Partido Comunista, estão uma greve geral entre os dias 14 e 16 de setembro de 1962 e a formação de uma Frente de Mobilização Popular, que, entre outras coisas, organiza mobilizações para a encampação da Companhia Força e Luz (concessionária da empresa estrangeira **Bond and Share**, responsável pela distribuição de energia elétrica no Rio Grande do Norte). Mobilizam cerca de 10 mil pessoas, com abaixo-assinados, comícios, manifestações públicas (passeatas, palestras, etc). No início de fevereiro de 1964 os sindicatos conclamam os trabalhadores do Rio Grande do Norte para uma greve geral. Diversas categorias entram em greve. No dia 6 de fevereiro encaminham ao Governador um documento em que dizia “Os trabalhadores em greve exigem que o Governador do Estado assine o decreto abaixo: O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, decreta: art. 1º – Fica rescindido, a partir desta data, o contrato celebrado entre os Estados do Rio Grande do Norte e a Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil”; art. 2º Revogam-se as disposições em contrário”. O Governador Aluisio Alves, que caracterizou seu governo muito mais pela repressão às manifestações coletivas organizadas dos trabalhadores do que pelo diálogo, não só não aceitou, como enviou a polícia para acabar com a greve. Posteriormente, Aluisio Alves vai se referir a esse acontecimento dizendo “... enfrentei os comunistas em praça pública, na agitação que pretendia arrancar do governo estadual a encampação da Força e Luz”<sup>44</sup>.

## 7. O PARTIDO COMUNISTA E O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Um outro aspecto importante na trajetória do Partido Comunista no Rio Grande do Norte é a participação no movimento estudantil, especialmente o universitário, disputando a hegemonia com a AP – Ação Popular. No já citado relatório policial, há um capítulo específico sobre o movimento estudantil. Entre outras considerações, diz “...infiltrando-se na consciência e formação dos jovens, disciplinando-lhes a formação

<sup>44</sup> ALVES Aluisio . A verdade que não é secreta, p.75.

político-social dentro de um esquema próprio e adequado às necessidades de desenvolvimento da política de organização do PCB (...) vinha o PCB se realizando plenamente no seio estudantil da Comunidade Potiguar”.

Entre os acontecimentos mais importantes da atuação do movimento estudantil do período, estão: a) a realização em Natal, em julho de 1961, o IV Congresso Latino-Americano de Estudantes, com representantes de 18 países. Este Congresso, bastante tumultuado face às disputas internas, leva a Igreja a organizar passeatas contra os estudantes e manifestações de repúdio em frente ao local em que estava hospedada a delegação de Cuba<sup>45</sup>; b) a realização, também em Natal, em abril de 1963 do I Seminário Nacional de Estudantes, organizado pelo Diretório Central dos Estudantes. Ao término desse Seminário, lança-se uma Carta de Princípios, que diz, entre outras coisas que “... o povo dominado começa a arrancada para o poder através de sua conscientização e, no entanto, a sua desalienação só estará completa na Revolução Brasileira” (...).

Afora esses encontros, que reuniram em Natal milhares de estudantes do país e de várias partes do mundo (especialmente da América Latina), há de se destacar o papel dos estudantes na formação do Centro de Cultura Popular em Natal (após a passagem da caravana volante da UNE (União Nacional dos Estudantes) em Natal, em abril de 1963). O CCP foi responsável pela formação de várias associações de bairros. Criado oficialmente pela Prefeitura de Natal, tinha decisiva influência do PCB (o seu presidente no estado era simpatizante do partido) além disso, os estudantes têm decisiva participação na Frente de Mobilização Popular, que congregava, além dos estudantes, sindicatos (rurais e urbanos), associações de bairros etc, que organiza inúmeras palestras sobre temas relevantes da conjuntura local e nacional.

Um dos secretários da UNE era de Natal, daí a importância da organização dos eventos acima citados. Além de participar no movimento estudantil e integrar a Frente de Mobilização Popular, os estudantes organizam em Natal campanhas em defesa da Revolução Cubana, das

<sup>45</sup> Para maiores detalhes sobre a realização desse Congresso, consultar SILVA Justina Iva de A. Estudantes e política: um estudo de um movimento (RN 1960-1969), p.76-79 e GUANABARA, Gileno, Faculdade de Direito de Natal: lutas e tradições - 1949-1973, p.132-134.

reformas de base e contra os convênios do governo do estado com a Aliança Para o Progresso que financiava diversos projetos no Rio Grande do Norte. Há de se ressaltar que os estudantes haviam participado ativamente da campanha eleitoral que elegeu Aluisio Alves governador, no entanto, especialmente após o rompimento de Aluisio com a Frente em 1962, há uma sistemática repressão aos estudantes durante o seu governo e com o golpe de 1964, foram presas suas principais lideranças<sup>46</sup>.

## 8. CONCLUSÃO: O golpe de 1964 no Rio Grande do Norte

Em 1º de abril de 1964, Natal amanhece com as tropas do Exército nas ruas e demais forças armadas de prontidão. O Governador do Estado, Aluisio Alves, é um dos primeiros a aderir ao golpe (participa poucos dias depois de uma reunião no Rio de Janeiro com outros governadores que também conspiraram e aderiram ao golpe). Faz um comunicado à população do Estado, no qual expressa sua adesão e pede tranquilidade ao povo.<sup>47</sup>

O golpe pega os trabalhadores de surpresa. Djalma Maranhão ainda tenta formar um QG da legalidade na Prefeitura – para onde vão algumas lideranças sindicais, além de assessores e secretários – e lança uma carta à população de Natal, dizendo, entre outras coisas que “...junto minha voz a de todas as forças democráticas e populares do país na denúncia aos governos de Minas Gerais, Guanabara e Rio Grande do Sul, que ontem pela madrugada colocaram-se fora da lei, levadas pelo desespero do reacionarismo contra as reformas de base”. A carta é publicada na tarde do dia 1º de abril.

Em Macau, onde o Comando Estadual dos Trabalhadores tinha o controle de todos os sindicatos, se reúne e paralisa todo o serviço do porto, decretando greve geral em defesa de João Goulart. Nesta noite, o

<sup>46</sup> Uma análise mais detalhada a respeito da organização das entidades estudantis no Estado e o papel do Partido Comunista, aqui apenas sugerida, foge aos limites desse trabalho. É um dos capítulos da pesquisa que estamos desenvolvendo e certamente este trabalho de reconstituição histórica, merece tratamento analítico mais adequado. Quanto ao Governo Aluisio Alves e a repressão ao movimento estudantil, ver SILVA, op. cit., p.67-71.

<sup>47</sup> A respeito das perseguições do governo Aluisio Alves após o golpe de 1964, vide GALVÃO, Mailde Pinto, 1964: aconteceu em abril.

presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais, em nome do CGT, envia um telegrama ao Presidente João Goulart no qual hipoteca solidariedade e ao mesmo tempo que coloca à disposição do Presidente “cerca de 50 mil camponeses que estão de prontidão em nossas sedes sindicais”. Outro telegrama é enviado a Lindolfo Silva, Presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Rurais do Brasil, informando do telegrama enviado ao Presidente da República e reafirmando a disposição de “lutar ao lado de todos os companheiros contra correntes reacionárias que não reconhecem mínimos direitos de nossos patrícios e não querem renunciar a privilégios milenares”.

Nesta mesma noite, soldados do Exército cercam a Prefeitura e prendem todos os que lá se encontravam, incluindo o Prefeito Djalma Maranhão<sup>48</sup>. No dia seguinte ampliam-se as prisões. Centenas de pessoas são presas. São indiciados imediatamente todos os integrantes do Comando Estadual dos Trabalhadores. Vários militantes do Partido Comunista são presos (entre outros, Vulpiano Cavalcante, Luis Maranhão Filho, Evlin Medeiros, Bento Ventura, Joel Paulista, José Moreira e José Canário (estes três últimos da cidade de Mossoró). Inicia-se a partir daí uma intensa repressão por parte do aparelho policial do Estado, com perseguições e violências contra seus adversários. É a consolidação da ditadura e a conseqüente desestruturação não apenas do Partido Comunista, mais de todas as forças democráticas e progressistas do Estado.

## BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Renato Oliveira de. **Recife da Frente ao Golpe: ideologias políticas em Pernambuco**. Recife: UFPE, 1993.
- ALEM, Silvio Frank. **Os trabalhadores e a “redemocratização”**. Campinas, 1981. 293p. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP.
- ALVES, Aluisio. **A verdade que não é secreta**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1976.
- AUED, Bernadete Wrubleski. **A Vitória dos vencidos: Partido Comunista brasileiro e as Ligas Camponesas**. [s.l.]: Ed. da UFSC, 1986.

<sup>48</sup> Preso, passou por várias prisões no país, até ser exilado no Uruguai em 1967, onde morre em julho de 1971.

- AZEVEDO, Fernando. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BEZERRA, Gregório. **Memórias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 2v.
- BRAYNER, Flávio Henrique Albert. **Partido Comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do Partido Comunista Brasileiro em Pernambuco - 1956/1964**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Ed. Massangana, 1989.
- CARONE, Edgar. **PCB: 1943-1964**. São Paulo: Difel, 1980.
- CAVALCANTE, Paulo. **O caso eu conto o caso como foi: da coluna Prestes a queda de Arraes**. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Homens e idéias do meu tempo**. Recife: Nordestal, 1993.
- CAVALCANTE, Vulpiano. **Memória viva**, Natal: UFRN/Ed. Universitária, 1986.
- COSTA, Homero de Oliveira. **A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia**. Natal: Ed. Ensaio: UFRN/Cooperativa Cultural, 1995.
- CRUZ, Dalcy da Silva. **A redenção necessária**. Campina Grande, 1982. dissertação (Mestrado) – UFPB.
- \_\_\_\_\_; ANDRADE, Ilza Araújo Leão. **O despertar do campo: aspectos da história de lutas do trabalhador rural do Rio Grande do Norte: 1950–1983**. Natal, 1984. Mimeo.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a Conquista do Estado**. Petropolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Brasília Carlos. **O sindicato do garrancho**. São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado) – USP.
- FURTADO, João Maria. **Vertentes: memórias**. [s.l.]: Gráf. Olímpica, 1976.
- GALVÃO, Mailde Pinto. **1964: aconteceu em abril**. Natal: Edições Clima, 1994.
- GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**. São Paulo: Cortez, 1981.

- GUANABARA, Gileno. **História da Faculdade de Direito de Natal: lutas e tradições (1949-1973)**. Natal: Gráf. RN, 1989.
- JACCOULD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco: 1955-1968**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Ed. Massangana, 1990.
- MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e democratização: Brasil 1945 / 1950**. São Paulo: Brasiliense. 1979.
- MEDEIROS, Ivoncisio. **O Partido Comunista do Brasil e as eleições no Rio Grande do Norte: 1945-1947**. Natal: [s.n.], 1984.
- NEVES, Lucilia de Almeida. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)**. Belo Horizonte: Vega, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma (re) ligião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros: história e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- PCB: processo de cassação de registro**. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1980. (Memória Nacional, 1).
- PCB: vinte anos de política: 1958-1979**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- RIBEIRO, Francisco Moreira. **O PCB no Ceará: ascensão e declínio (1922-1947)**. Fortaleza: Edições UFC:Stylus, 1989.
- SANTOS, Raimundo. **A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- SEGATO, José Antonio. **Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SILVA, Helio. **1964: Golpe ou contra-golpe?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- SILVA, Justina Iva. **Estudantes e política: estudo de um movimento (RN: 1960-1969)**. São Paulo: Cortez, 1989.
- SOARES, José Arlindo. **A Frente de Recife e o governo Arraes: nacionalismo em crise: 1955-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

## MARINHA, CIÊNCIA E SEGURANÇA NACIONAL NA ERA VARGAS (1930 - 1945)

Alcileide Cabral do Nascimento  
Profa. do Depto. de História da UFRN

Desde meados do século XIX, a oficialidade naval objetivava a constituição de uma marinhagem com vocação, formação e identidade cultural com o mar e reconheceu nos pescadores artesanais o marujo em potencial, tendo em vista que os mesmos constituíam um grupo numericamente expressivo e possuíam vocação marítima natural.

Assim, a idéia de constituir pescadores em reserva naval do país permeou todos os esforços da oficialidade naval durante a Primeira República e se tornou objeto central dos projetos políticos da marinha de guerra.

No entanto, o início dos anos vinte não marca apenas o apogeu desse projeto representado pela "Missão do Cruzador José Bonifácio", com a estruturação do sistema de representação no setor pesqueiro - colônias de pescadores, confederações estaduais e confederação geral -, como parece assinalar também uma clivagem interna à instituição expressa através do surgimento de um novo grupo de oficiais com uma outra compreensão dos problemas da corporação.

A Marinha da década de 20 desse século não constituía uma corporação coesa, homogênea, como à primeira vista parece indicar. Da mesma forma que no Exército, ocorreram conspirações na Armada durante os levantes tenentistas em 1922 e, posteriormente, em 1924, com a participação de oficiais até então legalistas como o capitão de mar-e-guerra Protógenes Guimarães. Uma parte dos revoltosos desses movimentos teve como destino a carceragem; outra parte, constituída por cinquenta marinheiros e sete oficiais, foi exilada em Montevidéu, capital do Uruguai. Embora não haja estudos detalhados quanto às razões que levaram oficiais e marinheiros a participarem desses levantes, as evidências sugerem que as mesmas estavam relacionadas a uma crescente insatisfação dos quadros mais novos de oficiais e subalternos no tocante aos

problemas de ordem técnico-profissional internos à corporação, isto é, equipamentos obsoletos, navios de guerra ultrapassados e a precária profissionalização dos seus quadros. Ao mesmo tempo, a percepção que os revoltosos tinham dos problemas da Marinha assinala também outras necessidades e prioridades divergentes e conflitantes com a estratégia em curso.<sup>1</sup>

Dessa forma, parecia estar claro ao grupo divergente que a oficialidade naval que dirigia a Corporação não estava muito interessada nessas questões, haja vista seu empenho apenas na resolução de problemas relacionados com a pesca e, especificamente, a constituição de uma reserva naval nacional entre os pescadores.

Complacente com as regras políticas, aliado e integrado ao “Clube da República”, o Alto Comando Naval praticamente ignorou o movimento político-militar de 1930, como “arava a revolução”. Ainda segundo o ministro revolucionário, a Marinha vivia em seu mundo à parte e se manteve leal ao governo deposto até o último momento.<sup>2</sup>

É significativo, portanto, que o novo ministro da Marinha indicado em setembro de 1931 pelo presidente empossado, Getúlio Vargas, tenha sido um revolucionário dos anos 20, o capitão de mar-e-guerra Protógenes Guimarães. Para esse grupo que assumia a direção da corporação, a constituição de uma reserva naval não representava mais o grande desafio da Marinha brasileira. De certa forma, o problema da marinagem já havia sido vencido no final dos anos 20 e provinha, sobretudo, das Escolas de Aprendizes de Marinheiros e não do recrutamento forçado a que foram submetidos os pescadores por várias décadas.<sup>3</sup>

Se o movimento político-militar de 1930 possibilitou a ascensão do grupo de oposição e o conseqüente controle do destino da Marinha pelos mesmos, não pôde evitar, contudo, os reflexos nefastos da crise econômica mundial de 1929. De certa forma, o novo Co-

<sup>1</sup> Cf. CARONE, E, *A República Velha: evolução política*, p.352,383 e 384; CARVALHO, J.M. *As Forças Armadas na Primeira República*, In: FAUSTO, B., *História geral da civilização brasileira*, t.3, v.2., p.224.

<sup>2</sup> CARVALHO, J.M., *Forças Armadas e política, 1930-1945*, In: *A REVOLUÇÃO de 30*, p.110 e 180.

<sup>3</sup> Sobre as novas fontes de recrutamento para a Marinha ver SILVA, L. G., *Pescadores, militares e burgueses*, p.147.

mando Naval foi compelido desde o início a encontrar alternativas para viabilizar o seu projeto de modernização da Armada, consubstanciando na precisa e belicosa expressão “domínio do mar”, isto é, homens e belonaves capazes de assegurar a integridade do país sob quaisquer ameaça interna ou externa dentro dos limites mínimos do que se definia como “mar territorial”.

A crise financeira que atingiu o Estado, decorrente do colapso econômico mundial de 1929, e alcançou drasticamente o produto de maior exportação nacional, o café, fazendo cair o seu preço e diminuindo as exportações de 67,3 milhões de libras esterlinas para 41,2 milhões em 1930, não repercutiu da mesma forma nos recursos destinados às forças armadas.<sup>4</sup>

O movimento político-militar de 1930 colocou o Exército e a Marinha numa posição política favorável dentro do governo Provisório e, nesse sentido, aumentaram as pressões dessas forças para obtenção de mais recursos, melhor aparelhamento e treinamentos e aumento do número de efetivos. Essas pressões repercutiram no volume de recursos destinados às forças armadas, como demonstra o quadro I.

QUADRO I - GASTOS MILITARES, 1929-1946 (%)  
MINISTÉRIOS

ANOS	EXÉRCITO	MARINHA	AERONÁUTICA	TOTAL
1929	12,5	7,2		19,7
1930	12,3	7,3		19,6
1931	13,5	6,0		19,5
1932	25,0	6,4		31,4
1933	17,6	7,3		24,9
1934	19,6	7,6		27,2
1935	18,1	6,7		24,8
1936	17,6	6,7		24,3
1937	19,9	9,7		29,6
1938	19,2	11,2		30,4
1939	18,1	7,2		25,3
1940	19,0	7,8		26,8
1941	19,3	7,3		26,6
1942	23,5	7,5	5,5	36,5
1943	17,4	7,0	5,8	30,2
1944	18,4	7,2	6,5	32,1
1945	16,3	6,3	6,3	28,9
1946	18,8	7,8	9,2	35,8

FONTE: CARVALHO, J. M. Forças Armadas e política, 1930-1945 In: A REVOLUÇÃO de 30, p.138-139.

<sup>4</sup> Cf. FAUSTO, B., Pequenos ensaios da História da República, p. 27.

Através do quadro 1 - que só fornece a despesa efetuada e não a orçada - observa-se que os recursos reservados à Marinha não sofreram uma redução drástica como se queixava o ministro Protógenes Guimarães, em relatório de 1934. Ao contrário, as verbas permaneceram relativamente estáveis até 1936 e, nos dois anos seguintes, quase duplicaram com o início da política de renovação da esquadra.

A forma como a oficialidade naval percebia o cenário internacional e nacional a partir de 1930 fundamentou a construção de um novo projeto para a Marinha e determinou o nível de exigência que a mesma faria ao governo. A nível internacional, previa-se uma nova guerra, envolvendo vários continentes como demonstrava o recrutamento alemão, a agressão italiana à África (1935) e a ocupação ilegal do Reno pelos alemães (1936). No continente sul-americano também se temia uma guerra face à disputa entre Peru e Colômbia pelo território da Leticia (1932-1933), o Conflito do Chaco (1932-1935) entre a Bolívia e o Paraguai e os preparativos bélicos da Argentina, buscando a hegemonia militar no continente. Internamente eclodira a Guerra Civil de São Paulo (1932), deixando clara a debilidade em que se encontravam as forças armadas brasileiras, representadas naquele momento pelo Exército e Marinha. Soma-se a esse quadro nacional um insuficiente serviço de comunicação e transporte, um litoral extenso e irregular, a maior parte do território esparsamente povoado, uma população analfabeta e doente, por fim, um país instável política e economicamente.<sup>5</sup>

Nesse sentido, a concepção de soberania e segurança nacional estava fundamentada num diagnóstico tenebroso da situação econômica, social e política do país e na perspectiva de uma guerra de largas proporções. As medidas requeridas e defendidas conformavam o enunciado do projeto da Marinha que incluía não apenas a corporação, mas a própria nação. Internamente, o alto comando sugeria um vasto elenco de medidas que incluíam a promoção da indústria nacional, especialmente a indústria siderúrgica, naval e de fontes energéticas como carvão, óleo, ferro e lubrificantes; a melhoria das comunicações e transportes; a nacionalização da marinha mercante composta até então por embarcações e tripulações

---

<sup>5</sup> Cf. HILTON, S., O Brasil e a Crise Internacional, p.64; 1934, R. Marit. bras., n.718, p.806; DEFESA Nacional, op. cit., n.9/10, p.1057-1059.

estrangeiras; racionalização da administração estatal; educação moral, cívica e física da população em geral, por fim, a renovação da esquadra. Desse conjunto de medidas, três questões das quais, argumentava-se, dependia a segurança nacional, eram cruciais para a Marinha: a) a nacionalização da marinha mercante; b) o desenvolvimento da indústria siderúrgica e c) a renovação da esquadra.

### **a) A nacionalização da Marinha Mercante**

Após a Primeira Guerra Mundial, a noção de defesa nacional mudou e ampliou a concepção de mobilização. Segundo a visão militar corrente, a mobilização passou a ter um caráter nacional e era “econômica, financeira, industrial, agrícola, de transportes, de comunicação, de abastecimentos e reabastecimentos, cultural e moral”. Em suma, envolvia todos os setores e forças vivas de uma nação. A convicção generalizada era de que a guerra moderna tinha realmente um caráter de *guerra total*.<sup>6</sup>

Essas convicções e, para além das mesmas, o conhecimento da organização militar de países como Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Estados Unidos e Japão eram compartilhadas pelos militares brasileiros. Nessa ótica, a oficialidade naval compreendia que a marinha mercante tinha um papel fundamental na defesa do país. Além de possibilitar o contato entre as diferentes regiões - visto que ferrovias e rodovias até então existentes atendiam, na maioria das vezes, interesses regionais - era através da frota mercante, portanto, que se dava o intercâmbio de mercadorias e o transporte de pessoas. Do ponto de vista militar, todas as vezes em que o país precisou mobilizar as forças armadas o apoio da marinha mercante foi imprescindível sobretudo no transporte de tropas, alimentos e equipamentos. Daí resulta ser a marinha mercante numa eventual guerra, na percepção do Alto Comando, “o viveiro das reservas aptas e trei-

---

<sup>6</sup> Estudos sobre Defesa Nacional, R. Marit. Bras., v.2, p.639-641.

nadas para o complemento da tripulação da Armada”, como enfatizou o ministro da pasta, Protógenes Guimarães.<sup>7</sup>

Os problemas relacionados à marinha mercante brasileira eram complexos, envolvendo fontes energéticas como carvão, óleo, ferro e lubrificantes; racionalização dos serviços administrativos dos portos; incentivos à indústria de construção naval e, sobretudo, enfrentamento da nacionalização da mesma, composta em sua maior parte por embarcações e tripulações estrangeiras, que atuavam livremente no país. Assim, o Alto Comando procurava pressionar o governo para solucionar tais questões, argumentando que as mesmas não representavam apenas interesses exclusivos da corporação, mas constituíam uma necessidade nacional. E para legitimar esse discurso, nada mais oportuno que a adesão de alguns intelectuais como Azevedo Amaral e Austragésilo de Athayde à campanha em prol não apenas da nacionalização da marinha mercante, como da renovação da esquadra de guerra.<sup>8</sup>

Como afirmamos, a nacionalização da marinha mercante envolvia tripulações e embarcações estrangeiras que atuavam no país. Contudo, a nacionalização de estrangeiros não era tarefa simples, e de certa forma, o país como um todo apresentava um alto grau de não-naturalizados provenientes das imigrações do século XIX e início do século XX. As tentativas de naturalizar estrangeiros vinham desde 1890, com a Lei da Grande Naturalização que declarava cidadão brasileiro todo estrangeiro que em seis meses não manifestasse desejo de manter cidadania original. Mas, segundo José Murilo de Carvalho, essa lei tinha um nítido caráter militar à medida que colocava em potencial um número maior de homens que poderiam ser recrutados à força para ambas as armas e não teve resultado satisfatório. Em 1930 essa pressão não mais existia, tendo em vista a aprovação da lei do Serviço Militar Obrigatório

---

<sup>7</sup> Cf. CARVALHO, J.M. As Forças Armadas na primeira República, In: FAUSTO, B. História..., op. cit., p.200; A CRISE marítima brasileira, R. Marit. Bras., n.7/8, p.843; AS PALAVRAS do Ministro Protógenes Guimarães, R. Marit Bras. p.1.200.

<sup>8</sup> Cf. Ibid., p.844; AMARAL, A., O nosso futuro no mar, R. Marit. Bras. v.1, p.1351; ATHAYDE, A. O papel da Marinha de Guerra, R. Marit Bras.V.2, p.422.

de 1908, a partir da qual as forças armadas puderam modernizar e sistematizar o processo de treinamento e recrutamento de seus contingentes.<sup>9</sup>

Assim, em dezembro de 1930 o então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Lindolfo Collor, decretou a “Lei dos 2/3”, como ficou conhecida. Esta lei estabelecia a obrigatoriedade de todo estabelecimento ter em seus quadros 2/3 de trabalhadores natos. Na falta destes se admitia a contratação de brasileiros naturalizados e, em último caso, estrangeiros. Diferentemente da Lei da Grande Naturalização de 1890, a Lei dos 2/3 tinha por objetivo fazer dos centros urbanos industriais o escoadouro natural das correntes imigratórias internas de orientação rural-urbana, na época bastante intensa. Assim, aviltava-se o preço da força de trabalho e promovia-se o acúmulo de capital para o desenvolvimento econômico de base urbano-industrial.<sup>10</sup>

Nesse contexto, a nacionalização da marinha mercante não tardaria. Em agosto de 1931, através do decreto n. 20303, o Governo Provisório estabeleceu que o comando do navio mercante nacional só poderia ser exercido por brasileiro nato, e nas demais funções os naturalizados teriam 1/3 dos cargos. Da mesma forma, proibia-se a publicação de cartas que habilitavam estrangeiros a prestar serviços na marinha mercante e apenas brasileiros natos poderiam matricular-se nas Capitânicas dos Portos.

Parece claro que essas medidas atendiam se não totalmente, mas em boa medida, às reivindicações da oficialidade naval na perspectiva de que num eventual confronto era a tripulação da marinha mercante “o viveiro das reservas aptas e treinadas para complemento da tripulação da armada”. Portanto esse “viveiro de reservas” não poderia ser constituído por estrangeiros pelo óbvio perigo que isto representaria ao país.

Contudo, os trabalhadores estrangeiros empregados na frota mercante, cientes da nova lei, haviam em março de 1931 - antes do decreto n. 20303 que nacionalizou a marinha mercante - elaborado um memorial ao ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, onde reivindicavam os

---

<sup>9</sup> Cf. SILVA, L. G., *op. cit.*, p.17, 20 e 21; CARVALHO, J. M. *As Forças Armadas na Primeira República*, In: FAUSTO, B., *op. cit.*

<sup>10</sup> Cf. VIANNA, L. W., *Liberalismo e sindicato no Brasil*, p.148; BRASIL. Decreto-Lei n. 19482 de 12.12.1930

mesmos direitos de brasileiros natos para os estrangeiros radicados no Brasil há dez anos. É possível que as pressões dos trabalhadores estrangeiros empregados nesses serviços, tenham sido um importante elemento na posterior modificação da lei, tendo em vista que um novo decreto n. 20671, de 17 de novembro de 1931, permitia que estrangeiros trabalhassem nos navios mercantes durante cinco anos, prazo máximo para sua nacionalização.<sup>11</sup>

Da mesma maneira que os estrangeiros empregados na marinha mercante nacional representavam um sério problema para a segurança do país, as empresas de origem estrangeira que operavam na cabotagem de mercadorias e pessoas, constituíam fonte de constante preocupação da oficialidade naval. Se para os primeiros colocava-se a possibilidade de naturalização, para os segundos o Alto Comando exigia a proibição de sua atuação no país, mesmo em detrimento do pequeno número de embarcações e da restrita capacidade de carga da frota nacional. E diante da realidade, essa era uma reivindicação de difícil execução por parte do governo federal.<sup>12</sup>

Assim, para a oficialidade naval, a marinha mercante tinha um caráter estratégico-militar já que a mesma constituía “o viveiro das reservas aptas e treinadas para completar a tripulação da Armada”, representando não só reserva de pessoal como de material. Dessa forma, fazia-se necessária a exclusão de estrangeiros e suas embarcações, que numa eventual guerra estariam ao lado de sua pátria, colocando em perigo a segurança do país, e uma política direcionada para desobstaculizar e racionalizar a frota mercante, bem como incentivos para sua expansão a nível nacional.

---

<sup>11</sup> Cf. ARAÚJO, R.M. O batismo do trabalho, p.104. De qualquer forma o cumprimento da Lei dos 2/3 demandaria alguns anos e evidentemente não teria efeito imediato, como impacientemente queixava-se o presidente da Confederação das Colônias de Pescadores de Pernambuco, Alberto Vasconcelos, ao denunciar a chegada em Recife do barco “Senhora da Guia”, com uma tripulação de 19 homens, todos de origem portuguesa. E o que mais o indignava era que a referida embarcação vinha do Rio de Janeiro, não apenas com uma tripulação exclusivamente de estrangeiros, como tinha adulterada sua tonelagem de deslocamentos de 18 ton. para apenas 6,5 ton., isto depois de passar pela “fiscalização” da Capitania dos Portos da capital federal e Bahia. Ver: Cartas de Alberto de Vasconcelos a Elzaman Magalhães. Recife, 8.10.1933 e Carta de Alberto de Vasconcelos a Xisto. Recife, 18.10.1937. (CDP-CPP, ex. A.V).

<sup>12</sup> A Marinha Mercante do Brasil, R. Marit. Bras., v. 2, p. 419-421.

Nessa perspectiva, o Alto Comando avança para uma concepção mais abrangente de reserva naval à medida que passa a vislumbrar o conjunto dos trabalhadores marítimos e não apenas os pescadores. Esse novo enfoque é incorporado no Regulamento das Capitânicas de Portos aprovado em 1935 que definia três categorias para o pessoal da marinha mercante: a primeira, era constituída pelos marítimos, abrangendo todos “os cidadãos, inclusive práticos, que exerçam sua profissão nos navios ou embarcações”; a segunda, era composta por auxiliares marítimos englobando todos os que se empregam em operações de carga ou descarga dos navios; e a terceira, era constituída pelos pescadores. Por outro, os artigos 224 e 225 deixavam claro que a “marinha mercante”, vale enfatizar composta pelo conjunto de embarcações e pessoal, poderia “ser requisitada pelo Governo, nos casos de guerra externa ou comoção interna ou calamidade pública”.<sup>13</sup>

Em suma, o projeto da antiga oficialidade naval, de constituir entre os pescadores artesanais uma reserva naval, perdia definitivamente sua razão de ser. Decerto os novos oficiais que passaram a dirigir os destinos da Marinha compreendiam que já tinham há muito uma reserva naval preparada, constituída pelo conjunto do pessoal empregado na marinha mercante, “apta” e “treinada”, o que constituía, sem dúvida, uma ruptura com o passado. Apesar disso, os pescadores não deixaram de ser reservas navais da nação, mas não o eram por excelência, nem o alto comando naval iria despender esforços para mudar o “mundo mesquinho” da pesca artesanal e a mentalidade dos pescadores na tentativa de transformá-los em “bravos marujos”. Se esforços deveriam ser dispendidos, o seriam para reorganização da marinha mercante, a fim de torná-la nacional e racional, e bem como para a promoção da indústria estratégica, representada nesse momento pela siderurgia.

## **b) O desenvolvimento da indústria siderúrgica**

A forte convicção do Alto Comando do Exército e da Marinha de que o cenário mundial estava imerso numa turbulência e as nações se preparavam para um conflito de largas proporções, projetou um senti-

<sup>13</sup> Cf. BRASIL. Decreto nº 220-A de 03.07.1935.

mento de perigo, de ameaça, uma imagem sombria das condições internacionais. O Ministro da Marinha, Protógenes Guimarães, afirmou em 1932 que a voz de uma nação seria respeitada “de acordo como os canhões que representa, quer isso agrade ou desagrade aos teóricos do pacifismo”. Esse ponto de vista também era compartilhado pelo então ministro de Guerra, Góis Monteiro, declarando em 1935, que “diplomacia alguma por mais brilhante, arguta, pode vencer sem apoio decisivo das armas”.<sup>14</sup>

De certa forma essas preocupações não eram restritas aos meios militares, mas envolviam setores civis e da burguesia industrial, levando a uma crescente convergência de opiniões e interesses. É significativo, portanto, que o ministro de Guerra, Góis Monteiro, cumprindo instruções do Presidente Vargas, tenha formado em 1931 a Comissão Nacional do Aço. Essa comissão reunia representantes dos ministérios de Guerra e da Marinha, técnicos especializados, civis, um destacado homem de negócios e um ministro civil, Pandiá Calógeras, esse último como representante do Estado de Minas Gerais, rico em minério de ferro.<sup>15</sup>

A percepção generalizada de ameaça entre os militares, plenamente compartilhada por civis, determinaria as exigências que o alto comando das forças armadas faria dos recursos governamentais e do posicionamento do presidente Vargas diante do problema siderúrgico do país. A historiografia sobre o assunto é controversa. O historiador John D. Wirth defende que as forças armadas constituíram uma força modernizante nos anos 30, e foram fundamentais na formulação de uma política siderúrgica no setor da indústria de base. Mas, para Stanley Hilton, o alto comando das forças armadas pressionou com muito mais intensidade a política comercial, à medida que esta satisfazia de forma imediata os problemas relativos à segurança nacional. No que tange à siderurgia e ao estabelecimento das indústrias básicas como um todo, para esse autor era “parte de uma visão militar geral, e muito menos urgente, do Brasil como potência industrial”.<sup>16</sup>

<sup>14</sup> HILTON, S. E., *op.cit.*, p.63.

<sup>15</sup> McCANN, F., *A Nação armada*, p.98.

<sup>16</sup> Cf. HILTON, S.E., *op.cit.*, (ênfase para cap.2, p.59-90: A influência militar na política econômica brasileira, 1930-1945: uma reavaliação); WIRTH, J.D. *A Política de desenvolvimento na Era Vargas*.

O estabelecimento da indústria siderúrgica no país era complexo, dependia de recursos vultosos, tecnologia, matéria-prima apropriada, mão-de-obra especializada e dos múltiplos interesses em jogo. Portanto, não era um empreendimento realizável a curto prazo, nem a priori definido a sua natureza, se privado ou público. Neste sentido, concordamos com Stanley Hilton ao afirmar que para os militares o problema siderúrgico era parte de uma visão geral. Além disso, a ausência de uma indústria siderúrgica no país inquietava com mais intensidade a marinha de guerra, tendo em vista a grande utilização do aço na construção das modernas belonaves de guerra e essa inquietação tendia a aumentar com a série de conflitos envolvendo países europeus, africanos, asiáticos e sul-americanos, entre 1935 a 1938.

É nesse contexto que o Estado Maior da Armada (EMA) e o Estado Maior do Exército (EME) foram solicitados pelo deputado federal Barreto Pinto a emitir parecer sobre projeto n. 459 de 1936, em andamento no Congresso, que autorizava o governo a firmar contrato com a Itabira Iron Ore Company Limited, de Percival Farquhar.<sup>17</sup>

O projeto de Percival Farquhar, empresário norte-americano, compreendia a construção e exploração da siderurgia nacional. Para isso, pedia a concessão da exploração e comercialização de jazidas de ferro, localizadas em Minas Gerais por um prazo de 90 anos com monopólio exclusivo. Através da exportação de minério de ferro, a empresa se comprometia a importar carvão de pedra, matéria-prima importante para produção do aço em altos fornos, e do qual o Brasil não dispunha.<sup>18</sup>

Ao estudar os documentos que acompanhavam o referido projeto, o EMA elaborou um parecer onde dispunha uma série de razões contrárias à concessão do governo para exploração do minério de ferro pela referida empresa e concluiu colocando ser “mais conveniente que o governo tomasse a si a resolução do problema da Siderurgia Nacional, executando os trabalhos em estudos que a entregar a probabilidade da

<sup>17</sup> Cf. O CONTRATO da Itabira Iron, R. Marit. Bras, v.1, n.7/8, p.731.

<sup>18</sup> WIRTH, J. D., op. cit., (especialmente pt.2: Siderurgia); O CONTRATO da Itabira Iron, R. Marit. bras., n. 7/8, p.725-744.

ação de uma empresa estrangeira (...) abrindo o governo mão (SIC) de direitos de soberania nacional...<sup>19</sup>

Por solicitação do chefe do EMA, o vice-almirante Amphilóquio Reis, o projeto foi encaminhado ao Conselho do Almirantado, “órgão técnico, por excelência, em tudo que diz respeito à situação da Armada na organização nacional”, para que este emitisse parecer.<sup>20</sup>

De forma mais consistente, o Conselho do Almirantado demonstrou por que o contrato com a Itabira Iron seria lesivo aos interesses e segurança nacionais. Os argumentos levantados por esse corpo técnico enfatizavam, em primeiro lugar, que a exploração e o comércio de jazidas de ferro eram, em todos os países soberanos, atividades privativas aos nacionais; em segundo, consideravam que o desenvolvimento da indústria siderúrgica estava intimamente relacionado ao aparelhamento das forças armadas, sobretudo a Marinha e, portanto, dizia respeito à defesa nacional; em terceiro, do ponto de vista político o concessionário era uma empresa estrangeira que pretendia construir um sistema conjugado de transportes (duas linhas férreas, um porto, uma frota mercante) dentro das águas e territórios nacionais; em quarto, os oficiais declaravam que “não há boa fé que admita que a siderurgia se faça com a importação de carvão pela mesma Companhia que se organizou com o fim deliberado de alimentar a indústria siderúrgica estrangeira, levando-lhe o nosso minério”. Por todas essas razões, o parecer do Conselho do Almirantado impugnava o referido projeto como “contrário aos interesses da defesa nacional”.

Dessa forma, a oficialidade naval entendia que o desenvolvimento siderúrgico era importante para o reaparelhamento da marinha de guerra. Contudo, caberia ao Estado a direção desse empreendimento, e não à liderança do capital estrangeiro que colocaria em risco a soberania e integridade nacionais.

Enquanto o país não dispunha de condições (recursos, indústrias de base, técnicos especializados, matéria-prima) para implementar a indústria siderúrgica e com isso reaparelhar a marinha de guerra a curto prazo, não há dúvida de que o Alto Comando da Armada pressionou o

<sup>19</sup> Ibid., p.731.

<sup>20</sup> Ibid.

Governo para aquisição de navios e armamentos que atendessem, de forma imediata, às prementes necessidades de defesa. Nessa perspectiva, também não se descurou de preparar o país para, a médio e longo prazo, alcançar sua independência na indústria da construção naval numa crescente simbiose de interesses entre o setor público e o privado.

### c) A renovação da esquadra

Em 1932, o chefe de Operações Navais, cap. João Machado, ao analisar a frota que compunha a marinha de guerra chegou à conclusão de que a mesma consistia em um “amontoado de vasos antiquados”. Essa mesma convicção foi expressa pelo ministro Protógenes Guimarães em relatório ao presidente Vargas, dois anos depois, ao declarar que a Marinha “praticamente não tem esquadra e o que resta encontra-se obsoleto e incapaz de restauração”. De fato, essa constatação e o descontentamento declarado da oficialidade naval fundava-se na realidade. A última e única compra feita pela Marinha em vinte anos, fora o submarino **Humaitá** adquirido em 1928, e, em 1935, pelas precárias condições, precisou ser retirado da frota. A Argentina, país vizinho, tinha na tonelagem de frota, o dobro da capacidade das unidades brasileiras. Assim, a frota nacional envelhecida, superada, representando apenas um papel simbólico do ponto de vista do poder marítimo, precisava ser renovada, sobretudo, no momento em que a ameaça de guerra era visível podendo periclitar a soberania nacional.<sup>21</sup>

A renovação da frota de guerra fazia parte do projeto dos novos oficiais que assumiram a Marinha em 1930. Para efetivar esse objetivo, a oficialidade naval atuou politicamente em duas frentes. De um lado, pressionou a política comercial do Governo Vargas para aquisição de navios de guerra e equipamentos modernos. Por outro, procurou incentivar a indústria de construção naval no âmbito do setor privado e estatal, através de alianças com grupos civis e industriais, buscando, a médio e

<sup>21</sup> HILTON, S.E., op. cit., p.66; RELATÓRIO do Almirante Protógenes Guimarães ao Presidente da República, R. Marit. bras., v.2, p.733-734; CONSTRUÇÃO de navios de guerra no Brasil. Navi-gator, n.3, p.37.

longo prazo, adquirir capacidade para fabricar as belonaves de guerra, e por conseguinte, a libertação da tutela estrangeira.

Estabelecidas as prioridades, o ministro da pasta, almirante Protógenes Guimarães, em 15 de junho de 1932, solicitou ao Estado Maior da Armada (EMA) um programa para renovação da esquadra capaz de atender minimamente a defesa nacional.

O Estado Maior, em tempo recorde - sete dias depois - apresentou o programa ao ministro Guimarães, e este o submeteu ao Conselho do Almirantado - corpo técnico composto por oficiais de alto nível da Marinha de Guerra - que finalmente definiu a renovação da esquadra da seguinte forma: 2 cruzadores de 8.500t., 2 contratorpedeiros de 1600t., 4 submarinos-de-esquadra de 850 a 900t., 2 submarinos-mineiros de 700 a 800t., 6 navios-mineiros varredores de 600t., 3 navios-tanques petrolíferos, 2 diques flutuantes e 2 cábreas. Depois de analisar o programa, o EMA sugeriu a inclusão de 1 cruzador e 2 contratorpedeiros para a constituição de flotilha de contratorpedeiros com onze unidades homogêneas.<sup>22</sup>

Ao propor um programa naval de tamanha envergadura, a oficialidade naval estava atenta à rápida revolução técnica que se operava em termos de aparelhos de navios de combate em países como Inglaterra, França, Holanda, Japão, Estados Unidos, entre outros. Essas informações eram obtidas através de revistas marítimas especializadas, e em contínuo intercâmbio de visitas e palestras de militares de vários países.<sup>23</sup>

Visando atender às reivindicações da oficialidade naval, ainda em 1932, o governo liberou um crédito anual de 40.000 contos, por doze anos, para a renovação da esquadra. Contudo, dificuldades de câmbio objetaram a liberação do referido crédito.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 37-38. A referida revista afirmou equivocadamente que o programa naval foi solicitado ao EMA pelo ministro Aristid Guilhem, mas este assumiu a pasta apenas em 1935. Quando o programa de renovação da esquadra foi elaborado (1932) o vice-almirante Aristid Guilhem era chefe do EMA e como tal participou do mesmo.

<sup>23</sup> A INGLATERRA necessita de uma esquadra, *R. Marit. Bras.*, v.2, p.525; ITÁLIA e Etiópia, *R. Marit. bras.*, v.1, p.639. A Revista contém outros artigos tão relevantes quanto os citados.

<sup>24</sup> CARVALHO, J. M., Forças Armadas e política, op. cit., p. 184.

Diante das dificuldades financeiras que o Estado enfrentava, a oficialidade naval buscou uma nova alternativa para tornar viável o programa da renovação da esquadra. Propôs, enfim, que parte daquele programa fosse executado nas oficinas nacionais, incluindo nestas, evidentemente, as oficinas de construção naval da iniciativa privada. Essa estratégia era endossada com argumentos que colocavam os efeitos benéficos à economia do país. Em primeiro lugar, o ministro Aristid Guilhem, apontava a redução da despesa, já que se compraria no exterior apenas material não fabricado no Brasil; em segundo, promovia-se a formação de técnicos especializados; e em terceiro, incentivava-se a indústria naval e indústrias afins como usinas de chapeamento e laminação, tubos, fábrica de motores, sobretudo o diesel de grande potência, caldeiras, apetrechos navais, instrumentos de ótica e náuticos e outros eletrônicos. Assim, ao mostrar alternativas exequíveis, a oficialidade naval mantinha sob pressão o presidente Vargas e seus ministros para obtenção dos recursos necessários à renovação da esquadra.<sup>25</sup>

Vê-se, portanto, que a estratégia de desenvolver a indústria de construção naval em bases nacionais, não tinha sido definida a priori. Isto é, não fazia parte do projeto inicial de renovação da esquadra que os oficiais tentavam levar a cabo. Essa possibilidade foi ventilada quando o Governo Federal não pode assumir o compromisso de 1932 - a liberação de crédito anual da ordem de 40.000 contos de réis. Além disso, a própria Marinha enfrentava dificuldades de ordem interna, como explicou o ministro da pasta, alm. Aristid Guilhem:

*“É certo que este empreendimento nunca foi tentado nos últimos cinquenta anos por ter havido uma radical transformação nos métodos de construção, com a substituição da madeira pelo ferro, e terem as indústrias evoluído vertiginosamente, evolução que o Brasil não acompanhou. Além disso, as usinas que modestamente foram surgindo não se animavam a despendar grandes capitais em aparelhos cujos produtos não encontravam consumidor e, assim, não se construíam por não haver material apropriado, não se produzia material por não haver construção. Era indispensável*

<sup>25</sup> CONSTRUÇÃO de navios de guerra no Brasil; período republicano, op. cit., v.2, p. 39-40.

*desfazer este equilíbrio, e foi o que fez a Administração Naval preparando os seus arsenais e estaleiros para iniciar a construção de navios com material importado, formando assim o operariado para, no futuro, quando as indústrias brasileiras produzirem o material, utilizá-lo fazendo obra exclusivamente nacional”.*<sup>26</sup>

Dessa forma, a Marinha investia na superação de suas dificuldades internas e passava a criar uma demanda no mercado capaz de romper o círculo vicioso da economia brasileira, para, a médio e longo prazo, ter capacidade de produzir peças e belonaves com matéria-prima, tecnologia e mão-de-obra genuinamente nacionais.

Em 1934, o governo transformou em lei o projeto da oficialidade naval que defendia a possibilidade de parte dos navios de guerra serem construídos no país. Um novo decreto aumentava para 60.000 contos de réis o crédito e reduzia para oito anos o prazo, além de estabelecer que três, dos nove contratorpedeiros, deveriam ser construídos no Brasil no Novo Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro.<sup>27</sup>

Atento à política comercial do governo brasileiro, que buscava a diversificação dos produtos agrícolas exportados, o Estado Maior da Armada via a possibilidade de acordos bilaterais, através do intercâmbio de produtos primários por navios, como meio de renovar a frota, idéia que foi endossada pelo Ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares. O objetivo do comando naval era encomendar submarinos e possivelmente contratorpedeiros a estaleiros italianos. Por sua vez, o governo italiano já havia indicado sua disposição em aceitar matérias-primas em pagamento pelos submarinos, acertando-se 60% em algodão e 40% em outros produtos. Devido à crise ítalo-etiope, o contrato só foi assinado em agosto de 1936, e dois anos depois, os estaleiros fariam a entrega de três submarinos.<sup>28</sup>

A continuidade da política de renovação da frota de guerra, ficou, no final de 1935, sob a responsabilidade do alm. Aristid Guilhem,

<sup>26</sup> Ibid., v.2, p.39.

<sup>27</sup> HILTON, S. E., op. cit., p. 48; CARVALHO, J. M. Forças Armadas e Política, op. cit., p. 184; O RELATÓRIO do Almirante Protógenes Guimarães, op. cit., v.2, p. 735.

<sup>28</sup> HILTON, S. E., op. cit., p. 69-71.

agora na condição de ministro da Marinha, tendo em vista a eleição do alm. Protógenes Guimarães, para o governo do Estado do Rio de Janeiro.

Porém, a mudança de ministro não alterou o programa naval em curso. Ao contrário, o novo ministro da Marinha, Aristid Guilhem, tinha participado da elaboração do programa naval em 1932, como chefe do EMA e era reconhecido entre os seus pares como um “ardoroso defensor da causa”, e quem, de forma mais enérgica, levou adiante a realização do programa naval.

O amplo programa de construção naval teve início efetivamente a partir de 1936 e, em meados daquele ano, era batida a quilha do Monitor Parnaíba nas carreiras da Ilha das Cobras, marco inicial de uma nova era de construção naval no país, como mostra o quadro 3.<sup>29</sup>

QUADRO 3 - RENOVAÇÃO DA ESQUADRA DE GUERRA

ANO	TIPO NAVIO	QUANT	LOCAL CONSTRUÇÃO
1937	Monitor	1	Arsenal da Mar. Ilha das Cobras
1938	Submarino	3	Estaleiro Spezzia (Itália)
1938	Navio-Mineiro Varredor	2	Arsenal Da Mar. Ilha das Cobras
1938	Monitor	1	Arsenal da Mar. Ilha das Cobras
1939	Navio-Mineiro Varredor	2	Arsenal da Mar. Ilha das Cobras
1939	Navio-Mineiro Varredor	1	Arsenal da Marinha
1939	Navio-Mineiro Varredor	1	Arsenal da Marinha
1940	Contratorpedeiros (Tipo Cassim)	1	Arsenal da Ilha das Cobras
1940	Contratorpedeiros (Tipo Cassim)	1	Arsenal de Mar. Ilha das Cobras
1941	Contratorpedeiros (Tipo Cassim)	2	Arsenal da Mar. Ilha das Cobras
1943	Contratorpedeiros (Tipo Cassim)	2	Arsenal da Mar. Ilha das Cobras
1943	Corveta	4	Estaleiro da Ilha do Viana
1944	Corveta	2	Estaleiro da Ilha do Viana
1944	Caça Submarino	6	Estaleiro da Ilha do Viana
1945	Contratorpedeiros (Clas. A inglês)	3	Arsenal da Mar. Ilha das Cobras
1946	Contratorpedeiros (Clas. A inglês)	1	Arsenal da Mar. Ilha das Cobras
1946	Contratorpedeiros (Clas. A inglês)	1	Arsenal da Mar. Ilha das Cobras
	<b>Total</b>	<b>34</b>	

Fonte: Navigator, n. 3, p.37- 70, jun. 1971.

<sup>29</sup> Como sugere José Murilo de Carvalho, o apoio das forças armadas ao Estado Novo tinha como substrato o compromisso de Vargas para com o reaparelhamento das mesmas, em troca da manutenção da “ordem” interna. No discurso proferido no Arsenal da Marinha, em março de 1938, Getúlio Vargas explicita as bases desse “pacto” ao afirmar que “..Estado Novo cabe a missão patriótica de restituir à Marinha brasileira o esplendor perdido, criando, com a frota de comércio, a frota de guerra capaz de garantir a expansão da nossa economia e a dignidade do pavilhão nacional. Cf. VARGAS, G., A nova política do Brasil, p.195.

Através do quadro 3, podemos observar que apenas em nove anos (1937-1946) a Marinha praticamente renovou sua frota e quase todos os navios (91%) foram construídos no país. Porém, a modernização da Marinha não ficou restrita às novas belonaves de guerra e se traduziu também no âmbito da organização interna da corporação num grande esforço de renovação e aperfeiçoamento profissional com a criação dos Distritos Navais, Corpos de Aviões, Contadores Navais, Criação do Instituto Naval de Biologia e do Tribunal Marítimo Administrativo, e reforma no quadro de oficiais da Armada.<sup>30</sup>

A década de 1930 consolidou um novo projeto para a Marinha firmado na sua modernização. Para a oficialidade naval que assumiu a corporação com a vitória das forças getulistas, a modernização compreendia a reorganização da marinha mercante que era vista como a reserva naval da Armada; a defesa do desenvolvimento da indústria de base no país, sobretudo, a siderúrgica; e a renovação da esquadra associada a uma política de aperfeiçoamento profissional.

Neste sentido, a idéia de segurança nacional está profundamente inscrita no culto à ciência, no progresso tecnológico que não apenas fascinava a oficialidade naval como formava o substrato de uma nova mentalidade mais atenta à importância da indústria de base e da própria industrialização do país. Espelhando-se nos países avançados de além-mar, o Alto Comando almejava o domínio do saber da produção e utilização do aço, das novas energias, das novas forças motrizes, das novas belonaves de guerra, bem como a preparação de novos homens não apenas aptos a construir/dominar o mundo das máquinas, mas portadores de valores do mundo moderno. Desde então, as forças armadas, e não apenas a Marinha, enfatizam a umbilical relação entre o frenético mundo da ciência e a segurança nacional.

<sup>30</sup> Cf. CARVALHO, J. M., Forças Armadas e política, op. cit., p.149.

**BIBLIOGRAFIA**

- ARAÚJO, R. M. **O batismo do trabalho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- ATAYDE, A. O papel da Marinha de Guerra. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v.2, 1935.
- BRASIL, Decreto-Lei nº 19482 de 12.12. 1930.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 220-A de 03.07.1935. Aprova e manda executar o novo Regulamento para Capitania dos Portos. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 01 ago. 1935.
- CARVALHO, J. M. Forças Armadas e política, 1930-1945, In: **A REVOLUÇÃO de 30**: Seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, 1980, Rio de Janeiro. Brasília: Ed. UnB, 1983.
- \_\_\_\_\_. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. t.3, v.2.
- CONSTRUÇÃO de navios de guerra no Brasil: período republicano. **Navegador**, Rio de Janeiro, n.3, jun. 1971.
- O CONTRATO da Itabira Iron. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 7/8, jan./fev. 1936.
- DEFESA Nacional. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 9/10, mar./abr. 1934.
- ESTUDOS sobre Defesa Nacional. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v.2, 1935.
- FAUSTO, B. **Pequenos ensaios da História da República (1889/1945)**. [s.l.]: CEBRAP, [s.d.].
- HILTON, S. **O Brasil e a crise internacional (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- A INGLATERRA necessita de uma esquadra menor. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v.2, 1938.

McCANN, F. **A Nação Armada**. Recife: Ed. Guararapes, 1982.

A MARINHA Mercante do Brasil, **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 7/8, mar./abr. 1934.

O NOSSO futuro no mar. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v.1, 1935.

RELATÓRIO do Almirante Protógenes Guimarães ao Presidente da República. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 2, 1934.

SILVA, L. G. **Pescadores, militares e burgueses: legislação pesqueira e cultura marítima no Brasil (1840-1930)**. Recife, 1991. Dissertação (Mestrado em História)– UFPE.

VARGAS, G. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: Olympio, 1938. v.5 – O Estado Novo.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

WIRTH, J. D. **A política de desenvolvimento na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

## URBANIZAÇÃO EM CAMPINA GRANDE: caminhos e personagens (1970-1980)

Fábio Gutemberg R. B. de Sousa

Professor do Depto. de História e Geografia da UFPB-CG

### INTRODUÇÃO

Chegando à cidade de Campina Grande entre os anos 1935-1945 é provável que forasteiros ou moradores ausentes se deparassem cotidianamente com obras de calçamento, saneamento ou abertura de uma nova rua ou avenida, ou construção de um novo edifício público. Vivia-se “os tempos de Verginaud Wanderley”,

*“Trata-se na opinião de todos os que foram anteriormente entrevistados, do maior prefeito que já passou pela Prefeitura de Campina Grande. A ele, a cidade deve o que é hoje, em termos de urbanização. Suas largas ruas e avenidas, algumas praças... Ele era chamado ‘O Prefeito RAF’, porque, hoje, uma rua estava de pé’; amanhã, não mais existia e dava lugar a uma nova artéria”<sup>1</sup>*

Ruas, praças, sobrados e becos derrubados ou erguidos nesses tempos pelo “Prefeito RAF” deixaram marcas na vida dos habitantes da cidade. Naturalmente, nem todos concordavam com a rapidez e avidez do prefeito em modificar a imagem da cidade e alguns de seus espaços (principalmente sua parte central), o que terminou causando vários conflitos entre nosso “maior prefeito” e alguns ricos e pobres que se sentiam prejudicados com suas façanhas modernizantes. Entre mortos e feridos (há um certo exagero nessa expressão) parece-nos que sobreviveu uma imagem de cidade urbanisticamente exemplar.

Pesquisadores, curiosos ou diletantes que quiserem desfrutar dessas imagens, basta folhear os jornais que circularam na cidade duran-

<sup>1</sup> DINOÁ, R., Memórias de Campina Grande, p.203.

te as décadas seguintes, 1950 e 1960. Lendo-os, tem-se a impressão de que todos decidiram “desfrutar” da beleza e riqueza que “a maior cidade do interior do Nordeste” oferecia. Ruas novas e largas avenidas; novos prédios, praças; ruas calçadas; serviço telefônico... e muita gente pisando nessas novidades e belezas oferecidas pelo dinheiro e pelo progresso. Era um espetáculo. A cidade voltou a ser Rainha<sup>2</sup> agora “Rainha da Borborema”, passou a ser chamada também de “cidade do trabalho”, “cidade mais próspera do interior nordestino” e foram muitas as loas e cantilenas.

É provável que muitos de seus habitantes vivessem as benesses desse paraíso terreal, talvez a maioria estivesse feliz por viver em uma cidade próspera, embora tivessem que conviver com alguns insatisfeitos, pessoas que haviam perdido algo que as largas avenidas e ruas, praças, edifícios, e o espetáculo que são para os olhos de muitos, não trazem de volta e às vezes escondem, matam.

*“O prefeito Verginaud incentivou a construção de sobrados nas ruas comerciais da cidade e todo seu esforço, de modo particular, derivou-se para a “carioquização” da “urbs”, não obstante os embaraços a que teve de enfrentar, oriundos das próprias condições ambientes e da incompreensão do povo. A partir de 1942, porém, a população coadjuvou-o no que foi possível e a cidade realizou o milagre duma brusca transformação arquitetônica”.*<sup>3</sup>

Mesmo duvidando de uma mudança tão rápida “da incompreensão do povo”, o tempo foi passando e a cidade adquiriu ares de urbs moderna, atraindo para estas paragens capitais, investidores, curiosos e interessados (muitos necessitados) em fazerem parte e usufruírem da companhia de tão augusta “rainha”.

<sup>2</sup> É uma referência a primeira denominação oficial que teve o povoado ao ser elevado à vila em 1790, e receber a denominação de Vila Nova Rainha. Essa denominação não teve aceitação popular e a nova vila ficou conhecida como Campina Grande. Só por volta das décadas de 1930 e 1940, no auge de sua expansão econômica proporcionada pelo “boom” algodoeiro é que o termo rainha volta a ser associado à cidade, agora como “Rainha da Borborema”, ou “Rainha do interior nordestino”, etc.

<sup>3</sup> Câmara, E. Datas campinenses, p. 227.

Parte do que aconteceu na imagem urbanística da cidade a partir das décadas de 1970 e 1980, tem como protagonistas um leque significativo de personagens: são prefeitos, governadores, camponeses, desempregados, biscateiros, domésticas, religiosos, políticos, empresários, estudantes, militantes de esquerda, funcionários públicos, carroceiros, entre muitos outros. E a cidade foi mudando sua(s) imagem(ens).

## 1. AS FALAS E OS PERSONAGENS

Já está bastante distante de nós o tempo em que se iniciou a escrita da história dos “de baixo”, das pessoas comuns, dos “pobres”, marginalizados<sup>4</sup>. Isto tira de nossa consciência o peso de ter que justificar essa empreitada. No entanto, nos detemos um pouco para esclarecer ao leitor como a montamos.

As falas ou pequenos trechos que utilizaremos a partir daqui foram filtrados de um jornal local, o Jornal da Paraíba, diário criado no início dos anos 70<sup>5</sup>. Elas estão acompanhadas de um pequeno problema: são trechos ou frases que aparecem em reportagens ou artigos sobre habitantes de áreas “invadidas”<sup>6</sup>; rápidas passagens encontradas em reportagens e artigos do Jornal entre as décadas de 1970 e 1980; não são resultados de entrevistas ou histórias de vida feitas por nós, e por isso vão aparecer a partir dos recortes dos próprios autores do material publicado no jornal.

Naturalmente que esse recurso ou a utilização desse material como fonte para a compreensão das atitudes de pessoas comuns em certos momentos (momentos de tensão e conflitos em torno das mudanças no espaço urbano em Campina Grande) tem lá seus problemas e limites. Sabemos disso, como também sabemos dos limites e precariedades de qualquer fonte que utilizemos em um trabalho na nossa área. Essa é uma

<sup>4</sup> Um rápido histórico sobre a utilização da expressão “história vista de baixo” é feita por SHARPE, Jim. In: BURKE, Peter (Org.) A escrita da história, p. 39-62.

<sup>5</sup> O material por nós utilizado neste texto faz parte do projeto “Urbanização, movimentos sociais e relações de poder em Campina Grande (1964-1990)”, e foi coletado pelos bolsistas de Iniciação Científica (CNPq) Luíza Isabel C. Ramos e Iramilson Burity de Oliveira no Jornal da Paraíba, diário local fundado em 1971.

<sup>6</sup> Cf. discussão que faço sobre origem do termo “invasão” na imprensa campinense no artigo “Os paradoxos de um processo de urbanização: o caso de Campina Grande (1935-1990)”, p. 41-44.

questão (a utilização da fonte histórica) sobre a qual já se gastou muita tinta e papel e após tudo o que aí se investiu se chega a um relativo consenso de que qualquer fonte no estudo de história tem limites e que jamais vai se encontrar uma fonte objetiva ou totalmente transparente, ou seja, que nos mostre a verdade ou reproduza uma época, acontecimento, tal qual foi vivido pelos seus contemporâneos<sup>7</sup>.

Feitos esses esclarecimentos, passemos às falas.

No ano de 1972, mais precisamente no dia 20 de janeiro, o Jornal da Paraíba publicou uma matéria que reproduziremos na íntegra para o leitor melhor “senti-la”:

*“O nosso sentido é o de colaborar sempre que for possível com os poderes públicos com o fim de despertar para a solução de muitos problemas. Assim procedemos até que foi demolido o Ponto Central, dando lugar a uma praça pública, bem como no caso do velho prédio do Banco do Nordeste, que dentro em pouco será substituído por um outro bem moderno. Dentro dessa sadia orientação, é que chamamos atenção do poder públicos municipal para o grave problema do nascimento de uma favela, na entrada da cidade e principal via de acesso ao nosso Distrito Industrial, na estrada que liga Campina Grande a Caruaru. Ali estão construídos alguns casebres que, além de afeiar (sic) a imagem urbanística da cidade, fere frontalmente os mais elementares princípios de saúde pública, constituindo também um sério problema de segurança, vez que ali se tem um abrigo, um refúgio de viciados e prostitutas. Antes que o mal proliferar, tornando a solução mais difícil e onerosa, esperamos que o interventor Luiz Mota Filho que tão bem cuida do aspecto urbanístico da cidade tome de imediato as providências que a gravidade do problema impõe”* (JP, nº 112, de 20.01.72)

Os tempos estavam mudando e os nossos empresários preocupados com os “suspeitos” vizinhos de suas prósperas indústrias em uma

<sup>7</sup> É comum uma discussão preliminar sobre as fontes nos trabalhos de historiadores sociais, principalmente em estudos sobre períodos anteriores ao século XX. Como referência sugerimos ao leitor: THOMPSON, E. P. Senhores e caçadores; DINIZ, Ariosvaldo da Silva. A maldição do trabalho, GINZBURG, C. O queijo e os vermes.

cidade ainda respirando prosperidade. Um dos medos que transparecem na matéria publicada em primeira página do Jornal da Paraíba: os “casebres” construídos próximos ao Distrito Industrial maculavam a imagem urbanística da cidade, imagem tão dolorosamente construída desde os idos dos anos 30 e que por décadas vinha sendo decantada e tornara-se o cartão postal para ilustres visitantes, preferencialmente investidores. Esse era um dos medos dos nossos aguerridos jornalistas, empresários ou simpatizantes de sua causa.

Alguns anos depois dessa reportagem (que não foi a única sobre a área ocupada nas proximidades do Distrito Industrial), no dia 15 de outubro de 1976, o Jornal da Paraíba publica matéria intitulada “Favela do Pedregal: mais um problema sem solução”. O texto começa com uma imagem dos habitantes e habitações do Pedregal que, em certo sentido, está presente na matéria citada anteriormente.

*“Favela Pedregal, próximo a Embrapa, cerca de 600 famílias compõem a sua população – homens de idade avançada, jovens marginalizados e marginais consumados, casas de taipa, cobertas com qualquer coisa, etc”*(grifo meu)

Na seqüência da matéria, no entanto, observamos uma mudança de tom, ao que nos parece provocada por alguns habitantes de “tão vil lugar”. O(a) autor(a) da matéria passa a reproduzir falas de moradores do Pedregal que em muito contrastam com a visão que a imprensa tem da área, ou das favelas em geral. Diz,

*“Para o Sr. Cornélio, a favela é o que há de melhor para a pobreza que não tem aonde ficar e nem pagar aluguel.  
– Aqui, a gente podendo comprar madeira, constrói um ranchinho e se vai morar tranqüilo.  
Falando em termos de policiamento, o Sr. Cornélio afirma que não há muita necessidade disso.  
– Aqui todo mundo se entende, apesar de haver algumas briguinhas entre as mulheres, mas tudo é resolvido satisfatoriamente, às vezes somos abrigados a procurar o Sargento Lima, lá na rodagem, mas isso só em casos muito raros”.*

Há, como é possível observar, um certo estranhamento entre o que o(a) jornalista afirma sobre o Pedregal e seus moradores e a forma como um destes vê o local, ou mesmo a imagem que o morador quer passar para o estranho que vai escrever sobre eles e sobre o lugar onde mora. Não é demais supor que pessoas como Sr. Cornélio e D. Maria Borges (outra personagem a quem a matéria faz referência) devem ter feito algum sacrifício ou investimento (não só material) para estarem morando no Pedregal e que por isso mesmo tentam reverter o discurso e imagem que os estranhos fazem do ambiente em que vivem, ou mesmo, construir outra imagem para ele. De qualquer forma, O Sr. Cornélio tendo se utilizado de astúcia ou não, há um certo descompasso entre a imagem de quem escreveu a matéria e a de quem habita o lugar.

O último parágrafo da reportagem reforça um pouco o que vimos argumentando: “Enquanto os benefícios públicos não chegam, os moradores do Pedregal vão vivendo **num mundo de promiscuidade, sem as mínimas condições higiênicas**”. (grifo meu).

Alguns meses depois, no dia 30 de novembro de 1976, é publicada outra matéria sobre o Pedregal: “Habitantes do Pedregal intimados a deixar o terreno” – Essa reportagem traz muitos trechos e passagens interessantes, embora nos restrinjamos, aqui, a reproduzir e comentar apenas um deles.

*“O problema é agora levado a uma maior escala, principalmente porque mais de 600 famílias poderão ficar totalmente desabrigadas, uma vez que está transitando na justiça uma ação contra os que ali residem. O prefeito Evaldo Cruz tão logo tomou conhecimento de que estava havendo o movimento para a edificação dos casebres naquele local, determinou que a Secretaria de Urbanismo adotasse as providências necessárias, entretanto, ao chegar ao local, o secretário Pedro Erival observou que não era apenas uma ou duas famílias que estavam construindo casebres, mas umas cem famílias e além do mais estavam dispostos **‘a não permitirem qualquer interferência que viesse a contrariar aquilo que queriam realizar’**”. (grifo meu)*

Esta expressão “ofensiva” de pessoas das mais de 600 famílias que habitavam o Pedregal (ou que estavam construindo no local), à época deve ter tido para os que a protagonizaram significados diversos. Aqui tentaremos discutir alguns deles.

Há que se concordar que é uma atitude ousada vinda da boca de “homens e mulheres que deixaram outros bairros da cidade, a zona rural e outras cidades vizinhas”, e que “exercem os mais diversos trabalhos: são carroceiros, biscateiros, braçais, operários, mecânicos, etc”(JP, nº 1675, em 14.05.77).

Atitude ousada em tempos não tão fáceis. Vivia-se em pleno regime militar e apenas começava-se a falar em abertura e mesmo assim, “lenta e gradual”. Ademais era uma posição-fala que desafiava o poder público municipal e que não é demais lembrar, desafiava também um dos pilares da sociedade moderna burguesa, a propriedade privada. Já que a área ocupada pertencia a particulares. Mas que outros significados menos gerais poderiam ter tal atitude? Vejamos outras possibilidades.

Ela pode expressar tanto um aspecto estratégico do discurso das famílias (ou de algumas pessoas) que haviam se instalado na área e que procuravam a partir de atitudes ofensivas barrar a ação de possíveis opositores, consolidar seus anseios, ocupar espaço e tomar a dianteira para impedir ou inibir as possibilidades de despejo (na década de 1980 é comum expressões e frases de habitantes de áreas “invadidas” desafiando os poderes públicos e afirmando com veemência e ameaças que não deixarão os locais), como também pode ser interpretada como uma resposta à presença do secretário de urbanismo (planejador e organizador do espaço na sociedade moderna) que, vendo a ocupação como algo irreversível, pode ou deve ter sugerido mudanças na forma de ocupação da área, que estava sendo realizada “sem planejamento” e de forma “desarrumada”, ou seja, indo de encontro aos princípios de organização do espaço urbano moderno. Obtendo como resposta, na sua presença ou não, a posição das pessoas que estavam na área (ou de algumas delas) de “não permitirem qualquer interferência que viesse a contrariar aquilo que queriam realizar”.

A possibilidade da expressão ter os significados que tentamos atribuir-lhes (principalmente o último) é corroborada por alguns indícios

que podemos, agora, incorporar à discussão, mesmo que ainda no âmbito das hipóteses.

Primeiro. Grande parte ou parcela significativa das 600 famílias que entre 1974 e 1976<sup>8</sup> ocupavam a área proveniente da zona rural de municípios próximos ou polarizados por Campina Grande<sup>9</sup> (inclusive de outros estados). Isto, ao nosso ver, é significativo, principalmente se consideramos que as habitações de camponeses do semi-árido nordestino eram construídas à base de barro e varas (extraídas de madeira de pequeno porte), originando as conhecidas “casas de taipa”. O que tanto por falta de condições materiais como por ser um costume secular vai acompanhar essas populações quando chegam às áreas urbanas.

Segundo. O costume da construção de casas de taipas segue regras e formas bem típicas das pessoas comuns do campo, ou seja, uma racionalidade muitas vezes informada pelos conhecimentos e domínios que têm do espaço rural e de fenômenos naturais como chuvas, sol, solo, vegetação, etc.

Se considerarmos os dois aspectos anteriores não será grande surpresa constatar que tudo isso é estimulado pela falta de condições materiais e além do mais é reforçada pela forma paulatina e esporádica como ocupam a área, sem terem que seguir outra orientação que não a experiência (naturalmente que com o tempo e a experiência de vida na cidade essas práticas sofrem mudanças).

Por outro lado, se ainda considerarmos a possibilidade de que em algum momento da ocupação do Pedregal muita gente tenha chegado ao mesmo tempo no local, com a ânsia de garantir nem que fosse “um chãozinho” e se livrar de aluguéis, e ainda acionarmos a possibilidade da eficácia das costumeiras práticas de solidariedade que podem ter havido entre os ocupantes (sem perder de vista a possibilidade contrária), não fica complicado compreender o significado da chamada “desarrumação”

<sup>8</sup> Não é fácil definir com precisão o ano em que as primeiras famílias chegarem ao Pedregal. Há referências sobre a presença de famílias na área desde 1974, muito embora a ocupação da área só tenha assumido a dimensão de conflito por volta de 1976, quando os proprietários entraram na justiça com um processo de reintegração de posse do terreno.

<sup>9</sup> Segundo SILVA “...a cidade (se transforma) num pólo de atração para onde convergem contingentes de população rural que emigram em virtude dos baixos rendimentos auferidos na pequena produção agrícola; de processos de expulsão de pequenos produtores pelo latifundismo capitalista, agravados pelas secas prolongadas no semi-árido nordestino”, (p.60).

das favelas, ou de uma organização e arrumação peculiares que, historicamente, vem se chocando com os princípios de organização do espaço urbano nas sociedades modernas.

Estes dois episódios mostrados através de trechos do Jornal da Paraíba, em que falas de habitantes de áreas periféricas da cidade são reproduzidas no momento em que elas passam a ser ocupadas, poderiam ser multiplicados por muitos outros trazidos à tona pela imprensa local. Não faremos isso, mesmo porque pouco obteríamos além do cansaço do leitor com a reprodução de mais falas, mais comentários, mais indagações que poderiam se tornar fatigantes. Preferimos mudar um pouco o tom e verificar qual o significado mais geral das falas e atitudes de pessoas como Sr. Cornélio na organização do espaço urbano de Campina Grande.

## 2. OS CAMINHOS CONSTRUÍDOS

A primeira reportagem que reproduzimos nas páginas anteriores mostra uma certa preocupação da imprensa com a possibilidade de Campina Grande perder sua bela imagem urbanística com o surgimento de favelas em locais que deveriam servir como cartões postais. Hoje, cerca de 23 anos após aquela denúncia, poderíamos afirmar que parte de suas previsões se consumou.

No ano em que foi publicada a referida matéria, Campina Grande tinha duas grandes áreas habitadas por populações “pobres” (ou “favelas” como são mais conhecidas) : a Cachoeira e o Jeremias. Essas áreas, no entanto, não eram motivos de preocupação por parte dos habitantes que queriam preservar a imagem urbanística da cidade, mesmo porque elas se situavam (como até hoje) em regiões marginais, bem distantes dos principais “centros” da cidade e isso era o suficiente (ao menos até um certo momento) para não macularem sua imagem. Vez por outra, eram motivo de uma reportagem da imprensa local que num misto de preconceito e denúncia chamava a atenção do poder público municipal para as precárias condições de saúde e higiene dessa população, bem como para a promiscuidade e a marginalização que proliferavam entre seus habitantes e os riscos futuros que poderiam trazer para, como disse o filósofo-poeta, “o nosso belo quadro social”.

Os anos 70 e 80 viriam, em certo sentido, desconstruir o discurso das elites sobre o pujante progresso da cidade e as levariam a redefinir algumas de suas falas, mesmo porque, como em todo o país, os tempos áureos do “milagre” já perdiam sua irradiação e a crise econômica batia todas as portas, inclusive as de Campina Grande.

A crise pós- “milagre” coincide com mudanças na agricultura brasileira em geral e da região Nordeste em particular, que vão pressionar grandes contingentes populacionais a se dirigirem para pequenos, médios e grandes centros urbanos à procura de trabalho, mudança de condições de vida, aventuras, etc.<sup>10</sup>

No caso específico de Campina Grande ainda vamos ter o afluxo de populações rurais e de pequenos municípios do semi-árido, constantemente assolados por estiagens.

A chegada mais acentuada de populações “pobres” a Campina Grande nas décadas de 1970 e 1980, associada ao aumento da crise econômica vão pressionar a demanda por moradia e conseqüentemente o aumento dos aluguéis e do preço de terrenos na área urbana, além de um significativo aumento de áreas nas mãos de famílias e pessoas que passam a utilizá-las como reserva de valor para especulação imobiliária.<sup>11</sup>

Esse conjunto de fatores mais gerais (mudança na agricultura, crise econômica, constantes estiagens) vai ser o pano de fundo para as ações dos pobres na reordenação do espaço da cidade. No ano de 1979, Campina Grande tinha, segundo dados oficiais (Perfil do Município), três grandes “favelas”, cinco anos depois, em 1984, esse número aumenta para dezessete e no início dos anos 90, se aproxima das trinta “favelas”. A cidade em pouco mais de 15 anos é redesenhada, mas só que agora não mais a partir dos cálculos e materiais de técnicos e urbanistas, prefeitos ou empresários, mas sim pelas mãos, pés e cabeças de milhares de anônimos, ou de pessoas como Sr. Cornélio, D. Maria Borges e tantos ou-

<sup>10</sup> Segundo dados do IBGE, a população do município de Campina Grande era em 1970 – 195.974 habitantes; em 1980 – 247.820; e nos dados preliminares do Censo de 1991 – 326.153 habitantes.

<sup>11</sup> Segundo dados oficiais do livro Perfil do Município (1984: 151-152): “A exemplo de outras cidades brasileiras, Campina Grande viu o preço do lote urbano se supervalorizar, de maneira desordenada e incontrolada, tornando-o proibitivo às classes de baixa renda”, e acrescenta, “por outro lado, o problema se agrava diante da especulação imobiliária, exercida por um pequeníssimo número de proprietários urbanos. De conformidade com os dados de que dispomos, apenas dez pessoas detêm, em Campina Grande, 6,4% dos imóveis (prédios e terrenos da cidade)”.

tros que vez por outra têm seus nomes estampados nas páginas dos jornais locais.

Com essas rápidas mudanças a cidade vai ter outros caminhos e lugares onde todos vão ter que caminhar (claro que não exatamente todos). Esses novos caminhos não foram, na sua grande maioria, traçados pelos mandarins do espaço nas sociedades modernas, mas por grupos deixados à margem por essa sociedade e por seus mestres da organização do espaço. Hoje, a cidade tem um centro que concentra a maior parte de suas atividades e que é um dos lugares mais aprazíveis aos olhos de muitos; tem também bairros como a Prata, Nações, Mirante, Alto Branco, São José, José Pinheiro, Bodocongó, etc e, incrustados nestes ou à sua margem: Pedregal, Vila dos Teimosos, Pedreira do Catolé, Cachoeira, Jeremias, Severino do Branco, entre muitas outras “favelas”.

Não é mais a mesma cidade, embora tenha traços de segregação que remontam o século passado; os caminhos também são muito diferentes dos por onde circularam os habitantes no ano em que foi elevada à cidade (1864), e diferentes também do período em que viveu sua mais comemorada urbanização (1935-1945). Interessante que os caminhos construídos sob a ótica do planejamento técnico ou mesmo os caminhos construídos a partir dos passos dos pobres, continuam a ser reinventados, tal como na história de Michel de Certeau.

*Essa história começa ao rés do chão, com passos (...). Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares. Sob esse ponto de vista, as motricidades dos pedestres formam um desses “sistemas reais cuja existência faz efetivamente a cidade”, mas “não têm nenhum receptáculo físico”. Elas não se localizam, mas são elas que espacializam.*<sup>12</sup>

<sup>12</sup> CERTEAU, M. de, A invenção do cotidiano, p. 176.

## BIBLIOGRAFIA

- CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1947.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: Eletrônica, 1993. v.1.
- SILVA, Iranise Alves da. **A crise da moradia**. Rio de Janeiro: Agir; João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1987.
- SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. Os paradoxos de um processo de urbanização; o caso de Campina Grande (1935-1990). **Cadernos Nordeste em Debate**. UFPB, Campina Grande, n.1, 1993, p.33-47.
- \_\_\_\_\_. 1987: um passeio pelas terras e histórias de Campina Grande. In: **DEBATES regionais**. história, ensino e pesquisa. João Pessoa: UFPB/NDHIR/Ed. Universitária, 1993. p.253-258.
- \_\_\_\_\_. Campina Grande: urbanização pelas margens. **Historiando**. Curso de História da UFPB, João Pessoa, n.5, 1994, p.4.
- THOMPSON, E.P. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

## A EVOLUÇÃO DA CASA POTIGUAR NO SÉCULO XIX: algumas considerações a partir do contexto nacional

Rubenilson Brazão Teixeira  
Prof. do Depto de Arquitetura - UFRN

O processo de modernização do Brasil tem suas raízes no século XIX. Teve início com a vinda da família Real para o Rio de Janeiro em 1808, seguida da abertura dos portos em 1810 e da Independência em 1822. A partir de meados do século, o início do ciclo do café e do processo subsequente da industrialização estão entre os principais fatores que acarretaram mudanças nas relações de trabalho, possibilitaram a emergência de novas classes sociais - a burguesia, a classe média e o operariado - e que produziram, enfim, um quadro estrutural efetivamente novo que significou o surgimento do capitalismo no país. Todo este processo de mudança é acompanhado, no campo cultural-ideológico, pela ideologia da modernidade e do progresso, que tem o continente europeu como modelo. Assiste-se dessa forma a uma submissão servil aos valores, conceitos e teorias europeias, especialmente ingleses e franceses. Esses diversos fatores constituem o quadro geral a partir do qual se pode compreender a evolução de toda a produção arquitetônica no mesmo período, uma vez que a arquitetura, como fenômeno cultural que é, sempre reflete as condições nas quais é produzida.

No que se refere à arquitetura residencial percebe-se que, em termos genéricos, a partir da introdução do neoclássico, ocorre uma melhoria na qualidade da habitação, especialmente da classe dominante. No entanto, até meados do século XIX, a habitação urbana quase não se modifica, mantendo um caráter visivelmente colonial (mesmos agenciamentos, forma do telhado, fachadas, disposição no lote, entre outras características).

A partir de meados do século, porém, as grandes transformações por que passa o país possibilitam uma série de modificações na arquitetura residencial. Surgem novas tipologias habitacionais e a casa burguesa

atinge um padrão de qualidade e conforto desconhecidos até então. Em termos estilísticos, predomina o ecletismo que, como o neoclassicismo, é uma proposta oriunda do mundo europeu.

Evidentemente, as modificações nas residências são mais ou menos intensas de acordo com o grau de desenvolvimento de cada cidade específica, e de acordo com a posição sócio-econômica de seus moradores. Pode-se afirmar sem hesitação que normalmente é a casa burguesa dos centros urbanos mais desenvolvidos que primeiro adota as inovações, para somente em seguida ser acompanhada, com maior ou menor grau de resistência, pelas habitações de um padrão mais baixo. Além disso, as cidades das províncias mais distantes tendem a acompanhar as novidades vindas de fora, num processo bastante conhecido de mimetismo cultural que sempre ocorre na periferia em relação ao centro, nos mais diferentes níveis<sup>1</sup>. Partindo deste princípio, cabe verificar, num primeiro momento, como a arquitetura residencial evolui nos centros urbanos do Brasil que se encontram em franco desenvolvimento, especialmente na segunda metade do século XIX, para, em seguida, investigar até que ponto esta evolução foi acompanhada na arquitetura residencial urbana das cidades do Estado do Rio Grande do Norte.

A ponte que tentar-se-á estabelecer entre o geral e o particular, ou entre o que ocorreu a nível nacional e a realidade do Estado do Rio Grande do Norte não tem um caráter definitivo, uma vez que o Estado ainda carece de um estudo mais aprofundado sobre a habitação urbana potiguar, notadamente a do período em questão. Mesmo que de modo introdutório, porém, espera-se poder contribuir para a compreensão dos aspectos históricos relativos à habitação potiguar, e para futuros estudos que se dediquem ao tema. O trabalho apresenta algumas conclusões, que são acompanhadas da bibliografia pesquisada. Algumas descrições são ilustradas com figuras, inseridas ao longo do texto.

---

<sup>1</sup> Um dos tantos exemplos: as principais cidades do país no século XIX foram as primeiras a adotar o neoclassicismo e o ecletismo e seus revivals produzidos na Europa, antes de serem, por sua vez, imitados pelos centros urbanos menores.

## I - A EVOLUÇÃO RESIDENCIAL URBANA DO BRASIL DO SÉCULO XIX

Esta primeira parte resume, de um modo didático e objetivo, as principais modificações verificadas na arquitetura residencial urbana do Brasil do século XIX, nas cidades em maior crescimento. A exposição da arquitetura residencial far-se-á segundo os seguintes itens: 1) Diferenciação quantitativa e qualitativa entre residências; 2) Novos padrões na relação casa-lote; 3) Tradição e mudança nos agenciamentos internos; 4) As influências estilísticas; 5) As inovações técnico-construtivas; 6) As novas tipologias habitacionais; 7) A localização urbana das residências.

### I.1) Diferenciação quantitativa e qualitativa entre as residências

Se no período colonial a diferenciação entre ricos e pobres se manifestava em termos quantitativos (FIG. 1), no período analisado a casa burguesa se diferencia cada vez mais em termos qualitativos da casa da maior parte da população. As diferenciações em termos qualitativos se verifica principalmente à medida que se aproxima o final do século, e podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- 1) Num maior requinte quanto ao mobiliário, onde se importava de tudo.
- 2) A casa burguesa é a primeira a possibilitar um maior nível de conforto, através dos avanços nas instalações de luz, água, esgoto, e também de novos ambientes, como o banheiro ou *salle de bain*, como se verá mais adiante.
- 3) A relação casa-lote também permite melhorias em termos de conforto, especialmente da casa burguesa (mais iluminação e ventilação natural, recuos em relação aos limites do lote, que são ocupados por jardins, desaparecimento progressivo das alcovas, mais envasaduras, enfim, casas mais abertas para a rua).

## I - A EVOLUÇÃO RESIDENCIAL URBANA DO BRASIL DO SÉCULO XIX

Esta primeira parte resume, de um modo didático e objetivo, as principais modificações verificadas na arquitetura residencial urbana do Brasil do século XIX, nas cidades em maior crescimento. A exposição da arquitetura residencial far-se-á segundo os seguintes itens: 1) Diferenciação quantitativa e qualitativa entre residências; 2) Novos padrões na relação casa-lote; 3) Tradição e mudança nos agenciamentos internos; 4) As influências estilísticas; 5) As inovações técnico-construtivas; 6) As novas tipologias habitacionais; 7) A localização urbana das residências.

### I.1) Diferenciação quantitativa e qualitativa entre as residências

Se no período colonial a diferenciação entre ricos e pobres se manifestava em termos quantitativos (FIG. 1), no período analisado a casa burguesa se diferencia cada vez mais em termos qualitativos da casa da maior parte da população. As diferenciações em termos qualitativos se verifica principalmente à medida que se aproxima o final do século, e podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- 1) Num maior requinte quanto ao mobiliário, onde se importava de tudo.
- 2) A casa burguesa é a primeira a possibilitar um maior nível de conforto, através dos avanços nas instalações de luz, água, esgoto, e também de novos ambientes, como o banheiro ou *salle de bain*, como se verá mais adiante.
- 3) A relação casa-lote também permite melhorias em termos de conforto, especialmente da casa burguesa (mais iluminação e ventilação natural, recuos em relação aos limites do lote, que são ocupados por jardins, desaparecimento progressivo das alcovas, mais envasaduras, enfim, casas mais abertas para a rua).

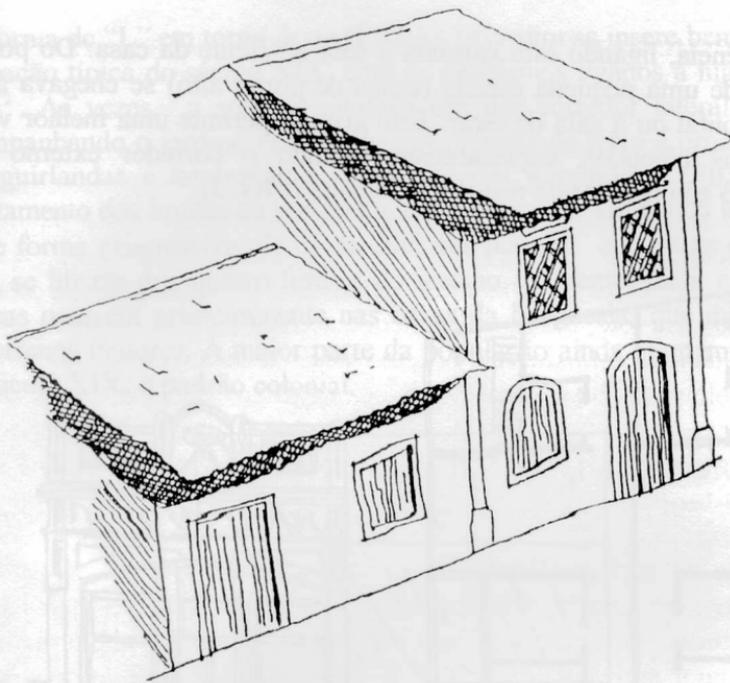


FIG. 1: Distinção quantitativa entre ricos e pobres. Em termos qualitativos, o sobrado não difere da casa térrea, mas é maior, sendo dotado de uma quantidade maior de aberturas para o exterior.

## I.2) Os novos padrões na relação casa-lote

Uma característica marcante da arquitetura residencial no período colonial é que esta tende a ocupar todo o lote urbano, com exceção do fundo do terreno, formando ruas de casas geminadas, de pouca frente e muito fundo. Esta característica se mantém na maior parte do século XIX. No entanto, a partir de 1850, começam a surgir as primeiras mudanças nesta relação:

1) A casa continua a ocupar quase todo o lote, porém, surge o corredor lateral, descoberto, que liga o portão de entrada, de ferro, ao último terço da casa, no final do lote. É a varanda, para a qual também se direciona um segundo corredor, paralelo ao primeiro mas no interior

da residência, ligando esta varanda à sala na frente da casa. Do portão, através de uma pequena escada (casas de porão alto) se chegava à varanda frontal ou à sala de estar. Este arranjo permite uma melhor ventilação dos cômodos, especialmente quando o corredor externo está geminado ao corredor da residência vizinha (FIG. 2).

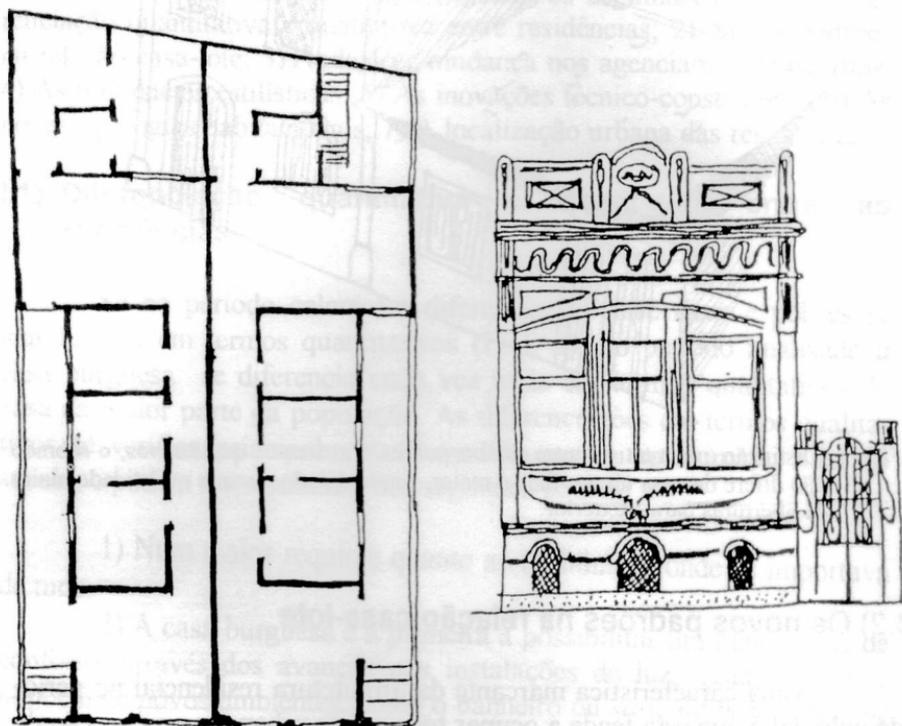


FIG. 2: Residência eclética do final do século XIX. Casa de porão alto, com grade de ferro dando para a fachada, com recuo lateral. Fonte: LEMOS, C. História da casa brasileira, p.79.

2) Uma outra forma de recuo em relação aos limites do lote é o jardim frontal, inicialmente bastante tímido, mas que aos poucos passa a ganhar importância. Quando na lateral da casa, esta assume uma planta

em forma de “L” em torno deste (FIG 3). O jardim se insere bem na preocupação típica do século XIX, com os problemas ligados à higiene pública<sup>2</sup>. Às vezes, a solução adotada era um corredor lateral coberto acompanhando o jardim, sustentado por colunas de ferro e ornamentado por guirlandas e lambrequins, tudo material importado<sup>3</sup> (FIG. 4). O afastamento dos limites da residência em relação aos limites do lote ocorre de forma progressiva, de modo que, aos poucos, e já neste século, a casa se liberta dos quatro limites do mesmo. Evidentemente, estas mudanças ocorrem primeiramente nas casas da burguesia, que dispunham de terrenos maiores. A maior parte da população ainda mantém, até fins do século XIX, o padrão colonial.

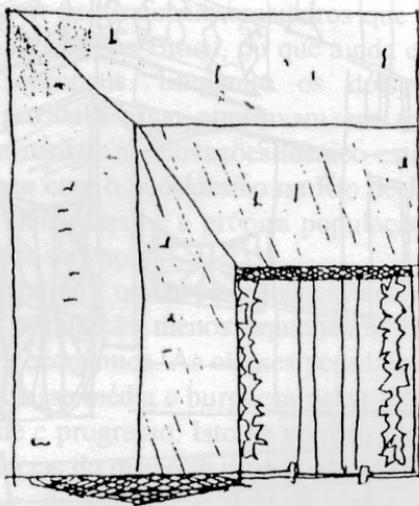


FIG. 3: Jardim lateral

<sup>2</sup> A necessidade de se combater os problemas gerados pela falta de higiene nas cidades européias é um dos motivos que levam ao surgimento do urbanismo moderno, na segunda metade do século passado. No Brasil, FREIRE, G. *Oh de casa!* menciona doutores brasileiros que, juntamente com o engenheiro francês Vauthier, que atuou em Recife, demonstram a mesma preocupação com a higiene pública de nossas cidades, em meados do século XIX.

<sup>3</sup> No século XIX, a importação de produtos os mais diversos fabricados pelos países europeus em plena Revolução Industrial não é exclusiva do Brasil, mas ocorre em toda a América Latina. GUTIERREZ, R., *Arquitetura Latino-Americana*.

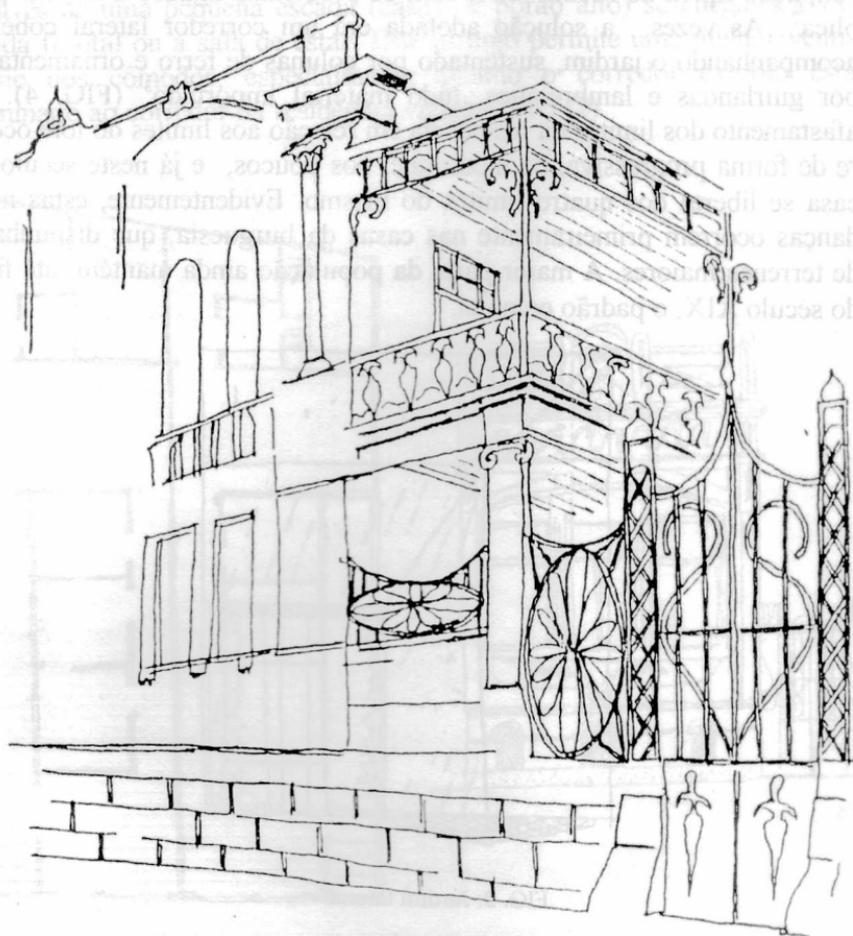


FIG. 4: O corredor coberto, ladeando o jardim. Neste exemplo, há também uma varanda coberta no andar superior. Observar o uso do ferro ornamental no portão de acesso ao jardim, nos guarda corpo e pilares de sustentação da varanda. Esquema baseado em antiga residência de B. Horizonte. Fonte: SALGUEIRO, H.A. O ecletismo em Minas Gerais. In: FABRIS, A. (Org.). Ecletismo na arquitetura brasileira, p.123.

### 1.3) Tradição e mudança nos agenciamentos internos

Aqui também se verifica uma nítida diferença entre a casa mais “popular” e a casa burguesa. A habitação dos pobres e remediados urbanos se modifica muito pouco ao longo do século XIX, mantendo boa parte dos traços coloniais em seu agenciamento interno. Uma primeira explicação para este fenômeno é de natureza cultural. Os mestres de obras portugueses continuaram a ter uma atuação muito grande no Brasil ao longo do século XIX. Por outro lado, no mesmo período atuaram ou se estabeleceram no Brasil muitos mestres de obras, engenheiros e arquitetos franceses, italianos e alemães, entre outros. Um terceiro grupo era formado por profissionais brasileiros que iam estudar na Europa e voltavam para atuar no Brasil, ou que ainda estudaram aqui mesmo com mestres europeus. Enquanto os dois últimos foram os protagonistas das novidades que aportavam em terras brasileiras, os primeiros tendiam a resistir às inovações técnico-estilísticas trazidas por estes, como aconteceu com o neoclássico no Rio de Janeiro<sup>4</sup>. Os mestres de obras de origem portuguesa e a própria população de um modo geral seria, assim, avessa às inovações.

Parece, no entanto, que a permanência das características coloniais nas casas da população menos aquinhoadas tem mais a ver com questões de natureza econômica. As classes populares parecem compartilhar do fascínio da classe média e burguesa pelas inovações, vistas como sinal de modernidade e progresso. Isto se verifica claramente a nível das fachadas das residências do primeiro grupo, que se revestem de motivos e traços neoclássicos e, na segunda metade do século, de elementos ecléticos (FIG 5), imitando, dentro das limitações as mais diversas, as residências mais sofisticadas. Entretanto, em planta, na disposição do telhado e das envasaduras para o exterior (porta e janela), estas casas continuam fiéis ao seu passado colonial, o que provavelmente decorre dos maiores custos em promover modificações mais profundas em termos

---

<sup>4</sup> BRUAND, Y., *Arquitetura contemporânea no Brasil*.

do agenciamento interno a fim de adequá-las aos novos tempos<sup>5</sup>. A resistência pode se explicar ainda pelo desconhecimento da natureza das mudanças, muitas das quais concebidas em projeto arquitetônico, um luxo para a maioria da população. Mais uma vez, são os grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, que contam com arquitetos atuantes e bem informados no seu campo de trabalho. Nos centros históricos das pequenas cidades do Nordeste do Brasil o mesmo não ocorre, daí talvez a persistência de residências com a aparência das mostradas esquematicamente na FIG. 5.

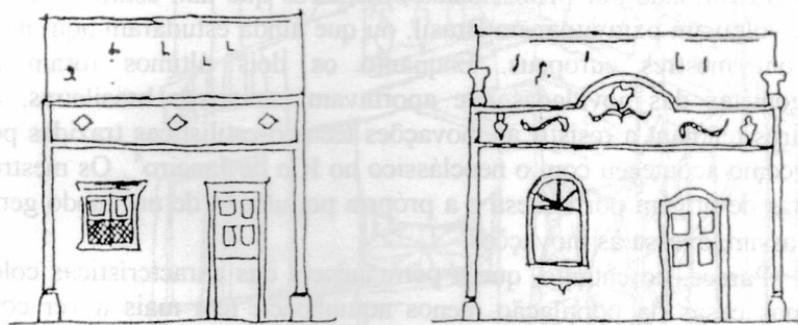


FIG. 5: Esquemas de casas mais simples, muito frequentes nas pequenas cidades do Nordeste. A influência estilística esboçada na fachada, típica do século XIX e início do XX não é suficiente para esconder o seu passado colonial, como atestam a disposição do telhado e das envasaduras da fachada.

Além do papel desempenhado pelos arquitetos, as modificações na habitação das classes média e burguesa em ascensão decorrem também, em cidades como São Paulo, da influência da imigração estrangeira

<sup>5</sup> Ainda hoje se encontram casas pertencentes a populações de baixa renda em Natal cuja planta remonta à casa colonial, apesar das modificações a nível da fachada (TEIXEIRA, R. B. Tradition and change in the domestic environment of the unplanned urban settlements).

ra, do desejo da burguesia de se distanciar cada vez mais do passado colonial, de um nível maior de exigência quanto ao padrão de conforto e da mudança no tipo de criadagem, em que o escravo é substituído por criados assalariados brancos, alguns estrangeiros. Nesta cidade, o agenciamento interno revela elementos de influência francesa na residência burguesa<sup>6</sup>. As principais mudanças a nível de agenciamento da casa burguesa podem ser assim resumidas:

1) O vestíbulo, ou ambiente de distribuição dos acessos, que evita o fluxo por entre ambientes da casa. Mais freqüente, porém, no início do século XX.

2) O gabinete, uma espécie de escritório, na frente da residência, com acesso direto à sala de estar.

3) O banheiro com suas instalações reúne agora, num mesmo ambiente, as antigas atividades de asseio pessoal e de atendimento às necessidades fisiológicas. No período colonial, o asseio pessoal ocorria na alcova, as necessidades fisiológicas eram atendidas na "casinha", no fundo do quintal (FIG. 6).

4) O porão com óculos dando para a fachada substitui o antigo andar térreo, destinado aos escravos ou a lojas. Quando habitado, é o ambiente da governanta ou dos empregados da casa. Pode ter uma cozinha, além da cozinha no andar reservado à família. 5) A edícula, resquício da antiga senzala, também serve para abrigar os empregados da casa. Localiza-se no fundo do quintal, escondido da rua, assim como tudo o que lembra o passado colonial, como o puxado nos fundos ou as plantas nativas<sup>7</sup>. Na fachada, só o requinte que lembra o mundo europeu. A edícula também serve de despensa e depósito.

<sup>6</sup> LEMOS, op. cit.

<sup>7</sup> REIS FILHO, N. G., Quadro da arquitetura no Brasil.

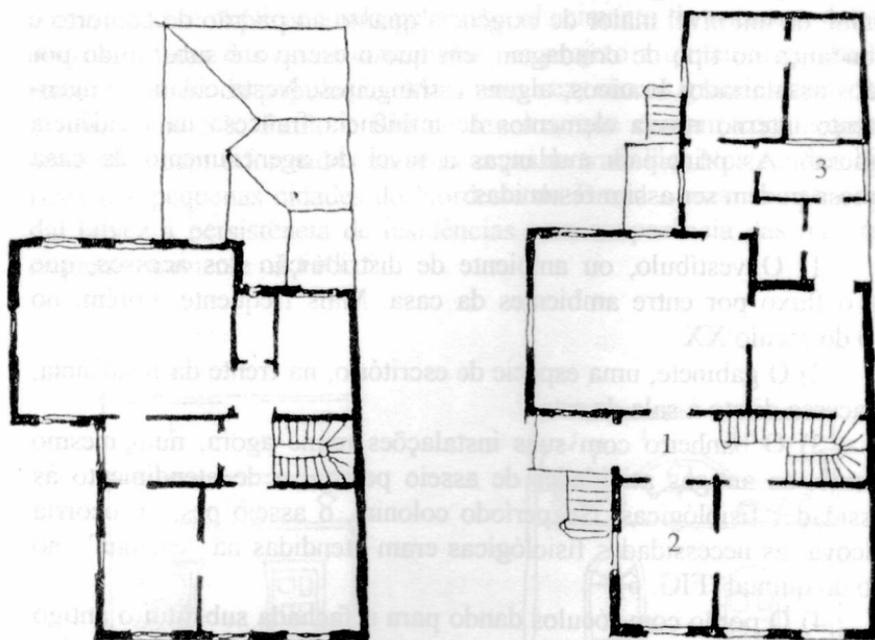


FIG. 6: Casa eclética do final do século XIX (de baixo para cima, térreo e superior). O vestibulo (1), o gabinete (2) e o banheiro interno dotado de instalações (3) estão presentes neste exemplo. Fonte: LEMOS, op. cit., p. 128.

6) O recuo lateral do lote, além de servir como jardim, serve também para cocheira e, posteriormente, para a garagem.

7) O sobrado, como no período colonial, continua a servir como elemento de distinção de classe, pelo menos na Belo Horizonte de fins do século XIX e início do século XX<sup>8</sup>.

8) Os jardins de inverno são outras novidades de fins do século XIX nas habitações da classe média.

<sup>8</sup> SALGUEIRO, H.A., op. cit.

#### I.4) As influências estilísticas

Do ponto de vista formal, o século XIX representa uma ruptura com os séculos precedentes. O aspecto *formal* das cidades se modifica bastante, embora mantenha quase intacto o sistema viário ou a malha urbana, que só vai sofrer maiores mudanças a partir do início do século XX. Quanto à arquitetura, porém, tantos os edifícios públicos, civis e religiosos, as grandes residências burguesas e das classes populares vão sofrer, especialmente a nível das fachadas, influências estilísticas as mais diversas, dando à cidade, quanto a este aspecto, um caráter cada vez mais distanciado dos padrões coloniais. Em termos de arquitetura residencial, verifica-se:

1) Empréstimo de motivos neoclássicos como frontões, cornijas, colunas, escadarias, entablamentos, etc, mais ou menos fiéis ou mais ou menos sofisticados segundo o padrão sócio-econômico do morador. Esta influência se inicia no Rio de Janeiro, substituindo-se as antigas jalousias e muxarabis das fachadas, e espalhando-se pelo Brasil afora (FIG. 7). Uma maior variedade de cores nas fachadas começam aos poucos a substituir o branco predominante da cidade colonial.

2) O mesmo processo se verifica com maior vigor no ecletismo. Aqui, são trabalhados principalmente, a nível da fachada, os platibandas, com ornamentos os mais variados (vasos, balaústre, janelas emolduradas, medalhões, cornijas, volutas, etc.). Adornos de ferro são usados em profusão, além do vidro, com o qual são confeccionadas bandeiras de arco pleno sobre o vão de portas e janelas. Simples pinturas ou ornamentos em alto relevo, nos casos mais simples, também são freqüentes nas fachadas. Os lambrequins de madeira ou de ferro, os portões e pilares de ferro bem trabalhados prefigurando o art nouveau, vasos, estátuas de pessoas ou de águias com as asas abertas sobre o platibanda são alguns dos elementos que se tornam comuns nas residências. Praticamente todos eram de natureza industrial, e por isso eram importados do exterior. Sem ter as mesmas condições da classe burguesa, as classes populares tentam copiar, de forma simplificada, estes padrões estilísticos a nível das fachadas. Entretanto, o agenciamento interno destas residências apresenta, em planta, uma forte influência da casa colonial (FIG. 8).



FIG. 7: Motivos neoclássicos utilizados nas residências do século XIX. O grau de requinte e de fidelidade aos ideais clássicos dependiam sobretudo dos recursos do proprietário.

### 1.5) As inovações técnico-construtivas:

A construção civil de um modo geral, e, portanto, a habitação, sofre profundas modificações quanto aos seus aspectos técnico-construtivos. A importação de uma mão de obra de melhor qualidade quando comparada à mão de obra escrava, o maior número de profissionais qualificados, nacionais e estrangeiros, as facilidades de importação de materiais de construção, a incipiente formação da indústria nacional da construção civil, são todos fatores que vão possibilitar, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, visíveis melhorias técnico-construtivas nas habitações. Estas melhorias podem ser assim resumidas:

1) A milenar técnica construtiva da taipa de pilão, muito usada no sul do país, vai praticamente desaparecer no século XIX. Em seu lugar vem o tijolo, primeiramente importado mas logo em seguida produzido em olarias locais. Além do tijolo, as estruturas de ferro também se tornam populares na arquitetura residencial, pelo menos em algumas cidades, onde surgem exemplares de casas totalmente construídas em ferro<sup>9</sup>. O uso do tijolo parece ter se difundido a partir da imigração européia, especialmente italiana, em São Paulo. No Nordeste, uma técnica igualmente antiga - a taipa ou o pau à pique, também conhecido como taipa de mão e sopapo, entre outras denominações - parece resistir mais tempo, especialmente nas áreas rurais, como ainda hoje se verifica com o mucambo<sup>10</sup>. Outras técnicas do período colonial, como o adobe e a pedra e cal, diminuem sensivelmente em importância a partir de meados do século XIX, principalmente nas cidades.

1) Em lugar dos pisos de chão batido, surgem agora os tabuados corridos sobre estrutura de madeira, tanto nos pisos sobre o porão alto como nos pisos entre andares. No último caso, os forros davam um maior requinte aos interiores.

2) As telhas francesas, os papéis de paredes, os portões e peças de ferro, o vidro, os candelabros para iluminação interna, os belos quadros na parede com paisagens européias, os móveis ingleses e franceses, as louças inglesas atestam para as melhorias que transcendem as de ordem técnico-construtiva por que passaram as residências, especialmente as da burguesia. Uma mão de obra mais especializada, na qual encontravam-se os fachadistas - profissionais responsáveis pela concepção e execução das fachadas das residências - permitiram os avanços desejados.

3) As já mencionadas melhorias das instalações de água, luz e esgoto, que surgem no final do século XIX, possibilitaram um maior nível de conforto, além de ajudar no combate às epidemias da época. Evidentemente, todas estas melhorias chegaram primeiramente às residências burguesas, num processo que, ainda hoje, não é um privilégio para uma imensa parcela da população.

---

<sup>9</sup> LEMOS, op. cit.

<sup>10</sup> TEIXEIRA, op. cit.

## 1.6) As novas tipologias habitacionais

O século XIX é testemunha do surgimento de novas tipologias habitacionais, as quais refletem, mais uma vez, as transformações sócio-econômicas, políticas e culturais por que passou o Brasil ao longo do século XIX. Evidentemente, a casa térrea e o sobrado, típicos do período colonial, continuam a existir no período considerado. Tanto um como outro foram inclusive projetados por arquitetos famosos de fins do século, como Ramos de Azevedo, Victor Dubugras, Heitor de Melo, entre outros, não mais com características coloniais, mas adotando todos os requintes do ecletismo em voga. Além da arquitetura residencial projetada pelos arquitetos, persistiam, evidentemente as soluções tradicionais, de origem colonial, em muitos lugares do Brasil, em especial nas pequenas cidades e províncias distantes do centro nervoso do país. Entretanto, o presente item se refere apenas às tipologias *novas*, entendidas como aquelas que são produzidas em quantidade significativa a partir do século XIX. Estas são as seguintes:

1) A chácara. Embora já existente no período colonial, se populariza durante o Império e a República. Com o limite cada vez menos nítido entre o rural e o urbano, a chácara representa justamente a habitação intermediária entre estes dois meios, e apresenta características tanto de uma casa rural como urbana, reunindo o que há de melhor em cada área. Casa de grandes proporções, freqüentemente assobradada, localizada num grande lote, a chácara tem um certo parentesco com o que hoje se conhece no Nordeste como "granja", sendo que as chácaras pertencem normalmente aos fazendeiros enriquecidos que estão em processo de migração para a cidade, uma vez que tradicionalmente eles moravam no meio rural, embora sempre tivessem uma casa urbana<sup>11</sup>. Detinha todos os apetrechos de uma casa rural, tornando-se, como as antigas sedes da fazenda do café ou dos engenhos, praticamente auto-suficiente. Ao mesmo tempo, tentava reunir alguns dos benefícios oferecidos pelo meio urbano, como as instalações, sendo casas de muito requinte. As influências estilísticas também se fizeram presentes na chácara. Plantas nacio-

<sup>11</sup> SINGER, P., Economia política da urbanização.

nais nos pomares conviviam com plantas de origem européia, bem ao gosto da época.

2) O palacete urbano: Como a chácara, é uma residência de alto padrão, típica da alta burguesia. No entanto, localiza-se em área urbana, nos bairros ricos da cidade. Muitas delas foram construídas na São Paulo de fins do século XIX, no mais legítimo ecletismo. Também são encontradas em outras capitais estaduais (FIG. 9).

3) A casa de porão alto: Juntamente com a chácara, é um outro tipo intermediário, só que não entre a casa rural e urbana, mas entre tipos diferentes de casa urbana. É o tipo intermediário entre o sobrado e a casa térrea do período colonial. O andar térreo, usado para alojamento dos escravos ou como loja antes de 1800 aos poucos cai em desuso, embora ainda sobreviva como loja em muitos casos. A casa de porão alto é da segunda metade do século XIX, e sofre praticamente todas as modificações verificadas nos itens anteriores (VER FIG 2).

4) O chalé: Uma moda romântica presente no último quartel do século XIX, sobretudo na década de 80, em várias cidades do país<sup>12</sup>. O chalé era, ou pelo menos se supunha, de inspiração suíça. Caracterizava-se por telhados em duas águas, bastante inclinados, largos beirais sustentados às vezes por mãos francesas e arrematados por lambrequins de madeira ou de ferro. A cumeeira é perpendicular ao alinhamento da rua. Alguns chalés têm corredores laterais, suportados por pilares de ferro. Usam freqüentemente o tijolo aparente na fachada, e adotam algumas incursões ecléticas, como as janelas de arco ogival, lembrando o gótico (FIG. 10).

<sup>12</sup> BRENNNA, G. R. del, Ecletismo no Rio de Janeiro.

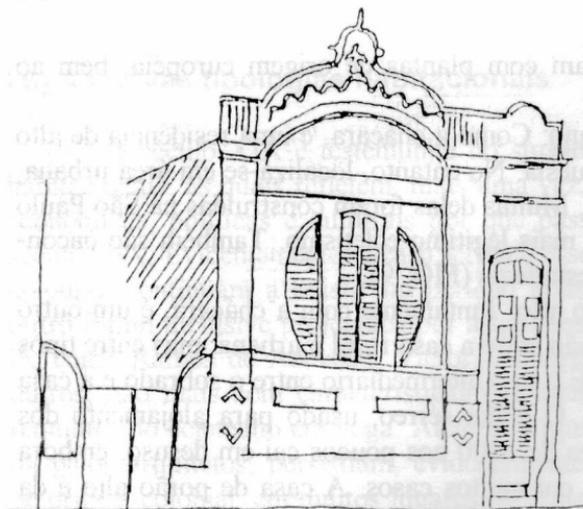


FIG. 8

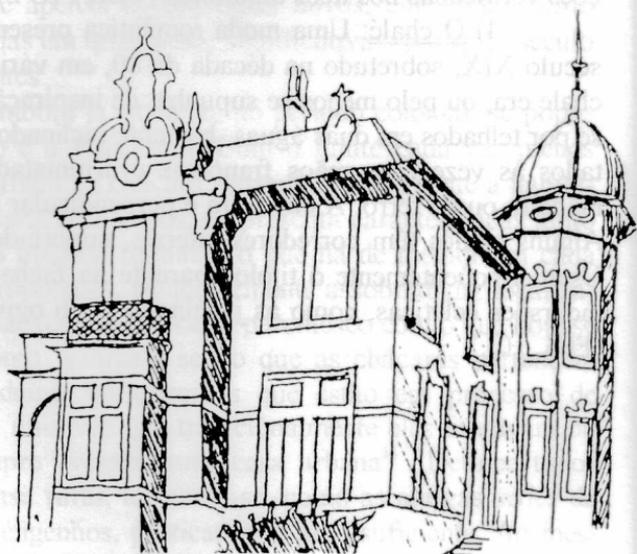


FIG. 9

FIG. 8 e FIG. 9: Residências ecléticas. A primeira, em Natal, não tem evidentemente o mesmo luxo da segunda, um palacete da alta burguesia paulista de fins do século XIX: Assim, também para o ecletismo se comprova o que foi afirmado para a fig. 8. Fonte da fig. 9: LEMOS, op. cit., p.139.



FIG. 10: Um chalé em Olinda. Residência da fase romântica do ecletismo, encontrada em várias partes do Brasil na segunda metade do século XIX.

5) As tipologias para o operariado urbano. A chácara, a casa de porão alto e o chalé são opções tipológicas adotadas pela classe média e alta, ambas em pleno processo de formação dentro do capitalismo incipiente que se instalava no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. No entanto, os pobres urbanos, e a também emergente classe operária vão ser abrigadas em “tipologias”<sup>13</sup> condizentes com a sua situação social. São as favelas, os cortiços e as vilas operárias, cada uma das quais com menor ou maior incidência de acordo com cada cidade. Elas se enquadram no processo cada vez mais intenso de crescimento das cidades, decorrente das transformações macro-econômicas pelas quais passava o país.

O crescimento de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus, Belém, Recife, entre outras, que se verifica em função do surto de desenvolvimento econômico provocado, evidentemente, em cada uma destas cidades, por motivos diferentes<sup>14</sup>, ocasionava um aumento populacional vertiginoso das mesmas. São nelas que vão surgir as primeiras favelas, cortiços e, mais para o fim do século XIX e início deste, as vilas

<sup>13</sup> Neste sub-item, o termo pode estar sendo usado com uma certa condescendência para alguns leitores, uma vez que se aplica à favela.

<sup>14</sup> Enquanto a industrialização em função do café fazia São Paulo prosperar, praticamente no mesmo período cidades como Belém em Manaus cresciam graças ao ciclo da borracha.

operárias. Com exceção das favelas, os cortiços e vilas operárias podem ser vistas como soluções de mercado, ou seja, para obtenção direta de lucro, embora as vilas tenham sido muitas vezes inspiradas por ideais altruístas, que remontam aos socialistas utópicos europeus da primeira metade do século XIX. Os cortiços eram de dois tipos: havia os quartos construídos em série, geminados e formando fileiras de casas que davam para um pátio interno, no final do qual se situavam lavanderias e latrinas comunitárias (FIG. 11), ou as chamadas *cabeças de porco*, antigos casarões agora ocupados por várias famílias. Em ambos os casos, os locatários pagam aluguel e em ambos os casos as condições de higiene, conforto e privacidade são as piores possíveis. As vilas operárias, por sua vez, apresentam, em geral, um quadro menos dramático. Surgem próximo às primeiras fábricas, tanto nas pequenas cidades, onde a mão de obra não era abundante, havendo assim a necessidade de retê-la, como nas grandes cidades, também para reter a mão de obra mais qualificada. Eram objeto de um rigoroso controle social por parte dos empregadores. Apesar de representarem uma alternativa para a solução do problema habitacional nas cidades em processo de industrialização, elas foram, no entanto, insuficientes quando comparadas às necessidades dos grandes contingentes populacionais nestas cidades.

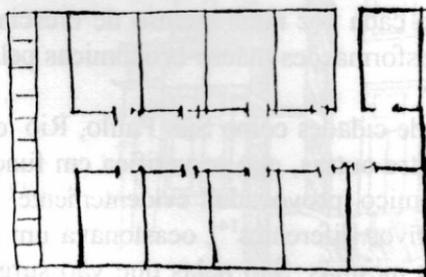


FIG. 11: Esquema de um cortiço do início do século XX em São Paulo. Os quartos, dispostos lado a lado, abrigam, cada um, uma família. As lavanderias e latrinas comunitárias se encontram no final do corredor central.

## **I.7) A localização das residências no espaço urbano**

Se no período colonial era menos evidente a distinção social em termos de distribuição no espaço urbano das áreas residenciais, ao longo do século XIX e, especialmente à medida que se aproxima o seu fim, esta distinção se torna evidente. As novas áreas residenciais destinadas à burguesia, com seus casarões, seus palácios, suas chácaras e sobrados ecléticos, melhor dotados de infra-estrutura urbana, contrastam com as áreas residenciais destinadas às classes populares, que vivem nos seus cortiços, favelas e vilas operárias.

As áreas insalubres destinadas às classes operárias e as péssimas condições de vida destas foram as causas de freqüentes epidemias. A necessidade de regular os interesses do capital imobiliário por um lado, e a necessidade de combater as epidemias, por outro, são as principais razões que levaram as autoridades públicas a intervir na questão, embora somente a segunda delas era mencionada nos documentos oficiais para justificar as suas intervenções, que se constituíam geralmente na demolição de cortiços e na relocação de seus moradores. Nunca se mencionavam fatores como o potencial mercadológico de áreas ocupadas por estas habitações precárias nos códigos de posturas municipais, mas sim a “questão de saúde pública”. A leitura destes documentos revela uma evidente preocupação em manter afastados das áreas nobres os cortiços e vilas operárias. As vilas operárias se difundiram pelo Brasil afora, mas foi uma experiência que não sobreviveu por muito tempo. As favelas são uma realidade da cidade brasileira hoje, assim como os cortiços. Os últimos, porém, parecem ser menos freqüentes a nível nacional. Resumindo, à medida que a distinção de classe se evidencia no capitalismo nascente, ficam mais claras a distinção a nível do espaço urbano entre ricos e pobres.

## **II - A EVOLUÇÃO RESIDENCIAL URBANA NO RIO GRANDE DO NORTE DO SÉCULO XIX**

O processo de ocupação do interior do Rio Grande do Norte se deu graças à atividade pecuária, desde o século XVII. No entanto, as cidades do Estado são recentes, uma vez que, apesar dos aldeamentos

indígenas de meados do século XVIII, a cidade norte-rio-grandense é uma realidade que só se evidencia realmente no século XIX<sup>15</sup>. Exceção deve ser feita para Natal, que apesar ter sido apenas uma pequena aldeia durante séculos, do ponto de vista geopolítico já nasceu como cidade no final do século XVI.

As cidades mais antigas do Estado existiram primeiramente sob forma embrionária enquanto aldeia e posteriormente vila, a partir do século XVIII. Estas cidades passaram por um processo de evolução urbana que vai de aldeia à vila, e em seguida à cidade. Trata-se também de um processo que pode ser denominado de *secularização do espaço urbano*, pois surgiram como aldeamentos missionários, de caráter religioso, para depois passarem, com a expulsão daqueles entre 1750-1760, ao poder civil, sob forma de vila e posteriormente cidades.

Apesar de a cidade norte-rio-grandense ser, com algumas exceções, um fenômeno do século XIX, nem por isso ela deixa de apresentar características tipicamente coloniais, tanto no seu espaço urbano quanto arquitetônico. Neste trabalho, que se debruça sobre a arquitetura residencial no século XIX, pretende-se demonstrar que a evolução residencial verificada em outras cidades do Brasil parece não ter tido a mesma intensidade nas cidades do Estado, mesmo que elas também se façam presentes aqui. O estudo tem um caráter preliminar, baseado nas primeiras impressões de um estudo ainda em fase de realização.

Na primeira parte se demonstrou que a arquitetura residencial tradicional pouco mudou ao longo do século XIX no Brasil. As mudanças comentadas, que ocorrem com a introdução do neoclássico e posteriormente se aprofundam com o ecletismo, na segunda metade do século XIX, se aplicam principalmente à casa da classe média e burguesa. A população de um modo geral se limita a imitar, a nível das fachadas, tais inovações estilísticas, mantendo, porém, em planta, o arranjo interno tradicional, de origem portuguesa. Se isto é verdade para as grandes cidades, o que não dizer das pequenas cidades do interior de uma província pobre e distante dos grandes centros do sul do país? Até 1930 as diferentes regiões e suas respectivas províncias viviam em relativo isolamento. As dificuldades de comunicação e, portanto, a possibilidade de

---

<sup>15</sup> CASCUDO, L. da C. História do Rio Grande do Norte.

influências oriundas dos grandes centros urbanos era menor do que após aquela data<sup>16</sup>. As influências estilísticas efetivamente chegaram às pequenas cidades do interior do Estado, como demonstram os platibandas, os frontões, as cornijas, e os ornamentos diversos, mas não somente eram de grande simplicidade como se limitavam às fachadas. Em planta, no entanto, as casas mantêm o velho arranjo colonial.

Também as mudanças sociais com a libertação dos escravos não foram suficientes para alterar, pelo menos no século XIX, o espaço doméstico tradicional. A escravidão no Rio Grande do Norte nunca foi muito expressiva, e as residências pouco contavam com a mão de obra escrava. Além disso, o Estado não teve, como foi o caso no sul do país, uma forte imigração estrangeira, que provocasse mudanças profundas nos agenciamentos internos das residências.

Ressalte-se ainda o atraso com que as inovações chegavam às cidades do Estado, em decorrência do relativo isolamento em que elas viviam em relação aos centros urbanos mais desenvolvidos. Por exemplo, o neoclássico que aos poucos se firmou no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, dificilmente teria chegado ao Estado antes de 1850, como demonstram os primeiros edifícios neoclássicos aqui construídos. Estes, por sua vez, eram públicos. Sem negar a influência dos centros urbanos do sul, é mesmo provável que a influência viesse mais diretamente da Europa via os centros urbanos regionais, como Recife. Isto decorre do fato de que diferentes áreas geográficas no país estavam menos ligadas entre si do que com a Europa, via cidades de maior importância regional, que funcionavam como empório comercial entre aquelas e o velho mundo.

Natal passa por um surto de crescimento na segunda metade do século XIX e início do XX, crescimento este que possibilita, inclusive, a construção de alguns edifícios importantes, como o teatro Carlos Gomes, atual Alberto Maranhão. No entanto, ele nem de longe se compara ao processo muito mais dinâmico de crescimento que se verifica, mais ou menos ao mesmo tempo, em cidades como Manaus e Belém durante o

---

<sup>16</sup> A primeira ferrovia no Estado foi construída em 1880/83. As primeiras estradas de rodagem começam a ser abertas em 1909, mas é só em 1930 que o caminhão vem substituir o carro de boi como meio de transporte (CLEMENTINO, M. do L. M. Economia e urbanização).

ciclo da borracha, ou de São Paulo em plena industrialização. Quanto às cidades do interior, o quadro é ainda mais evidente. Os recursos nelas disponíveis jamais possibilitariam transformações mais profundas em sua produção arquitetônica, em especial da arquitetura residencial.

A arquitetura ainda existente no bairro da Ribeira, em Natal, e em outros centros históricos de cidades do interior do Estado, como Caicó, demonstra uma clara influência de motivos neoclássicos e ecléticos a nível de fachada, e, em menor escala, de motivos neogóticos e do art nouveau, sem o mesmo requinte, obviamente, dos encontrados nos centros mais ricos do país. Com exceção das edificações maiores, de caráter público, a popularização das inovações estilísticas no Estado parece ter lugar a partir de fins do século XIX e início do XX, com o atraso que era de se esperar.

Quanto às novas tipologias habitacionais das classes urbanas em ascensão - a chácara, a casa de porão alto e o chalé, ressurte-se de um estudo que comprove a sua presença de modo mais decisivo no Estado. A julgar pelo que se tem hoje, parecem ter tido uma presença ínfima aqui, a menos que tenham sido destruídos pela especulação imobiliária. São raros os exemplares destas tipologias, como a residência onde viveu Câmara Cascudo, na Junqueira Aires, em Natal, cuja influência do chalé é patente. O Solar Bela Vista, também em Natal, é um raro exemplar de residência com porão alto. O estágio de desenvolvimento econômico da capital e das demais cidades do interior do Estado até fins do século XIX descarta a existência, neste período, de favelas, cortiços e vilas operárias. Não houve uma imigração rural-urbana significativa no período considerado, nem um processo mais intensivo de industrialização de base urbana no mesmo período de tal modo a exigir o surgimento destas alternativas habitacionais. As favelas, por exemplo, só surgem em Natal por volta de meados do século XX. As vilas, habitação de baixa renda típica na cidade de Natal, também são do século atual.

**BIBLIOGRAFIA:**

- BRENNA, Giovanna Rosso Del. *Ecletismo no Rio de Janeiro (séc.XIX-XX)*. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- CASCUDO, Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Departamento de Imprensa Nacional, 1955.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos Anos 70**. Natal:UFRN/CCHLA, 1995.
- FREIRE, Gilberto. **Oh de Casa!** Recife: Artenova, 1979.
- GUTIERREZ, Ramón. **Arquitetura latino-americana**. São Paulo: Nobel, 1989.
- LEMONS, Carlos. **Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café**. São Paulo: Nobel, 1989.
- \_\_\_\_\_. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. O ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Tradition and change in the domestic environment of the unplanned urban settlements. a case study: Natal, Northeast Brazil**. Montreal: McGill University, 1990.

## MITO POLÍTICO: a idade de ouro da sociedade americana

Francisco Fagundes de Paiva Neto  
Mestrando em Ciências Sociais – UFRN/ Bolsista CAPES

Os mitos estão presentes no nosso cotidiano e no mais das vezes não nos damos conta desse fato. Em relação ao estudo das manifestações míticas, vários autores elaboraram suas formulações procurando apreender os mais diversos aspectos, chegando ao ponto em que a palavra mito passou a assumir diferentes acepções.

Assim, para os historiadores e antropólogos do sagrado, o mito é uma narrativa que se refere ao passado, mas que conserva no presente um valor eminentemente explicativo, pois esclarece e justifica certas peripécias do destino do homem ou de certas formas de organização. Outros estudiosos dizem que o mito altera os dados da observação experimental e contradiz as regras do raciocínio lógico; coloca-se como uma tela entre a verdade dos fatos e as exigências do conhecimento. Demais, o mito é apreendido em sua função de animação criadora (um “conjunto ligado de imagens motrizes”) que apela ao movimento, incita à ação e aparece como um estimulador de energias de potência excepcional<sup>1</sup>.

Para Girardet, cada uma dessas formulações parece corresponder a alguns dos principais aspectos do mito político, tal como se inscreve na história contemporânea. Contudo, reconhece que nenhuma delas parece suscetível de esgotá-lo, nem mesmo de abarcar seu conteúdo, pois é em cada um dos planos apresentados que se desenvolve toda mitologia política e em função dessas três dimensões ela se estrutura. Daí a necessidade de se situarem as perspectivas numa visão global, sem ignorar cada uma das suas dimensões, que permita reencontrá-las conjugadas. Sobretudo deve-se considerar a singularidade de uma realidade psicológica de uma especificidade muito evidente, pois as manifestações do

---

<sup>1</sup> As três definições dos mitos estão presentes nos escritos de Mircea Eliade, R. Barthes e Sorel consecutivamente. As três acepções são complementares no estudo das mitologias políticas. Ver GIRARDET, R., **Mitos e mitologias políticas**, p.12-3.

imaginário mitológico apresentam certo número de traços comuns que pertencem a um sistema discursivo particular.

Existem relações entre o mito e o sonho na organização sucessiva de imagens nas quais as frações se encadeiam, nascem uma da outra, chamam uma à outra, respondem-se. Ademais, ambos não podem ser abarcados, definidos, encerrados em contornos precisos, senão em consequência de uma operação conceitualizante redutora, que se arrisca a traí-lo ou a instituí-lo numa versão pauperizada, destituída de sua riqueza e de sua complexidade.

Do mesmo modo que o mito religioso, o mito político aparece fundamentalmente polimorfo: é preciso entender que uma mesma série de imagens oníricas pode se encontrar veiculada pelos diversos mitos; é preciso igualmente entender que um mesmo mito é passível de oferecer múltiplas ressonâncias e significações. Estas são apenas complementares, mas freqüentemente opostas, pois o mito é ambivalente. Assim, a casa pode representar refúgio ou calabouço; a gruta pode carregar-se de pavor ou deslumbramento. As possibilidades de inversão do mito não fazem senão corresponder à constante reversibilidade das imagens, dos símbolos e das metáforas. Em termos de estudo de uma representação discursiva mítica é-nos fundamental compreender a noção de “arquétipo”, definida por Jung como segue:

*“Afora as recordações pessoais, existem em cada indivíduo as grandes imagens ‘primordiais’ de ser como era nos primórdios. Essa hereditariedade explica o fenômeno, no fundo surpreendente, de alguns temas e motivos de lendas se repetirem no mundo inteiro em formas idênticas. (...) Isso não quer dizer, em absoluto, que as imaginações sejam hereditárias; hereditária é apenas a capacidade de ter imagem, o que é bem diferente”<sup>2</sup>.*

Nesse quadro, buscaremos abordar o mito da idade de ouro, difundido nas mais diversas culturas e nos mais diversos momentos da

<sup>2</sup> JUNG, Carl, *Psicologia do inconsciente*, p.57.

história humana. O mito em questão é uma verdadeira imagem arquetípica na sociedade moderna<sup>3</sup>.

## A idade de ouro da democracia americana

O historiador americano Christopher Lasch distingue as elites americanas em antigas e novas. As elites tradicionais mantinham um estreito elo com as suas comunidades e muitas vezes realizavam ações de utilidade fundamentais ao interesse público. Atuavam numa política de zeladora do capital, com base numa ética que tomava o interesse da comunidade em consideração. De acordo com o autor:

*“As famílias ricas do século dezenove estabeleciam-se tipicamente, quase sempre durante várias gerações em um determinado cenário (...) A sua insistência na inviolabilidade da propriedade privada era limitada pelo princípio de que os direitos à propriedade não eram absolutos nem incondicionais. Compreendia-se que a riqueza acarretava obrigações civis. Bibliotecas, museus, parques, orquestras, universidades, hospitais e outros confortos de interesse público figuravam entre tantos monumentos à magnanimidade da classe mais alta. Sem dúvida esta generosidade tinha um lado egoísta: alardeava o status de aristocracia dos ricos, atraía novas indústrias e ajudava a promover a cidade natal em confronto com suas rivais. Incentivar o desenvolvimento urbano era um bom negócio numa época em que as cidades competiam intensamente entre si, cada uma aspirando ser mais importante do que outra. O que importava, entretanto era que a filantropia supunha a existência de elites na vida de seus vizinhos e nas gerações seguintes<sup>4</sup>.”*

Percebe-se, no entanto, que a situação social que nos é apresentada atualmente nos Estados Unidos difere radicalmente da caracterização na qual “o valor das elites culturais estava na sua disposição para assumir a responsabilidade pelos padrões rigorosos sem os quais a civili-

<sup>3</sup> ELIADE, M., *Aspectos do mito*, p.152-56.

<sup>4</sup> LASCH, C., *A rebelião das elites*, p.12.

zação é impossível”<sup>5</sup>. As análises elaboradas por Ortega y Gasset, Mosca e Pareto, acerca das massas participantes de movimentos políticos como a Revolução Russa e o Fascismo, passaram a identificar as manifestações das novas elites, pois, a ignorância, “a noção dos grandes deveres históricos”, as reivindicações aos “direitos do lugar comum”, a “crença num futuro de possibilidades ilimitadas”, características que outrora pertenciam ao “homem-massa”, passaram a ser elementos constituintes da ética das novas elites. Assim, atualmente, a principal ameaça às tradições civilizadoras e à ordem social vem daqueles que estão no topo da hierarquia social<sup>6</sup>.

A situação de rebelião das elites implica na ameaça à democracia. Já que a evocação desse termo atualmente nos remete quase sempre à “democratização da ‘auto estima’”. Os slogans diversidade, solidariedade, poder e direitos expressa a melancólica esperança de que as divisões profundas na sociedade americana possam ser superadas pela boa-vontade e pelo discurso sensato. Reconhece-se que as minorias têm o direito a serem respeitadas não em virtude de suas conquistas, mas pelo que sofreram no passado<sup>7</sup>.

O declínio das antigas fortunas e da ética de responsabilidade civil originou um abismo entre as classes privilegiadas e o resto da nação norte-americana. As fidelidades locais e regionais estão mais tênues, dentre outras razões pela mobilidade do capital e a emergência de um mercado global. As fortunas das novas elites estão associadas a empreendimentos além das fronteiras nacionais, razão de ser da lealdade internacional. Este fato está ligado ao surgimento de novas elites formadas por profissionais que produzem e manipulam informações e adotam uma posição cosmopolita e dada a migração.

A ascensão social está mais do que nunca associada à mobilidade, que é uma ameaça ao ideal democrático, pois não prevê a igualdade de condições, mas a promoção seletiva de tudo o que não é elite à classe de profissionais e empresários. Daí, Lasch defender a idéia de que a meritocracia é uma paródia da democracia, pois oferece possibilidades de

<sup>5</sup> ORTEGA Y GASSET, J., *A rebelião das massas*, p.35-41.

<sup>6</sup> LASCH, C., *op. cit.*, cap. I e 2.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p.16.

progresso a qualquer um possuidor de talento para delas fazer uso. No entanto, as “oportunidades de ascender” não substituem uma divulgação geral dos “meios de civilização”, da “dignidade e da cultura” necessários a todos, “em ascensão ou não”<sup>8</sup>. Assim, enquanto a mobilidade social do século XIX estava ligada ao princípio da oportunidade, a do século XX se configura como o indício da erosão do ideal democrático, pois não prevê uma grosseira igualdade de condições, mas a promoção seletiva de quem não é elite à classe de profissionais e empresários.

A mobilidade social não abala a influência das elites, antes ajuda a solidificar a sua influência sustentando a ilusão de que se baseia unicamente no mérito. Para Lasch, apenas reforça a probabilidade de que as elites exerçam o poder de forma irresponsável, exatamente porque reconhecem poucas obrigações com relação aos seus antepassados ou às comunidades. Assim,

*“a falta de gratidão desqualifica as elites meritocráticas para arcarem com o peso da liderança e, de qualquer maneira, elas estão menos interessadas em liderar do que fugir da mediocridade – a própria definição do sucesso meritocrático”<sup>9</sup>.*

O estilo migratório de vida é um fator relevante à compreensão da “rebelião das novas elites” americanas contra a “América média”, como elas imaginam: uma nação tecnologicamente atrasada, politicamente reacionária, repressiva na sua ética sexual, medíocre nos seus gostos, presunçosa e complacente, insípida e deselegante. Assim, as “novas elites” adotam o litoral como morada, voltando as costas ao interior do país e cultivando ligações com o mercado internacional na cultura efêmera do glamour, da moda e do dinheiro. Finalmente, na chamada fase de globalização econômica (na qual o mercado é unificado e a cultura cada vez mais fragmentada) a desnacionalização dos empreendimentos econômicos tende a produzir uma classe cosmopolita que se considera “cidadã do mundo”, que tende a não aceitar quaisquer das obrigações que a cidadania em uma sociedade organizada normalmente implica.

<sup>8</sup> LASCH, C., *op cit.*, p.53.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p.55.

O cosmopolitismo extremo de uns poucos favorecidos figura como a sua negação provinciana superior, ou seja, as novas elites aplicam o seu dinheiro na melhoria de seus próprios enclaves fechados em si mesmos: escolas particulares, polícia particular, sistema particular de coleta de lixo. Ademais, o seu reconhecimento de obrigações cívicas não vai além de seus vizinhos mais próximos.

O valor do patriotismo tem sido substituído pelo “multiculturalismo”. O estado de trânsito das “novas elites”, postura apresentada através do culto ao exótico – alimentos, roupas, músicas, etc. – sem a exigência do compromisso, torna-as portadoras de uma visão de mundo semelhante a de um turista. Desta forma, a postura adotada pelas “novas elites” não é uma perspectiva de incentivo, de dedicação à democracia,

*“que exige uma ética mais forte do que a tolerância, pois a indiferença ameaça a democracia. Somos eficazes na hora de encontrar desculpa para os nossos atos. Estamos tão ocupados defendendo nossos direitos que não nos preocupamos com as nossas responsabilidades. Não dizemos o que pensamos com medo de ofender. Estamos determinados a respeitar, mas nos esquecemos que este respeito tem que ser merecido. Respeito é o que se experimenta diante de realizações admiráveis, caracteres admiravelmente formados, talentos bem aproveitados”<sup>10</sup>.*

Para Lasch a “arrogância de poder” é uma marca das novas elites. Não se deve confundir esta arrogância “com o orgulho característico das classes aristocráticas, que se baseia na herança de uma linhagem antiga e na obrigação de defender a sua honra”<sup>11</sup>. Nem a bravura, o cavalheirismo, o código de amor cortês, etc. têm lugar na visão de mundo das novas elites. Prossegue: “embora as vantagens hereditárias tivessem um papel importante na obtenção de status profissio-

<sup>10</sup> LASCH, C., *op cit.*, p.107. 2

<sup>11</sup> LASCH, C., *op cit.*, p.53.

nal ou empresarial, a nova classe precisa manter a ilusão de que seu poder se apoia na inteligência apenas”<sup>12</sup>.

O autor expõe a idéia do pouco senso de gratidão ancestral ou da obrigação de corresponder às responsabilidades herdadas do passado das novas elites, em detrimento das antigas que eram afeitas às responsabilidades públicas.

A situação que nos é apresentada, de consecutivas comparações entre as “elites antigas” e as “novas elites”, nos levou a refletir sobre o mito da Idade de Ouro, o “tempo de antes”, uma época de “harmonia social”, de “ordem”, de “cultura e de civilização”, etc. no pensamento do historiador americano. Como foi dito:

*“(...) o ‘tempo de antes’ é aqui, em primeiro lugar, a propriedade, a barreira das colinas que fecha seu horizonte, a segurança vigorosa das paredes e dos tetos, a autoridade patriarcal do Pai estendida sobre todo um pedaço de terra. É também a perenidade de um ritmo de vida confundido com a sucessão dos trabalhos e das estações, as lavouras, as semeaduras e as colheitas. E é ainda a intimidade protetora de um grupo social fechado, solitário, estritamente hierarquizada, o carroceiro, os pastores, os ceifeiros, as respigadoras. Em suma – devendo cada um desses temas ser retido em toda a densidade de sua carga simbólica –, a própria imagem de uma ordem, de uma sociedade, de um tipo de civilização (...)”*<sup>13</sup>.

Nesse percurso, o escrito de Ortega y Gasset, a evocação do “tempo de antes” aponta uma perspectiva das elites liberais, que se valendo do eufemismo da ameaça à ordem social e às tradições civilizadoras ocidentais, visavam defender o seu “status quo”, diante da emergência das massas no panorama político e da construção de novos projetos de gestão social. Tal elaboração nos remete a um campo reflexivo onde alguns intelectuais vinculados a uma elite política assumem a posição de produtores oficiais de bens simbólicos, no sentido em que o

<sup>12</sup> Loc. cit.

<sup>13</sup> GIRARDET, R., *op. cit.*, p.97.

autor defende a idéia do liberalismo enquanto elemento necessário a manutenção da civilização ocidental e da sua cultura<sup>14</sup>.

Por sua vez, Lasch não tem nada contra a existência das elites ou das classes dominantes, pois sua crítica reside justamente no fato de elas terem deixado de arcar com a sua tarefa nos Estados Unidos, a de servir de orientação para uma nação democrática, onde a cultura política é pautada por princípios de consenso.

No âmbito das idéias políticas alguns desses “tempos de antes” foram vividos efetivamente *“antes de ter sido sonhados; sua imagem não fez mais que sofrer o habitual trabalho de inflexão, de seleção ou de transmutação que é o da lembrança”*<sup>15</sup>. Outros, os mais numerosos, escapam à memória individual por já não pertencerem senão a história ou ao que passa por ser a memória da história.

O passado referido não conhecido diretamente assume uma característica de poder evocador de um modelo/arquétipo a que a situação fora do tempo decorrido parece definir um valor suplementar de exemplo<sup>16</sup>. Por isso cada sensibilidade ou pensamento político corresponde a uma certa forma de ler a história, com esquecimentos, rejeições e lacunas, mas também com fidelidade e devoções, fontes de emoções e de fervores. Assim, em oposição à imagem de um presente descrito e sentido como triste, surge o sumo de um passado pleno e feliz. Resulta que os impulsos e poderes oníricos tornaram a representação do “tempo de antes” um mito no sentido mais completo do termo: ao mesmo tempo ficção, sistema de explicação em movimento que incita à ação, estimula energias de poder excepcional.

Nesse enredo de imagens do passado alguns fragmentos foram perdidos, mas outros tendem a ser restaurados. A restauração é evidentemente incompleta, deformada, mas as lembranças difusas e usos abolidos, vêm, no entanto, reafirmar na expressão presente a imagem do pensamento mitificado.

<sup>14</sup> ORTEGA Y GASSET, J., *op. cit.*, p.35-41.

<sup>15</sup> GIRARDET, R., *op. cit.*, p.98.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p.98 e segs.

Daí as considerações de C. Lasch acerca da democracia individualista dos Estados Unidos do século XIX nos motivarem a refletir sobre a força desse modelo na sua escrita da história.

A sociedade americana do século passado, vivenciou uma organização política baseada na idéia de direitos pressupondo aos indivíduos o respeito aos outros, enquanto razão para ter os seus próprios direitos respeitados. A instituição central da sociedade liberal, o mercado, pressupunha a existência de indivíduos de mente lúcida, perspicazes e calculadores. Demais pressupunha não só o interesse pessoal, mas também o esclarecido.

Por essa razão, a família recebia tanta atenção por parte dos liberais. A obrigação de sustentar mulher e filhos era um caminho para disciplinar o indivíduo possessivo, além da possibilidade de transformar os jogadores, os vigaristas, os almofadinhas, etc. em provedores escrupulosos. Devido ao abandono dos antigos ideais conservadores republicanos junto com as acusações de luxúria, faltava aos liberais uma base para atrair os indivíduos para que subordinassem os seus interesses ao bem público. Recorreram as instituições do casamento e da paternidade onde poderiam pedir, senão a suspensão do interesse próprio, pelo menos a sua elevação e refinamento.

No entanto, a gradativa identidade do capitalismo com a gratificação imediata e a obsolescência planejada desgastou os fundamentos morais da vida familiar. O índice de divórcios aumentou – já era alarmante no último quartel do século XIX –, parecendo refletir o esgotamento dos limites impostos pelos compromissos e responsabilidades a longo prazo. A competitividade deu origem a paixão pelo vencer, sugerindo o direito de começar sempre novamente quando os compromissos anteriores se tornassem excessivamente pesados. A riqueza material minou os fundamentos morais do “estado familiar bem ordenado”, que os liberais do século passado admiravam. Os negócios familiares deram lugar às sociedades anônimas, a fazenda familiar – lenta e penosamente – a uma agricultura coletivizada, controlada essencialmente pelas mesmas casas bancárias que haviam buscado a consolidação da indústria.

Os liberais assistiram a passagem da imagem familiar de contrapeso ao mercado para uma estrutura desgastada por ele. O culto à maternidade, no final do século XIX, não foi suficiente para enfrentar o fato

do trabalho não remunerado carregar o estigma de inferioridade social. Naquele momento, o dinheiro tornava-se a medida universal de valor e as mulheres foram forçadas ao trabalho fora de casa, não porque suas famílias precisavam de uma renda extra, mas porque o trabalho pago representava a sua única esperança de adquirir igualdade com os homens. Os filhos ficaram à mercê da invasão da família pelo mercado.

No século XX, duas direções passaram a nortear o liberalismo: o mercado e o estado. O mercado parecia aos liberais a personificação ideal do princípio fundamental da sua política, pois afirmava os indivíduos como os melhores juizes de seus próprios interesses – respeito, felicidade e bem-estar. C. Lasch pondera dizendo que

*“os indivíduos não podem aprender a se expressar, muito menos a alcançar uma compreensão inteligente do que seja a sua felicidade e bem-estar num mundo em que não existem valores exceto os do mercado”*<sup>17</sup>.

Assim, a disciplina formadora da família, da vizinhança, da escola, da igreja, etc., foi enfraquecida pela ação do mercado que tende a se universalizar.

A tentativa dos liberais de restringir a competência do mercado, conduzi-los para os investimentos no estado. Mas a política desenvolvida pelo estado de substituir tipos informais de associação por sistemas formais de socialização e controle, enfraqueceu a confiança social, desgastou a disposição de assumir a responsabilidade por si próprio e de fazer os outros se responsabilizarem por suas ações, além de destruir o respeito às autoridades. As comunidades americanas, os bairros, foram destruídos pelo mercado na figura principal dos shoppings e pela política social, que entregou as crianças às creches e instituições pedagógicas gerando a perda do padrão de responsabilidade pelo bairro, encorajador da confiança pública e da sociabilidade informal.

<sup>17</sup> LASCH, C., *op. cit.*, p.117.

Por volta da metade do século XX, o Ocidente industrializado é palco do desmoronamento da sociabilidade pública<sup>18</sup>. A cidade perdeu a sua função social e socializante entre uma grande população urbanizada.

O tecido urbano ou de aparência urbana recobriu imensos espaços contíguos. No fim do século XIX, antes do automóvel surgir, os habitantes ricos fugiram da cidade densa, aglomerada, “perigosa” e “malsã”. Os lugares de ar puro e vizinhança decente passaram a ser o novo habitat.

Dois níveis de segregação foram estabelecidos: social (entre bairros ricos e burgueses e bairros pobres e populares) e de funções (entre bairros de trabalho e bairros de residências). Entre a casa e o trabalho o meio de transporte passou a ser predominantemente individual, o automóvel.

Tudo porque os espaços públicos passaram a corresponder às conotações negativas de perigo, multidão, circulação, indiferença, etc. Nesse percurso, o espaço privado aparentou ser um refúgio seguro, o ponto de convergência dos valores de uma vida aparentemente liberada dos entraves psíquicos<sup>19</sup>.

O homem voltou à sua casa, à intimidade de sua família e à sociedade triada e escolhida de alguns amigos, ocorrendo o desaparecimento da vida coletiva, que caracterizava a função urbana. A aglomeração urbana constituída por casas, escritórios, centros comerciais está isolada no grande vazio.

O equilíbrio entre a vida familiar em casa e a vida coletiva no café, no terraço ou na rua foi rompido, enquanto a vida familiar prevaleceu com a ajuda do automóvel e da televisão. A vida social foi absorvida pela vida privada e pela família. Assim, a rua, o café, o espaço público passam a ter unicamente a função de deslocamento físico entre a casa, o trabalho, as lojas. Como foi dito:

---

<sup>18</sup> ARIÈS, P., **A família e a cidade**, p.13-23.

<sup>19</sup> SENNET, R., **O declínio do homem público**.

*“A família passou então a deter o monopólio da afetividade, da preparação para a vida, do lazer. Por essa tendência ao monopólio, ela reagiu a contração da sociabilidade pública”<sup>20</sup>.*

## A crise da política

Lasch salienta que virtudes essenciais à vida civil, como a lealdade, a confiança e a responsabilidade, costumam florescer nas instituições civis – partidos, centros comunitários, etc. No entanto, as instituições civis têm sofrido um processo de depressão devido à especialização da “arte da conversa”. Daí o isolacionismo presente entre as classes, que só se misturam com as outras em raras ocasiões – cerimônias, feriados oficiais, etc.<sup>21</sup>. Percebe-se com isso, que o surgimento das “redes”, associações voluntárias, implica diretamente na falta de um projeto social, visto serem autocêntricas.

As instituições civis ao lado dos bares, os “terceiros ambientes”, foram historicamente territórios propícios às manifestações democráticas. Nos “terceiros ambientes”, onde prevalece uma sociedade informal, as associações involuntárias, o exercício da pluralidade de opiniões fazem germinar um forte caráter político. Certamente o consumo de bebidas alcoólicas e outros estimulantes ajuda aos inibidos a falarem mais e a superarem reservas cotidianas. Antes da existência do jornalismo as tavernas e os cafés funcionaram como centros de divulgação das notícias. Neste século, os bares conservaram essa tradição de espaços propícios aos debates, focos privilegiados de encontros de panfletários, de revolucionários, de políticos, etc. Inclusive nas recentes ditaduras latino-americanas e nos países totalitários os bares conservaram essa função.

Não obstante, os bares, os cafés, enfim os “terceiros ambientes”, estão ameaçados de extinção pelas cadeias de lanchonetes e pelos shoppings, panoramas onde a alta rotatividade, a escassez de bancos e a música ao fundo substitui as conversas. Daí Lasch enfatizar que o declínio da democracia participante pode estar diretamente relacionada com o desaparecimento dos bares.

<sup>20</sup> ARIÈS, F., *op cit.*, p.23.

<sup>21</sup> LASCH, C., *op. cit.*, p.139-152.

Hanna Arendt salienta que a sociedade de massas tende a minar as bases da vida pública e da vida privada, a partir das incursões da indústria cultural. Ela reduz a necessidade do espaço público e abate a personalidade do privado<sup>22</sup>.

## O poder de reversibilidade do mito

O mito participa ao mesmo tempo do retrospectivo e do prospectivo, no plano da lembrança, do pesar e no da esperança messiânica. Sua lógica simples contrasta com a abundância de imagens, das representações e dos símbolos que não é senão a da decadência. Toda recordação e evocação da idade de ouro parece repousar sobre a única e fundamental oposição: a do outrora e do hoje. Como foi dito:

*“Há o tempo presente que é o da degradação, de uma desordem, e de uma corrupção das quais importa escapar. Há, por outro lado, o ‘tempo de antes’ e que é o de uma grandeza, de uma nobreza ou de uma felicidade que nos cabe descobrir”*<sup>23</sup>.

Ora, não estaria Lasch enredado nos fios nostálgicos de uma sociedade na qual o espaço público não havia fenecido e onde o espaço privado ainda não havia sido pasteurizado? Nesse percurso, a democracia individualista não lhe pareceu como um modelo exemplar, enquanto possibilidade de rememorar um período histórico no qual a família não foi invadida pelo mercado e que ainda existia um espaço público ativo?

No âmbito das mitologias políticas, a evocação de tempos de referência histórica tem sido comum nos dois últimos séculos, que são de uma só vez objetos retrospectivos de culto e propostas de modelos de (re)organização coletiva.

É-nos possível perceber elementos no pensamento de C. Lasch sobre possibilidades de transformação do atual cenário das esferas pública e privada. É notória a preocupação do historiador com o aspecto assumido pelos espaços públicos, ora em estágio declinante. Assim,

<sup>22</sup> ARENDT, H., **A condição humana**, cap. 2.

<sup>23</sup> GIRARDET, R., **op. cit.**, p.105.

*“quando o mercado se apropria de todos os espaços públicos, e a sociabilidade tem que se ‘retirar’ para os públicos privados, as pessoas estão ameaçadas de perder a capacidade de se divertirem e até de se governarem. Desde que reconheçam o perigo, entretantô, ainda resta a esperança de que encontrem uma forma de reverter a tendência suburbana da nossa civilização e recolocar as artes cívicas no seu lugar de direito no centro dos acontecimentos”*<sup>24</sup>.

Ou ainda, enquanto possibilidade de exercício da democracia participativa, como segue:

*“(...) as pequenas comunidades são locus clássicos da democracia – não porque sejam ‘autosuficientes’, mas apenas porque permitem que todos participem do debate público. Em vez de descartarmos a democracia direta como irrelevante para as condições modernas, precisamos recriá-la em uma escala mais ampla”*<sup>25</sup>.

Já em relação a família, Lasch constatou o início de sua crise há mais de cem anos – crise do divórcio, o feminismo e a revolta da juventude. Percebeu a destrutiva influência de planos de ação ligados as profissões assistenciais – psicólogos, pedagogos, médicos, etc. – sobre as relações familiares. A família, portanto, foi invadida e submetida ao controle externo. Por isso, o retraimento à “privacidade” já não sustenta os valores ameaçados de extinção. Assim:

*“O povo norte-americano só poderá preservar o que é válido em sua cultura se mudar as condições da vida pública. Resta saber se tem energia e imaginação para realizar tais mudanças”*<sup>26</sup>.

<sup>24</sup> LASCH, C., *op. cit.*, p.151-2.

<sup>25</sup> LASCH, C., *op. cit.*, p.199.

<sup>26</sup> LASCH, C., *Refúgio num mundo sem coração*, p.24.

Partimos da hipótese que a crise social, política e institucional enfrentada pelas sociedades de cultura ocidentalizada, processada pelos mecanismos da cultura de massa, são fundamentais a definição mitológica da idade de ouro, assentada na experiência vivida e no movimento da memória que Lasch ao longo de sua vida acompanhou a degradação dos espaços de convívio social, da escola pública, da política (que padece de apatia e de incompetência), da paralisia moral<sup>27</sup> (oriunda de uma cultura narcísica e hedonista), além do surgimento “de uma sociedade biclassista (na qual poucos favorecidos monopolizam as vantagens do dinheiro, da educação e do poder)”<sup>28</sup>. Por isso,

*“(...) o olhar dirigido para o passado parece fazer-se tanto mais insistente, tanto mais carregado também de emoção ou de paixão, quanto se volta para modos de vida desaparecidos ou em via de desaparecimento. Sempre presente sem dúvida, no segundo plano do imaginário coletivo, a mitologia da idade de ouro conhece na história de uma sociedade, períodos de intensidade variável, tempos fortes e tempos fracos, ímpetos de efervescência e ciclos de latência. O importante é reconhecer que esses tempos fortes, esses ímpetos de efervescência mítica situam-se muito geralmente, nos momentos em que a **evolução econômica e social tende a precipitar-se**, em que o processo de mudança se acelera, em que os antigos equilíbrios acham-se cada vez mais poderosamente questionados”<sup>29</sup>.*

<sup>27</sup> LASCH, C., *A cultura do narcisismo*.

<sup>28</sup> LASCH, C., *op. cit.*, p.42.

<sup>29</sup> Grifos nossos. Ver GIRARDET, R., *op. cit.*, p.133.

**BIBLIOGRAFIA**

- ARENDDT, H. . **A Condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, [s.d.].
- ARIÈS, Philippe. A família e a cidade. In: VELHO, G.; et al. **Família, psicologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- ELIADE, M.. **Aspectos do mito**. Lisboa: Edições 70.
- GIRARDET, R.. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- JUNG, Carl. **Psicologia do inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- LASCH, C.. **A rebelião das elites**. São Paulo: EDIOURO, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Refúgio num mundo sem coração**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. **A cultura do narcisismo**, [s.n.t.].
- ORTEGA Y GASSET, J. **A rebelião das massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- SENNET, R. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, [s.d.].

## NORMAS EDITORIAIS

### ENTREGA DO ORIGINAL

1. O Caderno de História, revista semestral editada pela UFRN. CCHLA. Departamento de História, impressa nas dimensões do presente volume, aceita para publicação trabalhos relativos a temas históricos.
2. O original e duas cópias, sendo uma em disquete, do artigo submetido para publicação, deverão ser enviados à Comissão de Editoração do Departamento de História (UFRN. CCHLA. Departamento de História. Comissão Editorial. Campus Universitário, s/n, Lagoa Nova. CEP 59072-970. Natal-RN).
3. Os artigos deverão ser inéditos, preferencialmente em português.
4. A análise para aceitação e publicação dos artigos será a cargo da Comissão Editorial, que verificará aspectos ligados a conteúdo, forma e pertinência do tema abordado. Os artigos que não obedecerem aos critérios estabelecidos pelas normas editoriais, serão remetidos ao autor para as providências cabíveis.

### TEXTO

5. O original deve ser digitado no Editor de Texto Word for Windows 6.0 com letra times new roman tamanho 10, com páginas numeradas.
6. A primeira página deve conter: a) título do trabalho em letras maiúsculas; b) autoria por extenso, na ordem direta, prenome e sobrenome, em letras maiúsculas, vínculo institucional (instituição e departamento), endereço e telefone para contato; c) indicação da entidade patrocinadora da pesquisa ou trabalho.
7. A partir da terceira página iniciar o texto, partindo da introdução até à conclusão.
8. As citações bibliográficas deverão ser indicadas no rodapé, através do sistema numérico, segundo a NB-896 (1990).
9. A bibliografia final do texto deve listar todas as citações mencionadas. Deve ser organizada em ordem alfabética de sobrenome de autor e redigida segundo a norma brasileira da ABNT, NB-66, 1989, registrada no INMETRO como NBR-6023, 1990.



*Trabalho realizado pela  
Equipe Técnica da **EDUFRN** -  
Editora da UFRN  
Natal/RN  
1997*





